

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS**

GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI

TRANSGÊNERAS NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS - AS ALUNAS TRANS

SÃO CARLOS, SP

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS

GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI

TRANSGÊNERAS NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS - AS ALUNAS TRANS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Eloisa Bueno Pimentel

SÃO CARLOS, SP

2018

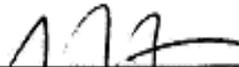


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

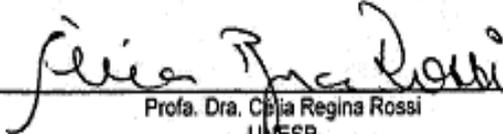
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Gisele Aparecida Zutin Castelani, realizada em 08/03/2018:


Prof. Dra. Andrea Eloisa Bueno Pimentel
UFSCar


Prof. Dr. Djalma Ribeiro Junior
UFSCar


Profa. Dra. Célia Regina Rossi
UNESP

Quando comecei esta caminhada muito pouco conhecia sobre o universo acadêmico, não havia feito uma pesquisa de fato, não tinha meu nome em um artigo de revista. Durante esta trajetória escrevi artigos, participei de rodas de conversa, fui convidada para ser palestrante, a ser membro de uma Coordenadoria de Gênero e compor um Coletivo.

À Profa. Dra. Andrea Eloisa Bueno Pimentel, minha orientadora, que apresentou este universo e fez com que portas fossem abertas e eu pudesse enxergar a vida sob outro prisma, sempre com muito carinho, diálogos, atenção e ensinamentos valiosos, dedico estas conquistas e esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

As queridas Oxum, Iansã, Obá e Iemanjá que aceitaram participar desta pesquisa e pela gentileza e confiança que tiveram comigo. Sou grata pelo carinho que tiveram com a pesquisa, por entenderem a proposta e atenderem tão prontamente. Sensibilizei-me com a história oral de cada uma, já não sou a mesma pessoa que era antes de começar esta pesquisa e vocês me proporcionaram ser uma pessoa melhor. Muito obrigada, do fundo do coração.

A minha família que por inúmeras vezes tiveram que conviver com livros e textos espalhados pela casa, com finais de semana sem perspectivas de passeios, por ter que aturar muitas vezes minha falta de humor e paciência, obrigada. Vocês são a minha fonte de inspiração e minha maior riqueza. Sem o apoio de vocês, eu nada seria.

Ao Prof. Dr. Mauro Rocha Cortêz que, como Pro Reitor de Gestão de Pessoas, acreditou numa demanda levantada pelos técnicos administrativos da Universidade Federal de São Carlos e não mediu esforços e forças para implantar o Programa de Pós Graduação em Gestão de Organizações Públicas. Sem você, este programa não existiria e nada disto aqui seria possível.

Aos meus amigos da Turma do PPGGOS. Sem vocês, as quintas-feiras não teriam o mesmo gosto.

A todos os professores do PPGGOSP que de forma direta ou indireta, colaboraram na execução desta pesquisa.

A minha amiga Fábila Farbelow que sempre esteve presente, cobrindo das mais diversas formas a minha ausência no trabalho. Obrigada pelo carinho e apoio.

A Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal de São Carlos, pelas ricas colaborações e por estar sempre tão presente na vida destas alunas.

Ao Dr. Djalma Ribeiro Júnior e à Profa. Dra. Célia Regina Rossi por aceitarem participar da Banca de Defesa proporcionando um brilho especial com seus conhecimentos e experiências na área.

E não poderia deixá-los de fora, aos meus peludos caninos e felinos, minha válvula de escape em momentos difíceis, ensinando sempre o mais puro amor.

Uma foto, uma foto
Estampada numa grande avenida
Uma foto, uma foto
Publicada no jornal pela manhã
Uma foto, uma foto
Na denúncia de perigo na televisão
A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade

(Caio Prado – Não Recomendado)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	SEXUALIDADE.....	11
2.1.	Existem Diferenças?.....	11
2.2.	Construção de gênero.....	15
2.3.	Identidades de gênero.....	18
3.	FOUCAULT E O PODER SOBRE OS CORPOS.....	23
4.	PESSOAS TRANSGÊNERAS.....	31
4.1.	Direito à igualdade e direito à diferença.....	38
4.2.	O uso do nome social para pessoas transgêneras.....	42
4.3.	Os espaços escolares.....	46
4.4.	O ambiente universitário.....	53
5.	AS POLITICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: as ações afirmativas.....	58
5.1.	Um pouco de definição e de sua história.....	58
5.2.	As experiências pioneiras.....	63
5.3.	Como são vistas as ações afirmativas	66
5.4.	A Universidade Federal de São Carlos.....	69
5.4.2.	As Ações Afirmativas e Assistências da Universidade Federal de São Carlos	70
5.4.3.	A Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal de São Carlos.....	71
5.4.4.	Resolução ConsUni n. 780/2014.....	73
5.4.5.	Resolução ConsUni n. 861/2016.....	74
6.	METODOLOGIA.....	75
6.1.	Classificação quanto aos objetivos da pesquisa.....	76
6.2.	Classificação quanto à natureza da pesquisa.....	76
6.3.	Classificação quanto ao método científico.....	77
6.4.	Classificação quanto aos procedimentos técnicos.....	78
6.4.1.	A História Oral.....	80
6.5.	A escolha do tema.....	82
6.6.	Objetivo geral.....	83
6.7.	Objetivo específico.....	83
7.	DISCUSSÃO E REALIDADE DAS MULHERES TRANSGÊNERAS.....	83
7.1.	O difícil caminho percorrido.....	85
7.2.	O poder e a análise destas vozes.....	87
	CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
	APÊNDICE 1 – Plataforma Brasil.....	128
	APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento.....	129
	APÊNDICE 3 – Roteiro Semiestruturado.....	132

RESUMO

Conhecer para poder atender as demandas das alunas transgêneras na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a fim de tornar a universidade um local mais favorável à convivência entre os diferentes e o respeito às diversidades é a proposta desta dissertação. Acredita-se que dentro deste espaço educativo as bandeiras de lutas devem ser melhor discutidas e trabalhadas, contribuindo com respostas ou propostas que possam promover a equidade, garantindo que as diferenças identitárias sejam valorizadas e que os processos institucionais se adaptem às diferenças. Para a construção do campo no qual esta pesquisa se insere, apresentam-se saberes como sexualidade, pessoas transgêneras, as políticas públicas inclusivas no ensino superior, os prós e os contras das ações afirmativas, a UFSCar e sua política de ações afirmativas e assistências. Como metodologia temos a História Oral. Sua escolha mostrou ser uma fonte de leitura social que começa com o indivíduo, abrindo depois o leque para sua coletividade e através do desvelamento da realidade apresentada por elas podemos contribuir para a construção de soluções e intervenções. O principal desafio na pesquisa foi o aceite de alunas transgêneras participarem da pesquisa. Porém, a pesquisa teve caráter qualitativo e não quantitativo. Foram entrevistadas quatro alunas transgêneras da UFSCar, sendo uma desistente. Encontrou-se um cenário sombrio para as trans dentro da Instituição, mas a presença de políticas de ações afirmativas oferecem conforto, amparo, representação a elas. Todas apresentaram propostas uma Universidade melhor e todas foram unânimes em destacar a relevância da sensibilização de todos os servidores, em especial, dos docentes e das equipes de acolhimento as pessoas trans. Como conclusão está a proposta de, além de poder ser uma rica fonte de contribuição junto à alternativas que venham minimizar as situações levantadas e ser uma fonte para futuras pesquisas sobre o tema em questão, possa ter como resultado ações práticas, ações educativas e informativas, para que possam ajudar a Universidade não só em suas políticas institucionais, mas também em ser um espaço prazeroso de aprendizagem e não mais um local de exclusão e invisibilidade.

Palavras-chave: Transgêneros. Direitos. Espaços Universitários. Políticas Públicas. Políticas Institucionais.

ABSTRACT

To be able to meet the demands of the transgendered students at the Federal University of São Carlos (UFSCar), in order to make the university a more favorable place for coexistence among the different ones and respect for diversity is the proposal of this dissertation. It is believed that within this educational space the flags of struggles should be better discussed and worked on, contributing with answers or proposals that can promote equity, ensuring that differences in identity are valued and that institutional processes adapt to differences. For the construction of the field in which this research is inserted, there are knowledge such as sexuality, transgender people, inclusive public policies in higher education, the pros and cons of affirmative actions, UFSCar and its policy of affirmative action and assistance, which includes the Secretariat for Affirmative Actions, Diversity and Equity (SAADE). As methodology we have Oral History. Their choice proved to be a source of social reading that begins with the individual, then opens the range for their collectivity and through the unveiling of reality presented by them we can contribute to the construction of solutions and interventions. The main difficulty in the research was the acceptance of transgendered students participating in the research. However, the research was qualitative rather than quantitative. Four transgender students from UFSCar were interviewed, one being a dropout. There was a shady scenario for trans within the Institution, but the presence of SAADE offers comfort, support, representation to them. All of them presented proposals for a better university and all were unanimous in highlighting the importance of raising the awareness of all staff, especially teachers and reception staff of transgender people. As a conclusion, the proposal is that, besides being a rich source of contribution along with alternatives that may minimize the situations raised and be a source for future research on the subject in question, it may result in practical actions, educational and informative actions, so that they can help the University not only in its institutional policies but also in being a pleasant space of learning and no longer a place of exclusion and invisibility.

Keywords: Transgêneros. Rights. University Spaces. Public policy. Institutional Policies.

1. INTRODUÇÃO

Uma das maiores curiosidades de uma mulher grávida é saber qual o sexo do bebê. Será menino? Será menina? Qual a cor do quarto? Que cores de roupinhas comprar? Como será a decoração? Assim, logo que nascemos somos diferenciados em meninos e meninas e treinados para responder como tal. Temos um corpo com uma dada genitália que o identifica lhe atribuindo um dado sexo, interligando-o ao binômio masculino ou feminino. Expectativas são formadas em torno disto, culturas são passadas e absorvidas e espera-se que meninos respondam como meninos, másculos, jogadores de futebol, dotados de grande habilidade para ciências exatas, atraídos por mulheres e que meninas respondam como meninas, delicadas, frágeis, maternais, dotadas de grande habilidade para ciências humanas, atraídas por homens.

Mas será que toda esta curiosidade da mulher em torno do sexo do bebê não é resultado de uma pressão social vinda dos familiares e da sociedade em geral? Será que esta curiosidade em torno da questão do sexo, não é mais uma prova da construção midiática em torno do binarismo, onde a vida da criança será determinada pelo seu sexo desde quando ela ainda está no útero da mãe, onde será o sexo que determinará o enredo que deve ser seguido pela criança para o resto de sua vida. Mas e quando isto não acontece? E quando há uma falta de conexão entre o sexo e o gênero?

A diversidade sexual e de gênero existe e é um tema que precisa ser debatido pela sociedade. Não falar sobre ela não significa que não exista preconceito, opressão ou repressão. Não falar sobre ela é torná-la invisível, é escondê-la, é deixá-la ali embaixo do tapete.

Contudo, diversos contextos sociais como família, igreja, mercado de trabalho e entre eles destaca-se a escola, não estão preparados para lidar com esta diversidade. (AQUINO, 2010; BARROS, 2014; BECKHAUSER, 2016; CAETANO, 2011; CACALLARI, 2010). Somos resultado de uma cultura predominantemente ocidental, do domínio do homem, branco, heterossexual (CALÁS; SMIRCICH, 1999) significando que os valores e costumes de hoje derivam desta herança cheia de características conservadoras e rígidas e esta intolerância à diversidade sexual traduz em discriminação, levada muitas vezes ao seu extremo que é a violência física.

No início do trabalho optamos, dentro deste universo, por discorrer sobre as transexuais nos espaços universitários. O termo é concebido enquanto uma expressão guarda-chuva que abrange o grupo de indivíduos que não se identificam com papéis ou comportamentos esperados do gênero que lhes foi determinado quando nasceram, possuindo uma identidade de gênero diferente daquela correspondente ao seu sexo biológico. Já transexual é entendida enquanto os indivíduos que sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e sentem, tendo uma forte necessidade de adaptar seu corpo a imagem de gênero que tem em si, seja via roupas, tratamentos hormonais ou procedimentos cirúrgicos. (JESUS, 2012).

E porquê transexuais? Partimos da concepção de que existem grandes diferenças entre transexuais masculinos e femininas, sendo que os processos de aceitação social e profissional delas são bem mais dolorosos e tortuosos, pois soma-se a elas todo o preconceito e discriminação que assentam sobre as mulheres. E por que do título usamos a palavra transgênera?

O “correto” seria usar o termo transexual, no entanto, no decorrer da realização das histórias orais, foi um pedido unânime das alunas trans da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para que fossem tratadas como transgêneras e não como transexuais, uma vez que a conotação transexual as remetia ao Código Internacional de Doenças (CID) e identificação desta como uma patologia. Por isso, utilizaremos o termo transgênera e não transexuais.

Desta forma, esta dissertação tem como objetivo principal conhecer para poder atender as demandas das estudantes transgêneras na UFSCar, a fim de tornar a universidade um local mais favorável à convivência entre os diferentes e ao respeito às diversidades. Acredita-se que dentro deste espaço educativo as bandeiras de lutas devem ser melhor discutidas e trabalhadas, contribuindo com respostas ou propostas que possam afirmar as diferenças e promover a equidade, garantindo que as diferenças identitárias sejam valorizadas e que os processos institucionais se adaptem às diferenças.

Neste contexto este trabalho está dividido da seguinte forma: o segundo capítulo é dedicado a descrever sobre a Sexualidade, as diferenças presentes e questões de gênero e identidade. O terceiro capítulo - Pessoas transgêneras traz para o trabalho não só os aspectos conceituais sobre transexualidade e transgêneros, mas também temas de grande importância para as pessoas transgêneras como o direito à igualdade e direito à diferença, uso do nome social e outras políticas de equidade, como a utilização de banheiros e outros espaços que são segregados por sexo.

O quarto capítulo trata da questão de gênero e o poder sobre os corpos, utilizando como referência Michael Foucault, com sua visão de como os sujeitos são atravessados por práticas discursivas que se perpetuam dentro das instituições. No quinto capítulo - As políticas públicas no Ensino Superior, são focadas as ações afirmativas e iniciativas na busca de promover a equidade, aceitar as diferenças e fomentar a transformação social, com destaque para as ações da UFSCar.

No sexto capítulo são tratados os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa e os caminhos percorridos para a realização deste. O recurso escolhido foi, além da pesquisa bibliográfica, a História Oral, sendo que através deste foi possível entrar no universo das transgêneras e conhecer suas demandas. E, no sétimo capítulo são tratados os discursos e a realidade das mulheres transgêneras da UFSCar, além de busca de alternativas e propostas que contribuam realmente com o direito à igualdade e à liberdade.

Antes da realização desta pesquisa não tinha militância ativa em grupos que trabalhassem com estas questões. Mas a inquietação frente a discriminação e preconceito faz parte de minha essência. A oportunidade em trabalhar este tema abriu caminhos e contatos, incluindo a participação em atividades de ensino e extensão, como a ACIEPE (Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão) sobre Mulheres na Administração, que constituiu numa disciplina optativa ofertada a alunos de graduação da UFSCar, e também aberta a comunidade interna e externa da Universidade. Passei a participar do Coletivo Mulheres Negras de Araras, presente na UFSCar, campus de Araras. Tornei-me membro da Comissão contra Opressão do Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos da UFSCar, membro do Coletivo do Pó ao Glitter (UFSCar campus Araras). Ajudei a criar uma página no *facebook* intitulada "Por um CCA sem preconceitos" e tornei-me Membro na Linha Gênero e Diversidade da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE-UFSCar), órgão que trata da inclusão dentro da Instituição, fazendo com que pudesse acompanhar mais de perto as inquietações e dificuldades enfrentadas por estes grupos sociais.

É importante destacar que a pesquisa teve caráter qualitativo e não quantitativo. Foram entrevistadas quatro alunas transgêneras da UFSCar, sendo uma desistente. Não se procurou quantificar a quantidade de mulheres trans presentes na UFSCar. O foco foi ouvi-las. Ouvir as que queriam falar, que conseguiam falar. Encontrou-se um cenário triste para as trans dentro da Instituição, mas a presença da SAADE oferece conforto, amparo, representação a elas. Todas apresentaram propostas uma Universidade melhor e todas foram unânimes em destacar a relevância da sensibilização de todos os servidores, em especial, dos docentes e das equipes de acolhimento as pessoas trans.

2. SEXUALIDADE

2.1. Existem diferenças?

Qual o conceito de sexo? De acordo com Rodrigues e Alvarenga (2015) o termo "sexo" compreende diversos significados, cabendo sua utilização em diferentes sentidos, como, por exemplo, o conjunto de características anatômicas, ou os próprios órgãos sexuais, usando a classificação de macho ou fêmea. A cartilha da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania define o "sexo biológico" como um conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas e anatômicas que distinguem as pessoas em dois grupos binários "machos" e "fêmeas". (SÃO PAULO, 2014a, p. 10). Para Jesus (2012) o que determina o sexo de uma pessoa é somente o tamanho de suas células reprodutivas, sendo pequenas, formando os espermatozoides, que definem o indivíduo como macho; e grandes, os óvulos, logo fêmea.

Assim, a partir do prisma anatômico, sexo é dito como a configuração sexual de um corpo humano no sentido material, carne e osso, sangue e nervos, dando-se no campo da matéria e não no campo das idéias, envolvendo a pura percepção do mundo físico exterior em atrações sexuais. (MILLIET, 2015).

Carvalho (2009) trata da tendência de explicar os fenômenos humanos em termos biológicos, sendo isto muito forte quando se discute em sexo e sexualidade, em especial, na temática educação sexual em escolas, onde a questão sexual é, em geral, apresentada numa abordagem anato-morfológica e de saúde sexual. Nas palavras do autor:

Podemos postular a sexualidade como dispositivo produzido pelos acontecimentos históricos, culturais e mesmo subjetivos que irão compor as nossas linguagens e as nossas práticas e representações; o conhecimento sobre a sexualidade está circulando (e ou sendo produzido) em muitos espaços e instâncias culturais, não por limitação ou repetição de seu caráter biológico, mas por tensões permanentes que lhe agenciam novas interpretações. O conhecimento sobre a sexualidade ganha novos significados quando esse percorre diversas outras posições e cenários envolvendo situações políticas, sociais, institucionais e pessoais, muitas vezes não exploradas quando se visualiza identidades e discursos dominantes. (CARVALHO, 2009, p.4).

De acordo com Jesus (2012), orientação sexual se refere à atração afetivo sexual por alguém de algum gênero, sendo uma vivência interna relativa à sexualidade. Lanz (2014) coloca orientação sexual como aspectos físico, erótico, afetivo, emocional, colocando sexo como aquilo que a pessoa traz entre as pernas e orientação sexual como aquilo que a pessoa quer entre os braços.

Para Gonçalves (2012) a orientação sexual refere-se à forma pela qual as pessoas vivem sua sexualidade e encontram prazer. Este termo veio substituir o que antes era chamado de opção sexual, por entender que o desejo sexual não é uma opção ou uma escolha, mas o resultado de um processo profundo e complexo, apontando caminhos para compreender o que ocorre no decorrer da vida da pessoa.

Carvalho (2009) complementa colocando que as práticas e representações culturais que envolvem nossa sexualidade acabam sendo produto de pensamentos e ações passadas através de instituições escolares, midiáticas e familiares, sendo apresentadas como saberes ou verdades sociais que procuram moldar o que é certo ou errado, ou seja, estabelecer uma norma.

É importante ressaltar que o fator biológico - órgão sexual masculino (homem) e órgão sexual feminino (mulher), determinados pela genitália do indivíduo é o que será utilizado para a elaboração do registro civil de nascimento das pessoas, que por lei deve conter o sexo do indivíduo. (RODRIGUES; ALVARENGA, 2015). Este é um dos maiores dramas enfrentados pelas pessoas transexuais e que será abordado no decorrer deste trabalho.

Para os estudiosos da sexualidade humana todos nós nascemos machos e fêmeas e as relações sócio-culturais é que nos faz homens e mulheres, sendo assim a sexualidade humana não é fruto do instinto, mas uma construção social. (MOTT, 2009). Carvalho (2009, p. 19) completa:

1. A sexualidade humana não é instintiva, mas uma construção cultural;
 2. A cultura sexual humana varia de povo para povo e se modifica ao longo do tempo dentro de uma mesma sociedade;
 3. Não existe uma moral sexual natural ou universal, portanto a sexualidade humana é amoral, no sentido de que cada cultura determina, por razões subjetivas e nem sempre salutares, quais comportamentos sexuais serão aceitos ou condenados.
- (CARVALHO, 2009, p. 19).

Collin (2009), por sua vez, destaca que questões ligadas à diferença dos sexos estão presentes desde a origem da Filosofia ocidental¹, sendo o feminismo responsável por uma revolução na concepção da relação entre os sexos, apresentando posições como: universalista: todos os seres humanos são pessoas do mesmo quilate, independente de suas características secundárias, onde a diferença entre homens e mulheres é estruturalmente um efeito das relações de poder, enfatizando o uno, dissolvendo as categorias homens e mulheres; o diferencialismo: há dois sexos e o acesso à igualdade não é o acesso à identidade, onde o

¹Filosofia ocidental – pensamento filosófico da civilização ocidental, compreendendo desde os Pré-Socráticos até as principais correntes da filosofia contemporânea. HAMLIN, D. W. **Uma história da filosofia ocidental**. Editora Jorge Zahar, 1990.

gênero feminino está sujeito ao abafamento, num mundo exclusivamente masculino; pós modernismo: chamado de desconstrucionismo, onde marca uma ruptura com as formas do domínio do sujeito sobre o objeto, do homem sobre a mulher, não há nem um e nem dois, mas sim a diferença, a inclusão.

Contudo, a discriminação de sexo ainda impera. Como bem destacam Connell e Pearse (2015) questões binárias dividem os indivíduos em masculino e feminino. Como homens e mulheres reforçamos estas questões culturais quanto ao tipo de roupa que usamos, o corte de cabelo, as brincadeiras quando crianças, as profissões que escolhemos, ao banheiro que usamos. Segundo Simone de Beauvoir (1972 ²) citada por Connell e Pearson (2015) "não se nasce mulher, torna-se", então ser mulher ou ser homem não é um estado predeterminado. Não podemos pensar em ser mulher ou ser homem como experiências fixadas pela natureza. As pessoas constroem a si mesma como masculino e feminino, reivindicando um lugar na ordem dos gêneros, sendo a individualidade fundamental no processo de construção da identidade de gênero, contudo ela é uma construção do indivíduo sob condições sociais e culturais.

César, Duarte e Sierra (2013) colocam que a sexualidade aparece como um instrumento de separação que acaba por criar delimitações entre as práticas sexuais “bem educadas” e as “demais”, onde encontramos no "bem educado" ou normalizado as práticas heterossexuais, monogâmicas, consolidadas pelo matrimônio e com finalidade reprodutiva e dentro "das outras" as não normativas, àquelas que deveriam ficar à margem, o homossexual e o transexual.

Para Peretti e Natel (2013) as pessoas nascem imersas em um mundo cheio de sistemas e relações construídas ao longo da história, onde nem tudo é capaz de anular as características cognitivas referentes à identidade do ser humano quanto ao seu sexo ou gênero. Contudo existem implicações que dizem respeito aos papéis sociais que o feminino e o masculino se realizam em assumir. Para os autores é fundamental que se atente aos hormônios e a sua importância na diferenciação sexual, lembrando que os mesmos operam uma diferenciação masculina e feminina de algumas porções do sistema nervoso central. Grandes produções de androgênio (hormônio que dá origem ao desenvolvimento de características próprias do sexo biológico masculino) podem potencializar a agressão, enquanto o estrógeno (hormônio que dá origem ao desenvolvimento de características própria do sexo biológico feminino) podem inibir. De acordo com Peretti e Natel está aí a elaboração sociocultural que

²BEAUVOIR, Simone de. **The second sex**. Harmondsworth: Penguin 1949. Edição de 1972.

diferencia homens e mulheres, colocando homens ligados como fortes e mulheres como sensíveis:

Não se trata nunca de uma dicotomia de comportamentos, mas de diferença de frequência e de intensidade nesses comportamentos que podem ser identificados em ambos os sexos. Nesse sentido, a variável do meio sociocultural é de se considerar atentamente, em particular, no que tange à distribuição do poder e das formas de participação, campo altamente conflitivo, e na história, organizado pelos homens em detrimento da mulher. Não se pode falar de uma programação genética fixa, própria de cada sexo (visão essencialista), mas de matrizes diferentes de homens e mulheres a partir das quais se opera a síntese com o meio sociocultural. (PERETTI, NATEL, 2013, p. 173).

2.2. Construção de gênero

Guedes (1995, p. 6) em seu artigo "Gênero, o que é isso?" discorre sobre o significado gramatical da palavra gênero, ou seja, que pode ser apresentada como um agrupamento de indivíduos, objetos, idéias que tenham caracteres comuns; ou então numa categoria que indica uma divisão dos nomes baseadas em critérios como sexo e associações psicológicas, apresentando diversos significados e reproduzindo idéias de uma classe dominante que detém o poder de pensar e conhecer a realidade, atribuindo valores. Neste discorrer acaba propositalmente esbarrando em conceitos como homem "aquele que apresenta maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser humano dotado de capacidade viril" e de mulher "santa e reprodutora ou prostituta, capaz de conceber e parir outros seres humanos".

Sardenbert, Macedo (2011) colocam que o termo “gênero” foi tomado emprestado da gramática para não apenas designar indivíduos de sexos diferentes, mas também palavras ou coisas sexuadas:

Na gramática, por definição, gênero refere-se a propriedade que tem certas classes de palavras de se flexionarem (por via de regra) para indicar o sexo (ou, de modo geral, a ausência de sexo). No português, por exemplo, as substâncias são geralmente sexualizadas sendo ou não do gênero masculino ou feminino, não existindo o neutro. Já no inglês, os substantivos comuns são sempre neutros, a não ser em casos específicos, ou seja, quando se referem a animais e, portanto, a seres que são de fato sexualizados. (SARDENBERT, MACEDO, 2011, p.2).

Torna evidente o sentido dicotomizado da língua portuguesa e o quanto esta reflete a construção cultural do povo que a nomeia, mostrando que até o gênero gramatical é hierárquico, onde o masculino, numa linguagem sexista, representa o geral. A língua francesa também, como mostra Simone de Beauvoir (1972), citada por Franco e Cervera (2006, s.p):

Sei que a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser universal, mas leva, de fato, as marcas que a elaboraram. Reflete seus valores, suas pretensões e seus preconceitos.

Milliet (2013, p. 2) coloca que o conceito de gênero é formulado no mundo das idéias, podendo ser visto como um identificador de padrões e produtor de categorias:

Gênero é o conjunto de técnicas que a realidade da vida de cada pessoa lhe ensinou, tanto por motivos de sexo e sexualidade, quanto pelo ambiente no qual ela viveu, a sociedade, a família, as memórias. Cada pessoa aprende essas técnicas que variam de idéias a imitações de comportamentos observados e utiliza-as para se expressar, não somente para a sociedade, mas também para si mesma.

A visão de que é preciso reconhecer que sexo e gênero são fenômenos bem distintos, onde de um lado temos o "sexo", fenômeno biológico resultante da evolução da espécie, presentes em todos os organismos que, de uma forma ou de outra, se propagam através da reprodução sexuada. Já o gênero é um fenômeno cultural, manifesto nas diferentes maneiras em que as sociedades humanas têm elaborado em torno destas diferenças, delas se apropriando historicamente, distinguindo e delimitando o que chamamos de feminino e masculino (SARDENBERG, MACEDO, 2011).

Henriques et al (2007) destacam que quando se fala em gênero não se fala em homem ou mulher, mas de feminino e masculino e suas diversas dinâmicas, construções históricas, sociais, políticas que dizem respeito às disputas materiais e simbólicas, que englobam processos de formação de identidades, definições de papéis e funções, construção de imagens e hierarquias. De acordo com Jesus (2012) gênero se refere a formas de se identificar e ser identificado como masculino ou feminino. Destaca que, em termos de gênero, as pessoas podem ser enquadradas como transgênero (não se identificam com o gênero que lhes foi determinado no nascimento) e cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento).

Dessa maneira, não se discute apenas diferenças ou similaridades, mas relações, fronteiras, práticas e identidades que, para Connell e Pearse (2015), passam a existir em circunstâncias históricas particulares, moldam a vida das pessoas de maneira profunda e são capazes de fazê-las travar verdadeiras guerras e lutas históricas.

Ainda sobre a definição de gênero enquanto construção social, Giddens (2005) citado por Lanz (2014, p. 42) coloca que:

Gênero [...] diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado às noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto dito do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica.

As relações de gênero, particularmente dentro das famílias, vêm marcadas pela guerra surda e gritante entre os sexos, demarcando dispositivos psicológicos de relacionamento e carregando as relações de tensões, disputas e vontades de poder. (PERETTI, NATEL, 2013).

Para Cornnell e Pearse (2015) o gênero é uma dimensão central da vida das pessoas, das relações sociais que ela vive e de sua cultura, muito além do que isto, apresentam a idéia de que o corpo é a principal arena, quer seja para questões ligadas à justiça, ou a identidade ou até mesmo à sobrevivência, onde são travadas às batalhas ligadas a dinâmicas de gênero.

Assim, como destaca Chanter (2011) as pessoas nascem com determinada genitália e de acordo com estas, os gêneros são lidos, expectativas são formadas, ideologias absorvidas.

Gênero não é algo que esteja dentro, uma essência pré-existente, esperando encontrar sua expressão corpórea. Não há uma verdade interna esperando a realização autêntica ou apropriada em atos corpóreos ou materiais. O gênero é sempre já vivido, gestual, corporal, culturalmente mediado e historicamente constituído. (CHANTER, 2011, p. 9).

Sujeitos que não se enquadram nos padrões construídos de feminino e masculino quebram a coerência e o dito normatividade carregam com eles o fardo da invisibilidade. (BERTOLINI, 2011).

Para Carloto (2001) a categoria gênero foi desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera nas relações sociais, econômicas e culturais.

Discorrendo sobre gênero, Cyrino (2013) o defini como um atributo individual de natureza psicológica, capaz de classificar as pessoas em gênero feminino (que se apresenta e se comporta como mulher), em gênero masculino (se apresenta e se comporta como homem) e em gênero neutro (se apresenta e se comporta tanto como homem como mulher, ou não se comportam como nem homem, nem mulher). Gênero para a autora acaba por enfraquecer a importância do sexo biológico na determinação do comportamento sexual dos indivíduos.

Mathieu (2009) por sua vez destaca que antes do ressurgimento dos movimentos feministas no final dos anos 1960, a história se interessava somente por algumas mulheres de poder; já a psicologia e a psicanálise pelas diferenças entre os sexos na chamada fronteira entre a biologia e a socialização; a psicologia e a sociologia pelos papéis sexuais

esperados ou prescritos e a etnologia pela complementaridade dos sexos. No início dos estudos feministas nem se usava o termo "gênero", mas sim falava da invisibilidade das mulheres, de sua opressão, de sua exploração e das condições de sua libertação.

Guedes (1995) reforça a tese que a categoria gênero tem sua relação com o Movimento de Mulheres/Movimento Feminista, numa tentativa de dar estatuto de saber à vivência e estudos sobre a mulher, na história da classe trabalhadora, na força de trabalho feminino na indústria. O conceito gênero surgiu em meados dos anos 1970, trazendo uma reflexão sobre a condição feminina. Na década seguinte procurou-se visualizar a mulher dentro dos movimentos gerais, no âmbito da participação e representação política, trazendo a construção do conceito gênero para dentro do seio dos movimentos sociais e da academia, buscando entender o *sujeito mulher*, a identidade feminina, onde as mulheres buscavam se entender e se colocavam em seus guetos. Esta discussão do feminino/masculino buscando lutar e resgatar aliados continua até os tempos atuais, uma vez que o grito é necessário, mas se ficar restrito aos guetos acaba sendo um grito dela para ela mesma. Ainda segundo o autor busca-se agora resgatar e compreender a dialogicidade da comunicação Eu/Outro, pois o Eu também está presente no Outro. A multiplicidade que compõe os seres humanos precisa ser agenciada, novos modos de ver o humano precisam ressurgir.

Para Sardenberg e Macedo (2011) as relações de gênero são relações de poder e, como tanto, não são fixas e sim fluídas e mutáveis, podendo variar de sociedade para sociedade, no tempo e no espaço, dependendo também dos espaços em que homens e mulheres se interagem. Destacam que na maioria dos países da América Latina predomina o domínio das relações de gênero patriarcais, com o masculino se sobrepondo hierarquicamente sobre o feminino, resultando numa situação real de prestígios, privilégios e poder. Isto reflete também na divisão sexual de trabalho, construção de papéis sociais, instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias.

Bento (2011) coloca que há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros, trazendo desdobramentos às normas de gênero, ao mesmo tempo revelando transformações dessas mesmas normas. Onde estão os sujeitos que transitam entre os gêneros ou que reivindicam legalmente o pertencimento a um gênero ou a outro? No tópico a seguir discute-se a identidade de gênero.

2.3. Identidade de Gênero

Para Bento (2011), nós nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construção de identidades de gênero, havendo um controle muito grande na produção de heterossexualidade e como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade. A autora acrescenta:

Passamos a interiorizar estas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer dos inúmeros, cotidianos, reiterados ensinamentos: a sexualidade normal e natural é a heterossexual. Depois de uma minuciosa e contínua engenharia social para conduzir corpos sexuados que tenham na heteronormatividade a única possibilidade humana de viver a sexualidade. (BENTO, 2011, p. 552).

Vivemos nossas vidas e não percebemos de como nosso cotidiano é normatizado, cheio de compreensões e signos que reproduzimos e consideramos como normais. É isto que acontece com a heterormatividade, que é apresentada como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade a atração e/ou comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. (PETRY, MEYER, 2011).

Gonçalves (2012, p. 65) afirma ser relevante deixar clara a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Para Rodrigues e Alvarenga (2015) a orientação sexual diz respeito às formas pelas quais as pessoas relacionam-se sexualmente, havendo assim heterossexuais - indivíduos que se sentem atraídos e se relacionam com pessoas do sexo oposto ao seu e homossexuais - indivíduos que se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo que o seu. Hoje é sabido que a diversidade sexual ganhou força, não se limitando apenas a heterossexuais e homossexuais. Ainda de acordo com os autores existem outros grupos como os bissexuais - indivíduos que tem afinidade por pessoas de ambos os sexos e pessoas assexuadas - indivíduos desprovidos de desejo sexual, que não sentem atração por nenhum dos sexos.

A identidade de gênero, por sua vez, refere-se:

Como você se percebe como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, e como você interpreta o que isto significa. (REIS; HARRAD, 2015, p. 13).

Identidade de gênero, assim, é a percepção íntima que uma pessoa tem de si, é o entendimento que ela tem sobre ela, como ela se descreve e como ela quer ser reconhecida: gênero masculino, gênero feminino, ou de alguma combinação dos dois, independente do seu sexo biológico. (SÃO PAULO, 2014a).

Nepomuceno (2005) usa o termo no plural, referindo-se a "identidades de gênero", onde acrescenta que elas estão continuamente se construindo e se transformando:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se historicamente, como também na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça e de classe (NEPOMUCENO, 2005, p. 125).

Bento (2008) coloca que quando se age e se procura reproduzir o homem e a mulher "de verdade", espera-se que cada ato esteja enquadrado dentro de uma ordem de gênero normativa, mas que nem sempre o resultado é este. Quando as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas, abre-se uma possibilidade de desestabilizar as normas de gênero, que geralmente utilizam a violência física ou simbólica para isto. Este processo de naturalização das identidades e a patologização fazem parte desse processo de produção de margens, local onde seres que fogem a este padrão pré estabelecido ali devem permanecer.

Jaqueline Gomes de Jesus em seu livro "Orientações sobre identidades de gênero: conceitos e termos" (2012) discorre sobre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero, de onde foram retiradas as informações a seguir. Logo, quando se fala sobre orientação sexual temos:

- Heterossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por indivíduos de gênero diferente do seu.
- Homossexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por indivíduos de gênero igual àquele com o qual se identifica.
- Bissexual: pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por qualquer gênero.
- Assexual: indivíduo desprovido de desejo sexual, que não sente atração por nenhum dos sexos.

Se pensarmos sob a óptica de sexo biológico, teremos:

- Homem: possuir um pênis e testículos, um cromossomo X e um Y e produzir o hormônio testosterona como predominante.
- Mulher: ter uma vagina e ovários, dois cromossomas "X" e o estrogênio predominante.
- Intersex: pessoas que nasceram com uma genitália ambígua, sendo durante muito tempo chamado de "hermafrodita" (nomenclatura não aplicada aos seres humanos). O importante está em não classificá-la como uma patologia e sim uma variação

Quando tratamos de identidade de gênero temos os seguintes conceitos:

- Transgêneras: é a expressão "guarda-chuva" que abrange o grupo de pessoas que não se identificam com papéis ou comportamentos esperados do gênero que lhes foi determinado quando nasceram, possuindo uma identidade de gênero diferente daquela correspondente ao seu sexo biológico. Há transgêneros heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

- Cisgêneras: são pessoas que se identificam com papéis de gênero que lhes foi determinado quando nasceram, ou seja, sua identidade de gênero corresponde ao seu sexo biológico. Há homens e mulheres cisgêneras heterossexuais, homossexuais e bissexuais.

Dentro das identidades de gêneros, há várias formas de expressar nosso gênero, de nos apresentar ao mundo, de externalizar como nos sentimos, dentre elas:

- Transexuais: pessoas que sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e sentem, tendo uma forte necessidade de adequar seu corpo à imagem de gênero que tem em si, quer seja através de roupas, ou tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos; mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres, o mesmo ocorrendo com homens transexuais que adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querendo e precisando ser tratados como homens; neles residem uma grande necessidade de viver integralmente exteriormente como são internamente. Porém é importante ressaltar que nem todos os transexuais desejam se submeter a procedimentos médicos.

- Travestis: pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não gênero.

- Crossdresser: uma variante de travesti para se referir a homens heterossexuais que não buscam o reconhecimento e tratamento de gênero, apenas sentem prazer ao se vestirem como mulheres, tendo uma satisfação emocional ou sexual momentânea em se vestirem assim.

- Dragqueen/ king ou transformistas: artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada em apresentações artísticas e de entretenimento, sendo os homens conhecidos como drag e as mulheres como king.

- Andrógenas: dita como expressão simultânea de gêneros, não estando associado à orientação sexual. É comum que a pessoa andrógina se vista com roupas

consideradas unissex e use cortes de cabelo e acessórios que dificultem a identificação de um gênero específico.

- Pangêneras: pessoas que sente atração por pessoas, independente do gênero.

Contudo é importante ressaltar que as construções de gênero estão em constante movimento, sendo fluidas, havendo uma grande pluralidade e diversidade.

Para Henriques et al. (2007, p.18) o importante entre orientação sexual, sexualidades, identidades é que se tenha uma postura que transcenda os limites das concepções heteronormativas, simplificadoras e cristalizadas:

Falar de assunção de qualquer identidade sexual (hetero, homo, bissexual ou assexual) e atribuir a esse um caráter essencialista (verdadeiro) é resvalar para uma naturalização tão simplificadora e alienante quanto qualquer outra - que prefere pensar as orientações sexuais como realidades fixas, a-históricas, a-culturais e universais. Equivale também a conferir invisibilidade a um universo mais pluralizado, múltiplo e dinâmico em termos heterossexual ou homossexual tendem a supor.

Assim ainda na visão de Henriques et al (2007) um indivíduo pode ter uma identidade de gênero masculina, feminina, ambas ou nenhuma, apresentar características fisiológicas do sexo oposto ao seu e ser hetero, homo ou bissexual. Contrário do pensamento que muitos têm,transgêneros não são homossexuais, homens homossexuais não são forçosamente femininos e nem mulheres lésbicas forçosamente másculas. Os referidos autores consideram que a pluralidade, a multiplicidade e dinamicidades das identidades de gênero e das expressões afetivo-sexuais são próprias do processo de construção de sujeitos e identidades nas sociedades contemporâneas, devendo ser tratadas como direitos de todas as pessoas.

De acordo com Woodward (2012)³ citado por Souza (2015, p. 43) :

Quando o sujeito é diferente das convenções impostas pela sociedade heteronormativa ele é excluído socialmente. Assim, assumir a heterossexualidade porque nos dizem que é o "normal" e que é essa identidade sexual a normal, sem considerarmos que tal ideologia normativa pode muitas vezes ser uma violência contra o sujeito, é não pensar no humano como um ser constituído de múltiplas possibilidades.

Lanz (2016) coloca que o que a ordem vigente chama de normalidade é uma condição artificial e arbitrária, criada pela nossa sociedade, na forma de um discurso político-

³WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

cultural patrocinado pelos estados sociais de poder e sustentados por dogmas religiosos e saberes científicos. Segundo ainda a autora estudos demonstram que o cérebro de machos e de fêmeas apresentam as mesmas características e possibilidades, não havendo nada que os distinga, a não ser a crença popular, cultural e científica que são diferentes.

Para Collin (2013) existe uma matriz heterossexual que exige uma linha coerente entre sexo - gênero - desejo - prática sexual, mas inúmeras pessoas não se encaixam nesta norma e quanto mais a pessoa foge dessa linha, mais pressão sofrerá para que ande nos trilhos, pois:

Esta linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade. Se quisermos o respeito à diversidade sexual e de gênero, será fundamental desconstruir essa linha coerente. No entanto, as pessoas que utilizam apenas o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os binarismos muitas vezes, intencionalmente ou não, acabam exigindo que todas as pessoas estejam nesta linha e se adaptem à heteronormatividade para que seus direitos sejam conquistados. (COLLING, 2013, p. 413).

Barreto, Ferreira e Oliveira (2017) colocam que quando falamos de fugir as regras, falamos de corpos que quebram estas barreiras e tentam sobreviver as violências que permeiam as instituições disciplinares (igreja, família, estado, hospitais), inviabilizando suas existências, suas corporiedades e seu acesso aos bens sociais. Neste percurso são complementares as contribuições de Foucault que vem a esclarecer os processos de subjetivação, disciplinamento e controle dos corpos, atravessados pelo dispositivo da sexualidade, regados pelo uso do discurso, como veremos no tópico a seguir.

3. FOUCAULT E O PODER SOBRE OS CORPOS

Michel Foucault foi um filósofo francês do século XX (1926-1984) que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Deu forma a uma crítica filosófica que recorre sobretudo à pesquisa histórica, para questionar as maneiras pelas quais certas verdades e seus efeitos práticos vieram a se formar e se estabelecer. Entre eles, tem-se a sexualidade como dispositivo histórico de objetivação (o indivíduo como objeto de saber e ponto de aplicação de disciplinas) e subjetivação (o modo segundo o qual o sujeito se reconhece enquanto tal) do corpo, através dos quais se implica uma verdade essencial das pessoas (LORENZATO, 2014).

Os trabalhos de Michael Foucault influenciaram consideravelmente as teorias do gênero e os diferentes modos de subjetivação do ser humano, inserido em um ambiente marcado pelas relações de poder entre os indivíduos e pelos coletivos institucionais em que estão inseridos (RIOT-SARCEY, 2014).

A idéia dos dispositivos de controle é um dos elementos centrais em suas obras, sendo seus estudos voltados para a passagem de soberania do biopoder (poder sobre a vida) e a consolidação das sociedades disciplinares através de vários processos de submissão do sujeito às normas (SANTOS, 2011).

Em sua obra *Vigiar e Punir* fala sobre como as pessoas se fazem objeto de saber e o poder sobre os corpos. Coloca que os corpos estão diretamente mergulhados num campo político, onde as relações de poder têm um alcance imediato sobre eles, investindo, marcando, dirigindo, sujeitando-os, obrigando a certas atitudes e cerimônias, exigindo-lhes sinais. Tudo isto está envolto em relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica e a força de trabalho do mesmo só é possível se ele estiver preso num sistema de sujeição, sendo ao mesmo tempo produtivo e submisso (FOUCAULT, 1987).

Ainda sobre o poder sobre os corpos, Foucault coloca:

Este poder não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que não tem, ele investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles do mesmo modo que eles, em sua luta contra o poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. (FOUCAULT, 1987, p. 30).

Estes corpos precisam ser controlados e existe uma imensa necessidade por parte das instituições que eles andem de acordo com normas pré-estabelecidas. Quando um corpo quebra estas regras, está cometendo infrações que, como colocado por Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, precisam ser punidas com segurança. Sobre isto Fischer (2012) prega que

na medida em que este corpo se oferece, ao mesmo tempo resiste a normalização e acaba sendo classificado, julgado, exercitado, comparado, diferenciado, hierarquizado, homogeneizado, excluído - normalizado.

Mesquita (2013) salienta que Foucault (1987) busca compreender como a sociedade disciplinar, vigia e controla os corpos através do biopoder, uma forma de controle positiva dos corpos, que ao invés de ditar o que não se deve fazer, determina as práticas e os comportamentos ideais para o aperfeiçoamento e o cuidado com a vida. Desta forma, a sexualidade aparece como uma instância determinante deste controle, pois ela se configura como uma via de acesso tanto para o indivíduo como para a sociedade, no que diz respeito às práticas desejáveis ao cultivo da esfera humana. Assim, o sexo aparece como efeito de processos históricos e exercícios de controle que ocultam, perpetuam e legitimizam as relações de poder.

Foucault coloca a idéia de que o sujeito enquanto um ser que emerge das relações de poder não é incompatível com sua capacidade de agir, muito pelo contrário, sua capacidade de agir é condição de sua constituição. Assim, no caso de identidade de gênero, a ação que produzirá a identidade deve reproduzir os comportamentos associados às regras da feminilidade ou masculinidade. Ser mulher ou homem, é um atributo definido antes pelo comportamento feminino ou masculino do que pela distinção anatômica. (CHAMBOULEYRON, 2009).

Um dos grandes méritos de Foucault, de acordo com Riot-Sarcey (2014), foi ter esclarecido os modos de submissão dos indivíduos a regras de funcionamento que, ao mesmo tempo, os ultrapassam e os limitam. Estas regras estão presentes e atuantes nos centros das instituições, onde indivíduos sob controle inclinam-se aos imperativos disciplinares conformando-se conscientemente ou não, a um modo de ser, submetendo-se à ordem em vigor. Acrescenta:

Os enunciados performativos transmitem-se naturalmente, como uma herança, aos indivíduos que se apropriam dos mesmos, no melhor de suas capacidades. Eles impõem-se a todos e cada um logicamente e repetidos, a injunção, o princípio, a função, o papel tornam-se realidades em si...Retomado, transmitido pelos atores mais diversos, ele torna-se a verdade no momento... O poder, percebido desta forma, afeta o comportamento dos indivíduos. (RIOT-SARCEY, 2014, 556).

Foucault (1987) realça os investimentos políticos em torno do corpo, sendo estes utilizados como estratégias e práticas de poder a fim de se tornarem um modelo que deve ser seguido, submetendo o corpo então a um corpo social. É claro que este corpo social irá também se transformar em um chafariz de resistências, diante de forças políticas que o

querem no enclausuramento de suas idéias e do esquadramento moral de seus corpos. (MILANEZ, 2014).

No seu trabalho *Microfísica do Poder*, Foucault (2004) estabelece que, se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares, criando sobre os corpos um saber fisiológico, orgânico. Temos agora a apresentação do discurso como prática reguladora, considerados discursos de verdade. Coloca que somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da verdade, sendo assim através do poder somos obrigados a produzir uma verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. Somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2004).

Michael Foucault considera que uma pessoa é resultado da invenção moderna e investiga, em sua obra, os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos, colocando em ênfase a relação sujeito e discurso. O discurso aparece como aquilo que promove a produção da subjetividade, sendo o sujeito um efeito da subjetividade. As práticas discursivas são definidas pelo status do sujeito que fala, pelos lugares de onde fala, pelas posições que assume quando fala, sendo parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas e consiste em uma prática discursiva. (FERNANDES, 2014).

Fernandes (2014) estabelece que as reflexões sobre os discursos arroladas por Foucault (2004) mostram que o sujeito é produzido, subjetivado em cada época, pelos discursos e dispositivos do momento. A verdade aparece como uma construção discursiva a partir dos posicionamentos das pessoas, sendo sempre uma produção e atestando seus lugares. Ela se constitui objeto pelo qual se luta e também o poder do qual o sujeito deseja se revestir.

Ainda se falando sobre a obra *Microfísica do Poder*, Foucault (2004) nos leva a algumas preocupações metodológicas, sendo que a primeira não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, mas de compreender o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, onde se torna capilar, captando o poder em suas formas e instituições, prolongando-se, penetrando, corporificando-se, entendendo como este poder se materializa. Uma segunda preocupação está em estudar o poder em sua intenção, em suas práticas reais e efetivas, em sua face externa, como se constroem os soberanos e como se constroem os corpos periféricos. A terceira e última preocupação está em não tornar o poder

um fenômeno de dominação maciço de um sujeito sobre os outros, de um grupo sobre os outros, não sendo algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e aqueles que não possuem e são submetidos, mostrando que o poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona se acontecer em rede. (FOUCAULT, 2004).

Para Foucault (2004) este mecanismo de poder apoia-se nos corpos e seus atos. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo. É dentro dos limites que se dá o exercício do poder.

Foucault coloca que as relações de poder influenciam o corpo devido ao fato deste estar diretamente mergulhado em um campo político. Estas relações o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam e o sujeitam a trabalhos e sinais. Para que isto ocorra é preciso que este corpo esteja preso a um sistema de sujeição em que o proveito do mesmo é visualizado na sua utilidade e docilidade (SOUSA, 2013).

Mas quais os efeitos deste poder? Foucault explica:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super ego, se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo(...) e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. (FOUCAULT, 2004, P. 149).

Quando se fala em relações de poder, temos as relações de governamentalidade, sendo importante lembrar duas vertentes que Foucault coloca quando se pensa no assunto: o Estado e a Igreja, espaços tão distintos, mas com ligações tão significativas. Foucault coloca que a Igreja cristã pôs em funcionamento uma forma especial de poder - o poder pastoral, que se exerce através do conhecimento do pensamento interior, do domínio das almas e do outro lado o Estado moderno, que não deixa de ser também não só uma forma de poder pastoral, mas também todas as outras formas de relações de poder. E aí caímos na instituição escolar, tributária do Estado e da Igreja e assim como eles irá atuar no processo de individualização dos sujeitos, desenvolvendo formas de exercício de poder assemelhadas, articuladas e caminhando junto com o Estado e a Igreja (LOURO, 1995).

Ainda sobre o conceito de governamentalidade explorado por Foucault, César, Duarte e Sierra (2013) assentam que Foucault trabalha tal conceito como sendo este um conjunto heterogêneo de técnicas de governo que foram se constituindo a partir do século XVIII e se referiam a atividade que consiste em reger a conduta dos homens em um contexto e por meio de instrumentos estatais. E acrescentam:

Com a noção de governamentalidade, portanto, Foucault preparou o terreno para que hoje possamos compreender as sutilezas, os perigos e as especificidades envolvidas na relação entre Estado e movimentos sociais, para além das concepções teóricas que enxergam uma oposição frontal entre dois pólos de poder. A concepção foucaultiana de que a relação entre o Estado e a sociedade civil é perpassada por exercícios de poder são simultaneamente exteriores e interiores àquelas duas instâncias, ambas perpassadas por diferentes tecnologias de condução da conduta dos homens. (CÉSAR, DUARTE, SIERRA, 2013, p. 193).

Em sua obra *História da Sexualidade - A Vontade do Saber*, Foucault (1988) trabalha as sexualidades, o reconhecimento desta no campo social e as formas de repressão sobre as mesmas. A repressão, em se tratando de sexualidade, funciona como uma condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação a inexistência e, conseqüentemente, constatação de que não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber sobre ela. Se for para dar lugar as sexualidades ilegítimas, que vão incomodar em outro lugar, que incomodem onde possam ser reinscritas. (FOUCAULT, 1988).

Foucault trata de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga em sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar. (FOUCAULT, 1988).

Para Foucault (1988) através da economia política da população formou-se uma teia de observações sobre o sexo, uma análise de condutas sexuais, de determinações e feitos, no limite entre o biológico e o econômico. O sexo se tornou um objeto de disputa entre Estado e indivíduo e uma disputa pública, revestida de discursos, saberes, análises e injunções.

Na incitação institucional, a falar do sexo e a falar dele, cada vez mais, temos a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder e segundo Foucault (1988), as instituições pedagógicas se encarregaram também de concentrar formas de discursos sobre o tema. Estes discursos procuravam multiplicar e defender a normatização do desenvolvimento sexual.

Para que se mantenha esta normatização Foucault (1988) nos apresenta um novo personagem, a medicina. Ela acaba penetrando no aparato de prazeres do casal, inventando a patologia orgânica, funcional ou mental, originada das práticas sexuais incompletas, classificando o que chamaram de desvios. Esta caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. O sexo deveria inscrever-se em dois registros bem distintos: o da biologia da reprodução que segue uma

normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras. (FOUCAULT, 1988).

Para Foucault (1988) o sujeito é apreendido em uma interação constante com a sociedade, sendo este mesmo sujeito fundado e refundado pela história, sobre os quais se perpetuam os diferentes dispositivos de hierarquia social. Através de sua análise das relações de poder, decifra um sistema de relações para além dos laços estabelecidos entre o Estado e sociedade, onde este poder é um mundo de ação que se exerce sobre os indivíduos (RIOT-SARCEY, 2014).

Ao comentar sobre a verdade que se quer produzir sobre o sexo, onde a heterossexualidade é vista como normal e o único caminho a ser seguido, podemos fazer o uso de Foucault quando falamos sobre a necessidade de disciplinar não somente o corpo individual, mas também o corpo social, produzindo um poder a ponto de controlar a vida, na tentativa de se produzir corpos dóceis e saudáveis e assim uma população dócil e saudável também. (FREITA JR., 2014).

A partir da perspectiva teórica foucaultiana podemos observar como a produção de novas identidades e novos sujeitos se formam associados à produção de novos mecanismos de controle e regulação dos corpos, modos de vida, práticas sexuais e sociais. A sexualidade aparece como um instrumento de separação que criou delimitações entre as práticas sexuais bem educadas e as demais, as quais acabariam por ocupar um lugar indefinido ou bem demarcado para além das fronteiras da normatização e da normalidade. (CÉSAR, DUARTE, SIERRA, 2013). Os autores ainda acrescentam:

As sexualidades não normativas, deveriam ocupar o lugar das margens, além de serem também esquadrihadas por médicos e terapeutas que produziram saberes que definiram as configurações e nomenclaturas desses outros da sexualidade - o homossexual, a histórica... O conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade. (CÉSAR, DUARTE, SIERRA, 2013, p. 195).

No tocante a gênero, Foucault ressalta a contribuição e a novidade do feminismo nas lutas relativas à reapropriação do corpo, com movimentos para a libertação da mulher. Onde existe poder, existe resistência, emergindo novas subjetividades e até mesmo aparecendo como uma estratégia coletiva.

A vida, como objeto político de alguma forma, tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que pretendia controlá-la. Foi a vida, mais ainda que o direito, que se tornou o objeto de lutas políticas, mesmo se estas formulam-se através das afirmações de direito. O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o direito, além de todas as opressões e alienações, em encontrar o que somos e tudo o que podemos ser, esse direito tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos os novos procedimentos de poder que também não

dependiam do direito tradicional de soberania (Foucault, 1976, p. 191 citado por Riot-Sarcey, 2014, p. 564).

Porém se faz necessário colocar que algumas feministas atribuem a Foucault o "esquecimento das mulheres" em seus trabalhos, manifestando aí uma postura machista, localizada confortavelmente em sua homossexualidade. (COULOMB-GULLY, 2014).

Para Foucault ser sexuado é ser submisso a um conjunto de regulações sociais e não se encaixar a estas normas, é travar lutas diárias e imediatas que questionam o estatuto do indivíduo. (RIOT-SARCEY, 2014).

Um dos elementos conceituais centrais na obra de Foucault é a idéia dos dispositivos de controle que podem se apresentar de três formas diferentes: em primeiro lugar como discursos, instituições, organizações, leis, medidas administrativas, ou seja, o dito e não dito; em segundo lugar a natureza da relação entre os elementos anteriores, aparecendo como um programa de uma instituição ou como um elemento que permite justificar e mascarar uma prática, dando acesso a um novo campo da realidade e por último um dispositivo que aparece como uma estratégia dominante, que surge em dado momento histórico, como uma resposta a algo urgente. Assim, temos as escolas, igrejas, prisões, instituições sociais, dispositivos que se articulam e reproduzem em determinados momentos históricos, a função estratégica de produção e sustentação de regimes de verdades. Foi assim com a sexualidade a partir dos séculos XVIII e XIX e foi assim com a transexualidade a partir das primeiras décadas do século XX. (SANTOS, 2011).

Foucault retrata os sentimentos de perda e não pertencimentos das pessoas transgêneras, colocando que um dia tiveram lugares e que agora, estes lhe foram tirados:

Pessoas transgêneras são narradores separados de suas relações antes constituídas. Existe então nessa batalha pelo reconhecimento das pessoas trans uma força desigual atuando a favor daquelas sexualidades que são socialmente aceitas e permitidas por sociedade forjada na classificação e na enumeração de graus de feminilidade e masculinidade (FOUCAULT, 1999 citado por PAIVA, FONSECA, 2016, s.p.).

O discurso da diferença começa a marcar vozes transgêneras, seja em oposição à idéia de anormalidade ou a outras questões cujos sujeitos resistem e tornam-se porta-vozes de si mesmos, seus problemas, angústias, percepções, aparecendo diversas formas de falar e expressar as diferenças (de sexo, de gênero e de sexualidade), desvelando as possibilidades de vivenciá-las sem necessariamente caracterizá-la ou enquadrá-la, mas necessitando de dispositivos que lhe assegurem.

Exclusão é o lugar mais fundo da sujeição e é para lá que Foucault nos conduz, sendo de lá que ele fala. É deste fundo que se podem reconstruir os processos de

estigmatização, discriminação, marginalização, patologização e confinamento, que operam no espaço social, no senso comum, no aparelho judiciário, na família, no Estado e no saber médico e o resultado de tudo isto é o silêncio dos sujeitados. (BRUNI, 1989). Mais do que exclusão, a invisibilidade àqueles que fogem aos padrões impostos, que quebram os discursos, que não permitem que seus corpos sofram o poder que lhes é imposto. Vivem em constante resistência e é destas pessoas que iremos falar no tópico a seguir.

4 - PESSOAS TRANSGÊNERAS

Voltando um pouco ao que foi tratado no início deste trabalho, quando o sexo da criança é revelado, o que estava no abstrato, passa a ser concreto, o feto deixa de ser feto e passa a ser chamado de "menino" ou "menina" e junto com o título vem uma gama de expectativas e suposições em torno daquele corpo que ainda é apenas uma promessa que acaba de se materializar. Esta materialização traz consigo brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o futuro e isto acentua-se quando a criança vem ao mundo, levando-se em consideração o fato de ser um menino ou uma menina, ter um pênis ou uma vagina. No entanto como é possível afirmar que todas as crianças que nascem com vagina vão gostar de rosa ou como todas as crianças que nascem com pênis irão gostar de brincar de carrinho? Vamos produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital. (BENTO, 2009).

As normas de gênero são impostas no início da vida da criança, mesmo antes da mesma ter qualquer noção da existência de regras sociais e com a finalidade de construir corpos masculinos e corpos femininos, em acordo com a genitália destes corpos, sempre obedecendo a um sistema binário. (CARVALHO, 2009).

Em se tratando de regras sociais, diversas culturas fazem imposições quanto a estas chamadas normas. De acordo com Brito e Lins (2005) o homem cisgênero masculino branco cristão é o padrão socialmente imposto como sendo o mais correto dentro desta norma social, então se afastar deste padrão acarretará em diversos prejuízos para a pessoas transgressora, como a criminalização, perda de direitos, entre uma série de outras violências das quais estará exposto esta população que será chamada de minoria.

A transgeneridade é um fenômeno sociológico de desvio ou transgressão do dispositivo binário de gênero, fato que caracteriza as chamadas identidades divergentes, como transexuais, travestis, crossdresser, dragqueens, andróginos, como explicadas anteriormente e que faz com que elas sejam marginalizadas, excluídas e estigmatizadas pela sociedade. (LELIS, 2017).

De acordo com Lanz (2006, p. 206) ser uma pessoa transgênera é ser um não ser:

Alguém que mesmo tendo existência material não constitui uma identidade socialmente reconhecida e legitimada, isto é, devidamente inserida na matriz cultural de inteligibilidade. Juridicamente, um não-ser não constitui um sujeito de direito estando sujeito, portanto, a levar sua existência à margem das garantias e proteções legais asseguradas aos sujeitos de direito, que são aqueles sujeitos reconhecidos e protegidos pela Lei.

Então, o uso da identidade transgênera é para se referir às pessoas que se identificam com o sexo diferente daquele que lhe foi designado ao nascer. No Brasil muitos autores utilizam-se o prefixo "trans", referindo-se às pessoas travestis e transexuais. Para se referir a este grupo é adotada a sigla LGBTTI, sendo nesta ordem lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais). (BRITO; LINS, 2015).

O corpo é um texto socialmente construído, como coloca Bento (2009), um arquivo vivo da história do processo de (re) produção sexual, onde certos códigos naturalizam-se, outros são ofuscados ou eliminados, ou ainda postos às margens da humanidade, como acontecem com as pessoas trans:

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos... vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. (BENTO, 2009, p. 38-39).

Soares *et al* (2011) concebem que a transexualidade é caracterizada por uma angústia persistente em relação ao sexo designado e um desejo enorme de mudar seu sexo biológico, de se encaixar nas condutas de jogos, atividades e vestimentas do sexo que se identifica. Acrescentam que este sentimento tem início na infância e acaba por aflorar com mais frequência na adolescência. Estas pessoas experimentam a sensação de terem nascido no corpo errado, aprisionadas a algo que não lhes identifica.

Como visto anteriormente, do leque de identidades que representam expressões de gênero encontramos as "transexuais", pessoas que apresentam e vivem o gênero oposto ao sexo que nasceram. Mulheres transexuais são pessoas que nasceram com o sexo biológico masculino, mas que se expressam e tem seu gênero feminino e homens transexuais são pessoas que nasceram com o sexo biológico feminino, mas que se expressam e tem seu gênero masculino. Usamos o termo transgênera.

Segundo Rodrigues e Alvarenga (2015), transexual é considerado o indivíduo anatomicamente de um sexo e que acredita pertencer a outro sexo, sendo esta crença tão forte que normalmente ele possui um desejo muito grande de ter o corpo modificado com a finalidade de ajustar-se ao verdadeiro sexo (psicossocial).

Assim, a transexualidade é uma questão de identidade. De acordo com Jesus (2012), não é uma doença mental, não é uma perversão sexual e nem uma doença contagiosa,

não está ligada à orientação sexual, tão menos a uma escolha ou capricho. Ainda segundo a autora ela é identificada ao longo da História e no mundo inteiro, sendo que atualmente o que ela traz de novidade é que os avanços médicos permitem que estas pessoas adquiram uma fisiologia quase idêntica à de mulheres cisgêneras e homens cisgêneros.

Lanz (2014) discorre sobre o tema pela lupa dos aspectos sociais, colocando que quem transgride o dispositivo binário de gênero torna-se gênero-divergente, uma pessoa "trans-gressora" da conduta oficialmente estabelecida para o gênero que nasce. Vai um pouco além colocando que a pessoa transgênera é alguém que viola as normas, que se desvia do que é considerado normal, quebra a normalidade, transgride a ordem social e política, apresentando-se como uma ameaça a sociedade, sendo considerada anormal por não atender os requisitos de normalidade ditados pela ordem instituída. As normas estabelecem os modos e procedimentos socialmente aceitos de se fazer as coisas, vestir, falar, expressar e descumprir ou desafiar estas normas pode resultar em severas sanções por parte da sociedade, incluindo a marginalização e exclusão de quem desvia das normas. (LANZ, 2014).

Ainda de acordo com a autora, as sanções para quem transgride as normas são aplicadas através de controles sociais, tanto formais quanto informais. O controle formal fica à cargo das instituições sociais - família, escola, trabalho, justiça, onde estas buscam manter as pessoas em plena e total conformidade com as ditas normas sociais de conduta. Já o papel informal fica à cargo das pessoas através de sorrisos, risinhos, elevação de sobancelha, apelo para o senso de ridículo, palavras e expressões de escárnio e zombaria. Coloca ainda que no mundo pós-moderno as diferenças de pensamento, de expressão, de vestuário, de alimentação e até de lazer não têm sido asseguradas como direitos das pessoas, em contrapartida estes desvios são vistos como um nível inaceitável de diferença, objeto de suspeita, regulamentação, sanção, punição, controle social, uma vez que são vistos como ameaças. (LANZ, 2014).

Para Lobato (2016), as pessoas transexuais se encaixam no grupo de transgêneros, pessoas que transcendem as expressões de gênero:

Pessoas transexuais fazem parte desta parcela possuindo uma identidade de gênero incongruente com o sexo que foram designadas ao nascimento e por isso percebem que suas características sexuais não representam seu verdadeiro sexo recorrendo, em muitos casos, a transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital. (LOBATO, 2016, p.12).

O termo Transvestismo apareceu pela primeira vez em 1965, num diagnóstico da Classificação Internacional sobre Doenças. Segundo Rodrigues e Alvarenga (2015, p. 81) do ponto de vista médico, a transexualidade está classificada como transtorno de identidade

de gênero, constante na lista de doenças mentais, CID-10 - Classificação Internacional de Doenças, editada pela Organização Mundial da Saúde, F64 - Transtorno de Identidade Sexual:

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Também de acordo com os autores, a Resolução n. 1.955/10 do Conselho Federal de Medicina (BRASIL, 2010^a) descreve a pessoa transexual como portadora de "desvio psicológico permanente de identidade social, com rejeição do fenótipo e tendência a automutilação, sendo que os critérios para estabelecer se uma pessoa é transexual são:

Art. 3o. Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo aos critérios abaixo enumerados:

1. Desconforto com o sexo anatômico natural;
2. Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
3. Permanência destes distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
4. Ausência de outros transtornos mentais.

Para que o diagnóstico de transexualismo seja feito deve haver evidências do sofrimento clinicamente significativo ou então do prejuízo social ou ocupacional na vida das pessoas. Este assunto está detalhado em Soll (2016), inclusive no tocante aos esforços para que a transexualidade não seja considerada doença e a atualização do CID em 2018.

Para Vencato (2013) as pessoas transexuais sentem um desconforto enorme em olhar para si mesmo e especialmente para seus genitais, muitos nem mesmo se tocam e nem permitem que outros lhe toquem. Além disto, muitas vezes são confundidos com homossexuais.

O desejo de ter um corpo diferente daquele que nasceu pode existir, mas encontra barreiras ligadas a dor, dinheiro, apoio pessoal, disponibilidade de tempo e, também muita paciência pois existem uma série de etapas que devem ser seguidas, cuidados pós operatórios, documentação legal e lidar com questões como crises de relacionamentos, exclusão e sua vida escolar, crises de trabalho, mudanças corporais, preconceito e invisibilidade. Conforme relata Connell e Pearse (2015, p. 217), "não há nada de bonito na mudança de gênero, são medidas drásticas com resultados severos".

Para Rodrigues (2012) a transexualidade desafia diversas áreas do conhecimento e a ciência ainda não identificou precisamente a explicação para esta rejeição

do gênero, destacando as importantes contribuições de dois autores, Harry Benjamin⁴, endocrinologista e Stoller, psicanalista, nos trabalhos sobre transexuais.

Benjamin defendia uma determinação biológica para os gêneros, onde o sexo é composto de vários sexos (cromossômico ou genético, fenotípico, psicológico e jurídico). Para ele o sexo (XX ou XY) assim como o gênero teria a sua origem no sexo genético, já sexualidade seria definida pelo sexo gonádico, composto pelo sexo endocrinológico e pelo sexo germinal, servindo exclusivamente para a procriação. Para ele o "sexo" é composto por vários "sexos" e o psicológico é o mais flexível e quando há um desajuste deste, temos uma quebra da normalidade, um mau funcionamento. Daí temos a transexualidade, conhecida como doença, uma vez que o sexo psicológico está em oposição ao biológico. (JESÚS, 2013).

De acordo com Jesús (2013) Benjamin se dedicou a elaborar uma tabela de classificação para os diferentes níveis de desvio sexual e de gênero e a partir dela enumerou o que entendia por características de um "transexual verdadeiro", como aquele que tem total repúdio ao seu corpo, dotado de uma profunda angústia e infelicidade diante de sua condição. A partir daí ele propôs o tratamento, frisando ser a transexualidade fruto de uma variação biológica, sendo a cirurgia de transgenitalização a única alternativa terapêutica eficaz, harmonizando o sexo biológico do psicológico.

Já Robert Stoller⁵, defensor da teoria psicosexual, identifica a origem do transexualismo no momento de formação do núcleo fundamental da identidade de gênero, em oposição ao sexo biológico, onde se iniciar um tratamento nos primeiros anos de vida, através de terapia, pode haver tempo de corrigir os rumos da identidade de gênero.(RODRIGUES, 2012).

Jesús (2013) apresenta Stoller como o defensor da transexualidade a partir de um referencial psíquico, onde ela aparece como uma distorção no desenvolvimento da masculinidade ou feminilidade, sendo fruto da psicodinâmica familiar vivida pela pessoa nos seus primeiros anos de vida, fase na qual se desenvolvem as raízes fundamentais e estáveis da identidade sexual. Para Stoller a feminilidade só se desenvolve porque a masculinidade foi totalmente suprimida na infância e vice-versa e a cura proposta é encaminhar a pessoa o quanto antes para o tratamento com terapeutas para que abandone as atitudes que não condizem com seu sexo, tendo única e exclusivamente um propósito normatizador.

⁴BENJAMIN, Harry. **The Transsexual Phenomenon**. New York: Julian Press, 1966

⁵STOLLER, Robert. **Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity**. New York: Science House; London: Maresfield, 1968.

Outros autores discorrem também a origem do transexualismo, como Berenice Alves de Melo Bento (2006), que faz uma análise de como e em que as pesquisas de Stoller e Benjamin se distinguem; Catherine Millot (1982) que segue a linha de Stoller; Colette, Chiland (1989) que acredita na presença de causas relacionais, independente de fator biológico, podendo tratar o comportamento de crianças bem pequenas ainda; Roberto Farina (1982) que se aproxima da visão de Benjamin, afirmando que a criança já nasce transexual; Jol e Baldaro Verde e Alessandra Graziottin (1997) que acreditam no deslocamento do sentimento de identidade, havendo uma interação entre fatores pré e pós natais, biológicos e psicológicos; Maria Helena Diniz (2006) como um conjunto de anomalia na estrutura nervosa central desenvolvida durante o estágio embrionário, impregnação hormonal, alteração cromossômica, ora com bases em fatores biológicos que ocorrem durante a gestação ora em causas psicológico-sociais. Desta forma, não há uma única causa que explique a transexualidade, manifestando-se de diversas formas e em fases diferentes da vida das pessoas, mas frisando que estas pessoas existem e que o sofrimento delas é real.

Mas transexual ou travesti? Quais as semelhanças? Quais as diferenças? Oliveira (2016) coloca que há uma diferenciação que separa o que é ser transexual do que o que é ser travesti, como por exemplo, a aceitação da própria genitália por parte das travestis. Mas além disto, podemos dizer que existe uma questão social e uma diferença de valores socioeconômicos. Alguém que tem condições financeiras e faz a cirurgia de redesignação é chamada de transexual, a que não tem condições, é chamada de travesti, mantendo o órgão biológico, mesmo usando roupas do outro sexo e tomando hormônios.

Hilton (2017) vai além, as travestis representam um perigo para a sociedade, principalmente quando se fala sem estrutura de família, mais do que isto, a travesti carrega todo o estigma e paradigmas de ser um ser marginal, a que rouba e dá escândalos. Acrescenta que ser travesti é um ato político e se colocar como tal é necessário no momento de construção de políticas públicas, de empoderamento e de união.

Sobre as travestis Barreto, Ferreira e Oliveira (2017, p. 131) acrescentam:

Borrando todos os conceitos impostos pela cisheteronormatividade, aí vem ela: a travesti, trazendo consigo além de todos seus apetrechos e seu silicone - muitas vezes inseridos por elas mesmas, por serem impedidas de realizar cirurgias na saúde pública - trazem também toda a violência marcada no corpo, violência sofrida pelo simples fato de viver o seu desejo, violência vivida pelo simples fato de não terem em seu bojo sua ambiguidade que não cabem nas normas.

De acordo com Lanz (2016) as pessoas podem se descobrir ou revelar transgêneras em qualquer estágio de sua vida, infância, adolescência, fase adulta ou idosas. Podem ser solteiras, casadas, divorciadas, ter filhos ou não. Em algumas isto é um processo

natural que se dá a medida em que vão crescendo e adotando condutas diferentes a do seu sexo biológico. Cada pessoa tem seu tempo, seu ritmo e sua forma de se assumir perante o mundo.

Assumir-se publicamente como uma pessoa transgênera é um processo essencialmente individual, longo, confuso e embaraçoso, e na maioria das vezes traumático, mas pode ser também auto-afirmativo, libertador e positivo. Ainda de acordo com a autora, assumir-se é transformar-se, em todos os sentidos, no oposto do que a pessoa é, ou seja, quando homem, assumir significa viver como mulher e se mulher, viver como homem, em tudo: corpo, voz, vestuário, cabelo, gestos, atitudes, emoções e orientação sexual. Assumir não é um ato isolado, onde se decide fazer e no momento seguinte está pronto. Assumir é um processo lento, longo e complexo, que envolve pessoas, conflitos internos e transformações. (LANZ, 2014).

Lanz (2014, p. 90) ao escrever sobre o tema "assumir-se" coloca que o ato de "assumir-se" engloba três fases distintas:

1. reconhecer e legitimar a condição de pessoa transgênera, admitindo para si próprio a existência de um desconforto, desvio ou divergência de identidade de gênero auto-percebida relativamente à identidade de gênero recebida ao nascer.
2. revelar-se ao mundo exterior, enfrentando a transgressão das normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário masculino-feminino.
3. transformar-se social, mental e fisicamente mediante o emprego de recursos variados, que vão do simples aprendizado de novas habilidades e atributos à terapia de reposição hormonal e cirurgia de reaparelhamento genital.

Travestis e mulheres trans não possuem o elemento *armário* para que possam se esconder até que decidam ou não por assumir seu gênero, muito pelo contrário, estão sempre expostas pelos visíveis elementos de transgeneridade são maiores seus riscos a agressões. Parece até ironia, mas dizemos tanto que são invisibilizadas e quando desejam ser, é impossível. Em contrapartida os homens trans obtêm maior passabilidade, ou seja, maior facilidade de se passarem por homens cis, o uso de testosterona torna-os bastantes próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem. Mas isto não lhes exclui de sofrerem violências, principalmente no tocante ao uso do nome. (BECKHAUSER, 2016).

Lanz (2016) coloca que a visibilidade social para pessoas transgêneras significa a exposição direta ao olhar do outro, com implicações e implicâncias. O ser vista e ser reconhecida é o que mais se inspira. A passibilidade que pode ser considerada um fator favorável para o aumento da aceitação, parecer-se mais com um homem ou parecer-se mais com uma mulher, nem sempre é o fator determinante:

Tornar-se alguém perfeitamente passável é preciso abdicar inteiramente de qualquer visibilidade social como pessoa transgênera. A pessoa deve dissolver-se na multidão, diluir-se por completo no contexto geral da sociedade, sem deixar nenhum rastro de sua vida anterior...O olhar do outro não pode identificar nenhum vestígio de transgeneridade na "farsa de gênero" que está sendo perpetrada diante dos seus olhos. Assim, por regra, quanto menor a visibilidade social como pessoa transgênera, maior a chance de passar como membro de gênero oposto. (LANZ, 2016, p. 212).

O que precisa ficar claro é que o que afeta a vida das pessoas transgêneras não é sua visibilidade social ou sua invisibilidade social, ser ou não passável, mas o predomínio hegemônico e ostensivo do binarismo que leva a preconceitos, discriminações, exclusões e violências de todas as formas (social, política, econômica e psicológica) que afligem todos /as aqueles/as que se desviam desta norma. (LANZ, 2016).

LANZ (2016) completa colocando que a transfobia é a mais grave manifestação de capacidade de ódio e violência derivada deste estigma do binarismo, apresentando-se de diversas formas de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência real e simbólica que as pessoas transgêneras sofrem quer seja em suas casas, nas ruas, em locais públicos, afetando também quanto a legitimação e garantia dos seus direitos de cidadania, tendo tratamentos amplamente desigual pelas instituições, negação do direito de escolha quanto ao nome e gênero que deve contar nos documentos oficiais, interdição e dificuldades sistemáticas ao pleno exercício da liberdade de expressão assegurada pela Constituição, como veremos no tópico a seguir.

4.1. Direito à igualdade e direito à diferença

De acordo com Rodrigues (2012) a tutela dos direitos das pessoas transexuais envolve o tratamento sob dois ângulos, onde um primeiro ângulo está ligado à dimensão íntima e privada, à liberdade e autonomia para o livre desenvolvimento de sua personalidade e outro ligado à esfera pública que envolve igualdade de tratamento, reconhecimento e respeito a essa identidade. Afirma que os direitos fundamentais estão assentados em relações de poder, situando-os nos direitos constitucionais, enquanto os direitos da personalidade pressupõem relações de igualdade e assentam-se no direito civil.

Segundo Varikas (2009) a igualdade, princípio fundado dos sistemas políticos universalistas, é uma das promessas mais inacabadas da modernidade. De acordo com o autor o primeiro artigo da Declaração dos Direitos Humanos traz - "os homens/mulheres (sic) nascem e permanecem livres e iguais em seus direitos", ressaltando que se os direitos iguais

precisam ser declarados, é porque fora da vontade humana que os declara, a igualdade não é uma realidade empírica, mas vem a ser através de uma ordem política instituída.

Hogemann (2014, p. 28) aponta a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e que não reproduza desigualdades:

Indivíduos transgêneros - travestis e transexuais são alvos em potencial da discriminação social e da omissão dos agentes estatais, que ocasionam um alto índice de discriminação e violência contra esses segmentos sociais.

De acordo com Henriques et al (2007), as lutas por reconhecimento e igualdade repercutem o contexto internacional de fortalecimento dos movimentos de mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, ajudando na mobilização social por direitos civis e políticos que iniciou nos Estados Unidos por volta de 1960. Os autores colocam que de lá para cá o movimento por direitos humanos apoia-se em um número cada vez maior de instrumentos que regem sobre o tema, onde no plano internacional tem catalisado a formulação de políticas e construção de instrumentos jurídicos para enfrentar situações de desigualdade, injustiça e preconceito e no âmbito nacional, a Constituição Brasileira de 1988 representa o marco institucional legal que possibilita transformações no campo dos direitos humanos.

O Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu inciso III - "a dignidade da pessoa humana", afirma o princípio da dignidade humana como promoção do bem de todas as pessoas e pela integridade de todas as suas concepções de ser. Para Hogemann (2014) a Constituição Brasileira institui a proteção da dignidade humana e o respeito às diferenças individuais, da igualdade de todos os indivíduos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo, em seu artigo 5º, às pessoas de nacionalidade brasileira ou de outras, desde que residentes no Brasil, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade.

O Art. 3º, inciso IV - "promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", veda a discriminação por motivo de sexo ou identidade de gênero, protegendo a orientação sexual de cada pessoa e garantindo também o direito à saúde que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, não diz respeito apenas ao bem estar físico, mas também ao bem estar psíquico e social. (HOGEMANN, 2014).

Para que se torne concreta a dignidade dos indivíduos transexuais pode-se apontar três níveis de ação, de acordo com Gonçalves (2012): o plano do direito internacional dos direitos humanos; o plano do direito constitucional, especialmente o tocante à liberdade,

igualdade e intimidade; e o plano do direito civil e dos direitos da personalidade (corpo, nome, estado e vida privada).

Souza e Bernardo (2014) destacam que a realidade da população transexual é bem diferente disto, o que é visto ainda é o preconceito e a discriminação, tornando-os extremamente vulneráveis. Concebem que as minorias sexuais são aceitas e acolhidas enquanto se mantiverem como minoria, enquanto não representem ameaça aos paradigmas fundamentais do binarismo, enquanto se mantiverem invisíveis e é por isso que esta população tem necessidades específicas e precisa de políticas públicas com ações afirmativas que combatam a exclusão e promova a inclusão com dignidade e participação.

O que assistimos é um verdadeiro processo de luta pela vida, segundo Scheibe (2008, p. 155) luta por direitos que são inerentes à individualidade e a condição de ser humano, como: direito à vida, à integridade física e psíquica, ao próprio corpo, à privacidade, à intimidade, ao nome, à imagem, à honra, à voz, à propriedade intelectual, entre outros, colocando que tais direitos dizem respeito tanto aos direitos fundamentais diante do Estado e da sociedade civil, como também os direitos personalíssimo descritos nos artigos iniciais do Código Civil Brasileiro.

Para que possam viver com dignidade, estes direitos encontram em algumas Leis, Decretos e Resoluções respaldos e punições para ações que venham a feri-los, como por exemplo, a Lei Estadual n. 10.948/01 (SÃO PAULO, 2001) que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências, proibindo a discriminação por homofobia e transfobia, proibindo à exposição ao vexame, humilhação, constrangimento, proibição de uso de espaços/locais/serviços em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

De acordo com Soares (2007) o uso ardiloso da diferença faz com que a compreensão de atitudes preconceituosas, racistas, etnicistas, homofóbicas sejam explicadas pela simples rejeição à diferença e pela falta de capacidade de aceitar e lidar com o diferente, decretando sua prescrição e demarcando a distância entre os diferentes, garantindo assim o equilíbrio e a harmonia social.

Em 2003 o governo brasileiro apresentou uma resolução à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas intitulada Orientação Sexual e Direitos Humanos, tratando sobre o reconhecimento da diversidade sexual como um direito humano, condenando qualquer violação nesta área. Infelizmente até hoje o assunto permanece em pauta, mas nunca foi a votação. (HENRIQUES et al., 2007).

Henriques *et al.* (2007) salientam que no Brasil, a educação inclusiva está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996) que assegura o direito à escola a todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação. Porém, ainda se tratando de educação, os autores colocam que o Plano Nacional de Educação de 2001 - Lei 10.172 (BRASIL, 2001), foi extremamente conservador em seu tratamento dos temas relativos à gênero e orientação sexual.

A responsabilidade do Estado não se encerra na garantia do acesso isonômico à educação, é seu dever promover um ensino de qualidade por meio do respeito às pluralidades, garantindo a permanência de todos e todas nas escolas. (BRITO, ROSÁRIO, ALMEIDA, 2015). Para os autores, o Ministério da Educação tornou possível que pessoas transgêneras pudessem usar, desde 2014, o nome social em sua inscrição para o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), sendo que este número se manifesta de forma muito baixa considerando-se que estamos falando de uma seleção nacional. Outro ponto que merece destaque aqui é que mesmo optando pelo uso do nome social em sua inscrição no ENEM no momento em que manifestará interesse por uma vaga disponibilizada pelo o SISU (Sistema de Seleção Unificada) para ingresso a uma universidade pública, este terá ali impresso seu nome civil, uma vez que os sistemas não se comunicam.

No âmbito nacional tem-se o Programa do Governo Federal de Combate à Violência e às Discriminação contra LGTB⁶ e Promoção da Cidadania Homossexual, através da Campanha Brasil sem Homofobia, que se situa no âmago das políticas públicas para a população em questão visando o combate ao preconceito e as intolerâncias. Tal programa traz uma proposta intersetorial, abrangendo setores da educação, cultura, trabalho, segurança pública e saúde. (LIONÇO, 2008).

Ainda no tocante à saúde, Lionço (2008) coloca que o Sistema Único de Saúde, instituído no Brasil pela Lei Federal n. 8.080/90 (BRASIL, 1990) trazendo como princípios a universalidade do acesso e integralidade da atenção, onde a saúde aparece como um direito de todos os indivíduos e dever do Estado, tem sua realidade atravessada por iniquidades que precisam ser combatidas com ações que buscam reverter quadros de exclusão e violação dos direitos humanos. A autora coloca que por meio da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde - Portaria n. 675/2006, o SUS deu um passo à frente ao assegurar o atendimento humanizado e livre de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero,

⁶LGBT - Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, incluindo transgêneros/queer.

assegurando não só o direito a assistência médica, mas também o uso do nome social para travestis e transexuais que utilizam o programa.

No Brasil não se pode dizer que as pessoas transgêneras tem exercido o direito a sua identidade de forma digna, sendo que além de uma série de atitudes sociais discriminatórias, o silêncio do Estado diante de tudo isto (ausência, deficiência de leis e falta de políticas públicas) pode ser encarado um exemplo grave de transfobia. (BRITO, ROSÁRIO E ALMEIDA, 2015). Um outro ponto que merece destaque quando falamos em direito está na representação identitárias e a adequação do nome à sua expressão/identidade psíquica e social de gênero. Maranhão Filho (2012) coloca que o uso do nome adequado é de extrema importância à constituição emocional e psicológica da pessoa transgênera, como veremos no tópico abaixo.

4.2.O nome social para pessoas transgêneras

O nome revela o papel no mundo englobando tanto o caráter subjetivo, quanto social, profissional, afetivo, sexual, familiar entre outros, fazendo parte dos atos performáticos do cotidiano, antecedendo o corpo, o gênero e o sexo, pois anuncia os mesmos, podendo tanto visibilizar politicamente os sujeitos, como também silenciá-los (ALVES, MOREIRA, 2015).

Antes de iniciar o assunto deste tópico - o uso do nome social, faz-se necessário um parêntese para colocar que, de acordo com Scheibe (2008), o ponto pacífico entre as mais variadas afirmações sobre a caracterização do transgênero é a certeza da incompatibilidade entre o sexo biológico e a identificação sexual dos indivíduos, como já apresentado em capítulos anteriores deste trabalho. Como coloca também Jesus (2012) cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como o próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam aparência e comportamento feminino e homens transexuais, aparência e comportamentos masculinos.

Alves e Moreira (2015) completam colocando que o nome social é uma expressão brasileira que pode ser entendida como o nome escolhido pelas pessoas transexuais, uma vez que existe uma incompatibilidade entre o nome que consta em seu registro civil e sua identidade de gênero.

Aliado a isto, como colocado por Gonçalves (2012), no plano do direito as primeiras pretensões das pessoas transexuais referem-se às mudanças de nome e do sexo no registro civil, uma vez que sem tais mudanças, não se completa o processo de inclusão, porém até o presente momento isto só é possível após o processo de transexualização ou uma

cirurgia de transgenitalização. Faz-se necessário colocar que, de acordo com Jesus (2012) nem todas as pessoas transexuais estão interessadas em se submeterem a estes processos, uma vez que o que determina a identidade é a forma como se identificam e não um procedimento cirúrgico. Como coloca a autora, a falta de um procedimento cirúrgico, contudo, torna um impedimento para a troca de nome/sexo no registro civil.

Sobre este assunto é importante destacar a colocação de Bento (2014) sobre o reconhecimento pleno de pessoas transexuais:

Em diversos países tem possibilitado conquistas, a exemplo das leis de identidade de gênero espanhola, argentina, uruguaia e inglesa. De forma geral, estas legislações normatizam as cirurgias de transgenitalização e a mudança nos documentos para as pessoas trans. Entre as legislações há diferenças consideráveis. No Brasil, no entanto, há uma criatividade inédita no cenário internacional: inventou-se o nome social para pessoas trans. São normas que regulam o respeito à identidade de gênero em esferas micros...E como podemos explicar a nossa singularidade? Seria um descaso do Legislativo? ...ou seremos tentados a pensar que é devido exclusivamente à hegemonia conservadora que ora domina o Parlamento que surgiu o nome social. (BENTO, 2014, p. 3).

Bento (2014) afirma que as leis dos diversos países dispõem sobre o direito das pessoas trans mudarem de acordo com a compressão que o legislador tenha do seu gênero, sendo que quanto mais próximo de uma visão biologizante de gênero maiores serão as exigências para as cirurgias de transgenitalização, para só assim, ser possível as mudanças do nome e sexo na documentação de uma pessoa. Na Espanha a Lei de Identidade de Gênero permite que as pessoas trans alterem seus documentos sem ter feito a cirurgia, mas aponta a necessidade de um diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) emitido por um especialista. Já na Argentina nada disto é necessário, existe uma legislação aprovada em 2012 em que prevalece o princípio de reconhecimento da identidade de gênero, não sendo necessário exames, protocolos ou atestados.

O Código Civil (BRASIL, 2002), art. 16, dispõe que "toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e sobrenome". O nome aparece com duas funções: individualizadora e identificadora, onde a função individualizadora diz respeito à necessidade de distinguir os indivíduos que compõem a sociedade e a identificadora diz respeito ao plano privado (o que o indivíduo considera de si próprio) e plano público (função de identificar o indivíduo família, social e juridicamente), daí o direito de cada indivíduo, ao nascer, ter direito ao nome. (HOGEMANN, 2014).

Gonçalves (2012), coloca que o registro civil por conter presunção de veracidade e destinar-se a dar publicidade ao estado da pessoa, atua como instrumento de

reconhecimento da identidade no meio social, da confirmação jurídica de quem a pessoa é, de que há harmonia entre sua identidade social e jurídica. Conclui:

É exatamente a exibição de documentos compatíveis com a realidade apresentada que preservará o transexual das situações vexatórias, as quais, diante do constrangimento - que causam, colocam a pessoa em situação de vulnerabilidade e exposição, contribuindo para que se torne (e seja mantida) vítima de violência e discriminação.(GONÇALVES, 2012, p. 144)

No Brasil,a partir de 2008, algumas legislações federais, estaduais e municipais, tem pautado o uso do nome social, principalmente em se tratando do âmbito escolar, contemplando desde as modalidades de Educação Básica até Ensino Superior. (ALVES, MOREIRA, 2015).

No Estado de São Paulo, transexuais e travestis tem direito à escolha do nome pelo qual querem ser chamados. O Decreto Estadual de São Paulo n. 55.588/10 (SÃO PAULO, 2010) vem como uma tentativa de auxiliar na diminuição dessa violência e dessa humilhação, dispondo sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas, dando às pessoas transexuais o direito de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta, sendo que o nome social deverá constar em todos os documentos, fichas, formulários e crachás, devendo ser tratado como ali está.

A Portaria n. 233/2010 do Ministério do Planejamento assegura aos servidores públicos o uso do nome social adotado por travestis e transexuais. Neste mesmo sentido tem-se a Deliberação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo n. 125/2014 (SÃO PAULO, 2014b) que dispõe sobre a inclusão do nome social nos registros escolares das instituições de ensino públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, respeitando a cidadania, os direitos humanos, a diversidade, o pluralismo e a dignidade humana. No caso de menores de idade é necessária a autorização expressa de seus responsáveis legais.

Contribuindo com as diversas resoluções estaduais e municipais, o Ministério da Educação publicou, em 2011, a Portaria n. 1612 que assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha do tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação(BRASIL, 2011b). A Portaria n. 1820/2009 do Ministério da Saúde dispõe sobre o registro do nome social na rede de serviços que presta. (BRASIL, 2009). E a Resolução n. 615/2011 do Conselho Federal de Serviço Social também autoriza o nome social para os assistentes sociais. (BRASIL, 2011a)

Pela Secretaria de Direitos Humanos - Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais, temos a Resolução n. 12/15 que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência a todas aquelas pessoas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização, envolvendo questões como nome social, acesso ao banheiro, facultado o uso de roupas que identifiquem às pessoas quanto ao gênero. (BRASIL, 2015).

Recentemente temos a aprovação do Decreto n. 8.727 /2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional. (BRASIL, 2016), assim como a decisão do Supremo Tribunal Federal de 1o. de março, como citado anteriormente.

Segundo Hogemann (2014) o reconhecimento formal do nome social pelos órgãos públicos, além de visar a dignidade e gerar a inclusão social de transexuais, intenta também a cidadania, uma vez que diante dos constrangimentos causados pelo uso do nome civil, muitos indivíduos transexuais deixam de exercer seus direitos civis e sociais, como direito à educação, à saúde, ao trabalho.

Neste sentido, conforme apresentado por Monteiro (2014) tramita no Congresso o Projeto de Lei João W. Nery⁷ - PL 5002/2013 (BRASIL, 2013), também conhecido como Lei da Identidade de Gênero, de autoria do deputado federal Jean Wyllys e co-autoria da deputada federal Erika Kokay , que visa permitir uma gama de direitos referentes à identidade de gênero, dentre eles a mudança do prenome sem necessidade de autorização judicial, de cirurgia de transgenitalização, ou de laudos médicos, sem que se invada a privacidade da pessoa ou que espere uma eternidade para que isto ocorra, podendo ser solicitada no cartório. Os autores deste projeto de Lei justificam que estamos falando de pessoas que se sentem, vivem, se comportam e são percebidas pelos outros como homens e mulheres, mas cuja identidade de gênero é negada pelo Estado que reserva para si a exclusividade de determinar os limites exatos entre a masculinidade e a feminilidade e os critérios para decidir quem fica de um lado e quem do outro, como se isto fosse possível.

O Brasil é o único país que no vácuo de uma legislação geral, as instituições garantam um direito negado em esfera maior. De um lado um corpo de normatizações que

⁷João W. Nery - Pioneiro na luta pelos direitos dos transexuais e o primeiro homem trans brasileiro a passar por uma cirurgia de redesignação sexual. Abandonou o trabalho e os estudos para poder exercer a sua verdadeira identidade de gênero, vivendo no anonimato e na clandestinidade, com documentos falsos, como tentativa de driblar uma lei que o impedia de ser ele mesmo. Há o livro autobiográfico escrito por João Nery – Viagem Solitária, no qual ele narra sua vida e as dificuldades decorrentes de sua identidade de gênero.

deve se regular a vida em âmbito de gênero (escolas, universidades, repartições públicas, bancos), do outro a inexistência de leis que garantam e assegurem a existência da diversidade humana. O mesmo Estado que reconhece o direito à identidade de gênero, uma vez que universidades, escolas e repartições públicas são instituições públicas, na outra ponta nega este direito ou precariza-o quando vincula as mudanças nos documentos a um parecer psiquiátrico ou processo judicial (BENTO, 2014).

Alguns pequenos avanços são notados ultimamente, como a Portaria n. 33 do Ministério da Educação - MEC, publicada em 17 de janeiro de 2018 que torna obrigatória para todas as escolas de ensino básico do país, quer sejam elas públicas ou privadas, o uso do nome social de alunos/as trans nos registros escolares.

Fora deste ambiente escolar, em 1o. de março de 2018 o Supremo Tribunal Federal - STF autorizou que pessoas transgêneras alterem seu registro civil em cartório sem a necessidade de cirurgia de redesignação genital ou laudo psicológico.

Alves e Moreira (2015) colocam que para as pessoas transexuais fazer o uso de seu nome social é mais do que um conjunto de letras, operando como um mecanismo de transgressão da norma dominante, tornando-se também um mecanismo de resistência política, levantando também a pergunta se ter apenas o nome social reconhecido seria o suficiente para ter sua identidade de gênero também reconhecida. Ainda de acordo com Monteiro (2014) independente de ter ou não realizado a cirurgia, o indivíduo vive uma identidade de gênero diversa da identidade legal admitida para seu sexo biológico, devendo ser respeitada a identidade de gênero com o qual se identifica. Nesse sentido, considera que a alteração de registro civil é para as pessoas transexuais o passaporte para se inserirem na sociedade, vivenciando os atos da vida civil que toda pessoa tem o direito, eliminando do seu cotidiano situações discriminatórias e preconceituosas que as expõem e humilham.

O efeito provocado pelo uso do nome social no outro aponta, de acordo com Alves e Moreira (2015) para um duplo processo de aceitação/reconhecimento ou de rejeição/negação, onde o primeiro fortalece a escolha feita, enquanto o último tolhe e cerceia o direito de ser. Ao lado do nome social outra alternativa tem sido buscar recurso na justiça, acionando-a como poder autônomo na garantia de direitos, sendo comuns as decisões que garantam a mudança de nome sem a realização das cirurgias, mas ainda exigindo-se laudos médicos. A prerrogativa legal do uso do nome social como autodeclaração da identidade de gênero é apenas um dos pontos que as pessoas transexuais enfrentam, travando outros desdobramentos como os apresentados a seguir.

4.3. Os espaços escolares

A heteronormatividade é uma construção discursiva com viés político, capaz de produzir modos de subjetivação, com o intuito de estigmatizar e marginalizar àqueles corpos que fogem dela. É constituída por regras, produzidas pela sociedade e que precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para dar efeito de substância, de natural. A escola é co-responsável pela manutenção e criação destas hierarquizações geradas a partir das idéias de masculinidades e feminilidades, sendo que através de seus instrumentos oficiais e ocultos, orientam as avaliações realizadas em torno dos sujeitos. (CAETANO, 2011).

A escola está inserida na cultura e, como tal, estabelece relações com seu entorno, refletindo valores e comportamento sociais. Alves e Moreira (2015) apontam que seus mecanismos de regulação interna são decorrentes das interações estabelecidas entre os sujeitos, podendo surgir formas de representação de violência:

A escola pode ser tomada como um local de expressão de violência decorrente de fatores externos, de sistemas de poder exteriores a ela, usualmente da comunidade, mas que ali ecoam e se deflagram. A chamada violência na escola. Há também outra forma de expressão da violência escolar, aquela oriunda de fatores internos, das relações de subalternidades existente entre docentes, discentes e demais profissionais da educação...Discursos e práticas escolares produzem verdades e significados, revelam regras oficiais e extraoficiais de convivência, evidenciam posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas sociais. (ALVES, MOREIRA, 2015, p.65)

Prado e Ribeiro (2014) apontam a escola como um ambiente propício para a discriminação e a violência, onde além de invisibilizar questões relacionadas a gênero, ela pode (re)produzir representações sociais tornando-se um espaço para construção de preconceitos e discriminação, onde meninos e meninas aprendem, muitas vezes da maneira mais cruel, a tornarem-se masculinos, femininas e heterossexuais.

Polak (2016) faz o uso de Foucault e sua obra *Vigiar e Punir* quando apresenta as escolas como prisões, demonstrando que a principal característica destas instituições é a disciplina corporal, manipulando gestos e comportamentos, tornando-os o mais obediente possível, vigiando-os, fazendo-os seguir normas e padrões.

Segundo Louro (1997, p. 58), a escola entende muito bem de diferenças, distinções e desigualdades, mais do que isto, delimita espaços, separa e institui:

Desde seu início a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a separar adultos de

crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos de meninas.

Em seu livro "Gênero, sexualidade e educação" Guacira Lopes Louro (1997, p. 63) discorre sobre a tarefa mais urgente que precisa ser realizada: "desconfiar do que é tomado como natural", nos provocando quanto ao que é chamado de natural:

É natural que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos em grupo e para as filas? É preciso aceitar que naturalmente a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? [...] É de se esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de aptidão características de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar estes alunos através de critérios diferentes? [...]. E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam as atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos preocupar, pois isso é indicador de que esses alunos estão apresentando desvios de comportamentos?

A heterossexualidade tornou-se mais do que uma identidade sexual, sendo a construtora de uma ordem social e tudo o que não se encaixa nesta ordem sofre algum tipo de violência, simbólica ou física, sustentada pela idéia de superioridade (JESUS, SOUZA, SILVA, 2015).

As escolas brasileiras foram historicamente organizadas de acordo com os padrões heteronormativos, valorizando e edificando como padrão um único componente: o adulto, masculino, branco, heterossexual (HENRIQUESet al, 2007). Nas escolas os processos de constituição de sujeitos de produção de identidades heterossexuais produzem e alimentam a homofobia, o sexismo, a misoginia, alimentando a discriminação. De acordo com Bento (2011) ⁸citado por Souza e Bernardo (2014, p. 162) o uso da expressão "Escola: espaço de reprodução de HeteroTerrorismo" caracteriza bem à incapacidade da instituição em lidar com a pluralidade e as diferenças dos alunos, reproduzindo um padrão machista e heteronormativo que há séculos acompanham a sociedade.

Junqueira (2011) estabelece que a escola se estruturou a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas, crenças, responsável por reduzir a figura do outro ao estranho, inferior, pecador, doente, pervertido. É um espaço onde circulam preconceitos que colocam em movimento as discriminações em suas mais variadas formas: classismo, racismo, sexismo, homofobia entre outros.

Bento (2011, p. 552) afirma que "nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. A

⁸BENTO, B. A. de M. Na Escola se Aprende - que a diferença faz uma diferença. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v19, n.2, p.549-559, agosto, 2011.

autora concebe que as reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo constante que incentiva e inibe comportamentos e a escola reproduz isto, lembrando o que normalmente se escuta: "pare com isso! isso não é coisa de menino! ou isso não é coisa de menina! Mais do que inibir, leva a um processo de invisibilidade, lembrando que quando o "outro" aparece no discurso é para ser eliminado.

A produção e reprodução dos discursos dentro da escola também se dão no plano de seus currículos, práticas, diretrizes e regimentos que vão de uma maneira quase imperceptível, condicionando os indivíduos e determinando o local de seus corpos. Os discursos possuem o poder de ratificar o binarismo social de inclusão/exclusão, feminino/masculino, próprio/impróprio, quem manda/quem obedece como se fossem arranjos naturais que acentuam as diferenças entre dominantes e dominados, demarcando barreiras sociais e culturais, apresentando seus mecanismos de poder (CRISTO, 2017).

Falando sobre o cotidiano escolar, Bento (2011) aborda o sofrimento de uma criança que é obrigada a ir à escola todos os dias e lá irá precisar lidar com piadinhas, com o isolamento, com a exclusão. A escola, como coloca a autora, torna-se um ambiente de terror.

Homossexuais, travestis e transexuais tem suas possibilidades de inserção social seriamente comprometidas e, a grande maioria dos casos, privados de acolhimento afetivo dentro de suas próprias famílias, haja visto o grande número deles que acabam fugindo, abandonando suas casas e até mesmo sendo expulsos delas. Segundo Henriques et al (2007) fragilizados ainda precisam encontrar forças de lidar com o estigma e a discriminação ostentativa dentro dos espaços escolares, por parte de outros alunos, professores, dirigentes e servidores:

Não raro enfrentam obstáculos para se matricularem, participarem de atividades pedagógicas, terem suas identidades minimamente respeitadas, fazerem uso dos espaços disponíveis na instituição escolar (banheiro) e conseguirem preservar sua integridade física. (HENRIQUES *et al*, 2007, p. 71)

Prado e Ribeiro (2014) discorrem sobre o tema colocando que a configuração heterossexual é a única valorizada positivamente como princípio de vida, sendo a heterossexualidade um regime político de normalização dos corpos, onde meninos e meninas são educados, dentro dos espaços escolares, a repetirem os papéis que lhe cabem na dinâmica social. Os autores fazem uso da invisibilidade dos homossexuais dentro destes espaços, fazendo com que a heterossexualidade seja a única forma de vivência sexual possível.

Para Cristo (2017) a escola entende de desigualdades, diferenças e segregações, uma vez que ela foi legitimada e consagrada, especialmente pelo Estado, como uma das

maiores reprodutoras de desigualdades e distinções quer seja por meio de seus currículos, uniformes, estrutura, aulas cronometradas, regimentos e regulamentos, que tem efeitos sobre o sujeito e reverberam em suas relações sociais, políticas e culturais.

Os reflexos da discriminação, da humilhação, da indiferença podem ser constatados no desempenho acadêmico e na qualidade de interação destes. As ocorrências de agressão verbal (ênfatizando o uso de apelidos) e física no ambiente escolar levam à evasão ou abandono numa forma de evitar o sofrimento. Contudo isto ganha proporções infinitas e reflexos por toda a vida do indivíduo, uma vez que a escolaridade é uma das portas de entrada para o mercado de trabalho. (SOUZA PEREIRA, 2012).

Jesus, Souza e Silva (2015) abordam o tema colocando que a repulsa se revela por meio de agressões físicas e verbais a estudantes que não se encaixam nesta heteronormatividade, sofrendo o que chamamos de bullyinghomofóbico:

Na escola o bullyinghomofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que, diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar (DINIS, 2011, p. 42-43 apud JESUS, SOUSA, SILVA, 2015, p. 283).

Para Junqueira (2011) temos nela instaurada uma pedagogia do insulto por meio de piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes. Ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais se fazem uma constante dentro destes espaços, expondo as pessoas desde muito cedo às múltiplas estratégias do poder e regimes de vigilância. Mais do que isto, constituem poderosos mecanismos heterorreguladores de dominação, normalização, ajustamento, silenciamento e exclusão.

O autor vai além, coloca que tais brincadeiras ora camuflam ora explicitam injúrias e insultos, que são jogos de poder que marcam a consciência, inscrevem-se no corpo e na memória da vítima e moldam suas relações com o mundo, mais do que uma censura, traduzem um veredicto:

O veadinho da escola terá seu nome escrito nos banheiros, carteiras e paredes, permanecerá alvo de zombaria, comentários e variadas formas de violência enquanto sorratamente controla e interpela cada pessoa. (JUNQUEIRA, 2011, p. 80).

Um outro ponto que merece destaque dentro do ambiente escolar são as aulas de Educação Física. Como colocado por Louro (1997), a constituição da identidade de gênero

é explícita e evidente, onde turmas são separadas como femininas e masculinas e as diferenças de habilidades físicas são perpetuadas.

Transformações de conduta é claro que ocorrem (como citado nos decretos e resoluções), porém vagarosamente e sofrendo várias resistências. Um exemplo claro disto foi a polêmica criada em torno da distribuição, por parte do Governo Federal, em 2011, do material contra a homofobia em escolas públicas de todo o Brasil. O argumento usado para a resistência foi que o material geraria uma influência negativa às crianças e adolescentes ao tratar com naturalidade as relações homossexuais e as formas de identidade de gênero que fogem aos ditos padrões. (SOUZA e BERNARDO, 2014).

Quanto ao assunto "cotidiano escolar" um outro ponto que merece destaque, segundo Louro (1997) são os livros didáticos e paradidáticos. Segundo a autora, os mesmo tem sido alvo de várias investigações quanto a gêneros, grupos étnicos, classes sociais onde pesquisas indicam profissões e tarefas que neles são tratadas como "de mulheres", "de homens", "de negros", "de brancos", além da abordagem do conceito família típica constituída por pai + mãe + filhos.

Ainda de acordo com Louro (1997, p.85):

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e se por fim, se não nos sentimos conforme com essas divisões sociais, então certamente encontramos justificativas não apenas para observar, mas para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades.

Junqueira (2011) completa colocando que a escola, lugar de conhecimento, quando falamos em sexualidade e gênero, é vista como um lugar de censura, desconhecimento, ignorância, violência, medo e vergonha.

Ainda de acordo com Junqueira (2011) todo este regime de controle somado a um ambiente de estresse e agressões faz com que estudantes transgêneros comecem a se afastar deste ambiente escolar ou a incorporar a necessidade de apresentarem um rendimento escolar irrepreensível, acima da média, precisando ser e ter sempre "algo mais" para poderem ser tratados como iguais.

E se as aulas de educação física causam desconforto, o que não falar da questão dos banheiros, que aparece como um espaço de violência e exclusão, indo além dos direitos civis das pessoas, afetando à saúde. Por interferir com funções fisiológicas essenciais quando

se dificulta o acesso das pessoas transexuais ao banheiro do seu gênero, pode fazer com ele não use o banheiro de gênero que não lhe pertence, aumentando o risco de infecções urinárias, renais, hemorragias e a desidratação. (SOUZA e BERNARDO, 2014).

Se tratando do uso do banheiro, Barros (2014, p. 126) coloca:

Ora, sabemos que o banheiro serve como marcador dos corpos geneificados, que ratificam as normas de gênero. Sendo assim, a utilização dos banheiros pelos transgêneros gera desconforto e a violência, pois coloca em xeque a divisão dos espaços a partir dos critérios que alinham sexo, gênero e prática sexual.

O banheiro é analisado como a porta e ponte, sendo o primeiro representado como a interação entre as partes, masculino e feminino, e um mesmo sujeito e o segundo como momento de separação, demarcação e criação de diferenças. Se faz um lugar de ditos e interditos, ligado diretamente à sexualidade, uma vez que define os campos de pertencimento do homem e da mulher, estabelecendo normas de uso e regras de convivência. (ALVES, MOREIRA, 2015).

Para Barros (2014) o cerne desta diferenciação se traduz em público e privado. Como relata o autor, o banheiro privado não tem distinção entre masculino ou feminino, são os chamados banheiros de uso doméstico, enquanto os públicos são alvo de várias recomendações, regulados e normalizados, com leis específicas para uso, que acabam por determinar quem deve frequentar quais espaços, dentre outros detalhes.

O processo discriminatório atua por meio de um somatório de preconceitos, numa perspectiva multifatorial:

Se o Estado reconhece pelo nome social e pelo gênero, por que estão questionando o banheiro? Se ela tem aparência feminina, atende pelo nome que adotou, por que a escola insiste em problematizar? (...) aponta para uma situação muito mais grave, onde a questão não é o banheiro e sim o direito de fazer as necessidades fisiológicas e não serem agredidas (ALVES, MOREIRA, 2015, p. 64).

Ercoles (2017) coloca que o espaço escolar não tem sido acolhedor, a escola se apresenta incapaz de lidar com diferenças e pluralidades e como visto, a maior produtora das cis-heteronormas, levando a um alto índice de evasão e entenda-se aqui que evasão não é o deixar a escola, mas o ser expulso dela, como veremos em um relato de história oral mais a seguir. O/A aluno/a chega a seu limite por não suportar o ambiente em que está inserido

A escola somente será democrática quando for um espaço de respeito à diferença e de direito à singularidade e não um espaço de inclusão, uma vez que incluir acaba por silenciar diferenças e diferentes, normalizar ou tornar o outro meu semelhante. A inclusão do diferente é representada como uma visita inesperada que bate à porta adentrando e

ameaçando a estabilidade de um mundo já normalizado e com fronteiras bem demarcadas (CAVALLARI, 2010).

De acordo com Souza e Bernardo (2014) a participação familiar é de grande importância para o melhor enfrentamento e a superação das dificuldades e discriminações sofridas no ambiente escolar, porém infelizmente este acolhimento acontece raras vezes. Segundo as autoras problemas em relação às questões de gênero estão enraizados e espraiados nos diversos níveis da sociedade não só nos primeiros anos escolares, mas acompanham o ensino médio e também ganham força nos bancos universitários, como apresentado a seguir.

3.4. O Ambiente Universitário

Segundo Butler (2009)⁹, citada por Souza e Bernardo (2014, p. 161), as normas sociais não se sustentam sozinhas, cabendo as diversas instituições sociais cuidarem para que elas permaneçam em vigor ou que desapareçam, desconstruindo-as. Na manutenção delas entra a rigidez e o conservadorismo e dentre estas instituições destaca-se a família, a igreja, o trabalho e a "escola". A vida social nestes espaços, em geral, segundo o autor, age de forma a alimentar a exclusão, os estigmas, o preconceito, causando sofrimentos e traumas imensuráveis que são carregados por toda a vida.

Para Bertolini (2011), a sociedade não está englobada por uma cultura, ou dividida em subculturas, mas sim imersa em uma série de fluxos culturais combinados e refeitos em seus repertórios por cada sujeito que se utilizar dos símbolos, signos e significados de acordo com suas intenções. Acrescenta ainda:

Vamos enxergar a escola como uma arena cultural, como um espaço em que entram em confronto e em diálogos diferentes sujeitos de diferentes modos de significação do mundo, o que inclui diversos modos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si mesmo e para o outro. Normas que são construídas e desconstruídas num jogo que envolve desigualdades, opressões, contradições e enfrentamentos. (BERTOLINI, 2011, p. 5).

Ainda segundo o autor, estas contradições se convertem, em muitos casos, em violência e o primeiro resultado de tudo isto, muitas vezes é o abandono dos estudos e aí se tem uma bola de neve, uma vez que o mesmo é a porta de entrada para o mercado de trabalho.

Não diferente de qualquer outro ambiente de ensino, as Universidades são dotadas de marcadores sociais de diferenciação, como classe, gênero, raça, território,

⁹BUTLER, J. Desdiagnosticando gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 95-126, 2009

sexualidade e outros (NARDI, 2013). As Universidades não ficam de fora da reprodução de preconceitos, julgamentos antecipados, crenças, estereótipos, aversões, reproduzindo a homofobia:

A homofobia consiste em um fenômeno complexo e variado que envolve distintas formas de preconceitos (sutis ou manifestos) e discriminações expressas em diversos âmbitos sociais, por meio de violências psicológicas (agressões verbais, distinções, exclusões, restrições ou preferências) e violências físicas que anulam e prejudicam o reconhecimento e o exercício pleno da cidadania por parte da diversidade sexual. A gravidade de homofobia não consiste somente em práticas de violência física, mas também nas manifestações da violência psicológica presente nos insultos, piadas, linguagens cotidianas, entre outras manifestações que violam direitos humanos básicos e essenciais de um indivíduo que é julgado inferior apenas por sua identidade sexual ou de gênero (SOUZA, SILVA, SANTOS, 2015, p. 638).

Inseridas numa sociedade, a Universidade busca preparar as pessoas para uma profissão e inserção social, reproduzindo, na maioria das vezes, os valores da família, da religião, da desinformação, da cultura vigentes nesta sociedade, produzindo efeitos como baixo rendimento acadêmico, evasão, isolamento social, tornando as pessoas propensas a sentimentos de tristeza e muito sofrimento. (BARROS, 2014).

As hierarquias, as diferenças, as desigualdades estão escancaradas e prontas para serem praticadas a qualquer momento e sentidas logo no ingresso, no chamado rito de entrada - o "trote" que nada mais é do que uma expressão de poder de um grupo sobre o outro, de uma hierarquia, uma prática naturalizada dentro do contexto universitário. (NARDI, 2013).

Ainda de acordo com Nardi (2013), quando o assunto é sexualidade se depara então com o espírito corporativo que se sustenta na hierarquia das profissões. A sexualidade é utilizada como insulto, como um mecanismo de mostrar a superioridade de um curso sobre o outro: "se eu fosse viado, fazia arquitetura", frase muito comum entre os universitários homofóbicos. O preconceito se alimenta na reiteração de estereótipos. O autor acrescenta:

A sexualidade é trabalhada como um idioma, ela fornece o material com o qual se fabricam mensagens e os discursos que interpretam e justificam todas as desigualdades sociais entre homens e mulheres. O lugar diferenciado que cada sexo ocupa no processo de reprodução da vida oferece a base para a aplicação da dominação masculina. (NARDI, 2013, p. 186).

Para Bertolini (2011) a Universidade é um campo de disputas. O ambiente universitário é repleto de gestos e discursos que são construídos e nem sempre a favor da igualdade, onde alunos homossexuais (gays e lésbicas) são aceitos dentro dos espaços desde que "se comportem", ou seja, desde que não se expressem, não aparentem, reprimam sua homoafetividade.

Mas Bertolini (2011) também coloca que, felizmente nos últimos anos é possível identificar uma mudança na postura de estudantes que não se conformam aos padrões hegemônicos de comportamento de gênero: se antes eram simplesmente invisíveis, passando toda a sua trajetória escolar invisível, hoje estão assumindo suas identidades e reivindicando seus direitos, mobilizando mais pessoas para lutarem por igualdade e liberdade e contra relações de poder.

Vale destacar que as Universidades são vistas como um espaço historicamente destinado a um dado grupo social: branco, cisgênero, de classe rica ou classe média alta, oriundos de escolas particulares e bons cursinhos preparatórios. Quando se constituem políticas públicas de ações afirmativas, vindas da necessidade de conferir a um grupo social oposto ao citado: negro, não binário e pobre, uma proteção especial e particularizada em face de sua própria vulnerabilidade, começando a ingressar e permanecer nas universidades estes outros grupos sociais que foram historicamente alijados de participar deste espaço, iniciam-se tensões e conflitos:

Ninguém deseja ceder direitos aos injustiçados, sem que esses lutem por eles. As pessoas desejam sim, aumentar quaisquer direitos já conquistados e nunca ceder em favor dos menos favorecidos, quando tal ajuda indique em ter que dividir direitos (Luther King Jr, citado por Lima, 2014, p. 11).

As Universidades têm toda a sua estrutura administrativa, acadêmica e suas concepções filosóficas e epistemológicas pautadas em função deste grupo social representando pelos brancos, heteros, cisgêneros e ricos. Há de se modificar toda esta estrutura e ampliar as concepções para a política pública tenha, de fato, sucesso. O ingresso de pessoas indígenas, negras, transexuais, homossexuais, com deficiência ao ambiente universitário não significa que ela tenha que desconstruir suas identidades para se ser inserida no contexto universitário, pelo contrário, uma política pública de ações afirmativas significa aproximar a instituição das diversidades, aprimorando suas estruturas e as readequando para atender com dignidade todas as pessoas que compõem a comunidade universitária.

Segundo Piovesan (2008) as violações de direitos, as exclusões, as discriminações, as intolerâncias, os racismos, as injustiças sociais, os homofobismos são um construído histórico a ser urgentemente desconstruído, sendo emergencial que as Universidades adotem medidas emancipatórias para transformar este legado de exclusão étnico-racial e compor uma nova realidade.

De acordo com UFAM (s.d) reconhecer a complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo para diminuir as desigualdades:

A Universidade, sendo o espelho da sociedade, possui o grande desafio de ampliar o reconhecimento à diversidade como parte inseparável da identidade nacional e proporcionar o conhecimento à riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (UFAM, s.d, p. 3).

Na visão de Barros (2014) mais do que reproduzir, a instituição escolar deve assumir a função de repensar os valores sociais, favorecer as pessoas refletirem sobre as consequências de seus atos, estando mais próximas às noções de práticas de reconhecimento de diferenças e liberdade e mais distante do enquadramento moralista.

Enfatiza-se a necessidade de intervenções para que realmente ocorram mudanças em suas normas e representações. Como colocado por Souza, Silva e Santos (2015) é preciso questionar e problematizar que historicamente a heterossexualidade é tida como norma ou padrão, mas que se faz necessário profundas mudanças para que possamos reconhecer as identidades sexuais e de gênero são múltiplas e estão aí e requer destes ambientes uma postura pluralista e democrática.

Os espaços universitários devem contribuir com o debate de um espaço para a diversidade, pela desconstrução de signos de violências e referenciais de comportamento que marcam e atravessam seu cotidiano, com um profundo movimento de respeito ao singular, ao múltiplo e ao que, por destoar do padrão normal, da cor oficial, provoque não uma quebra, mas uma nova cor, um novo corpo, um novo sentido à ordem, um caos produtivo (PEREIRA, 2012).

Inclusão! Palavra que ganhou força nos últimos tempos e que se faz necessária dentro dos espaços universitários. De acordo com Seffner (2011) é uma palavra com contornos políticos e que combina a luta pela visibilidade ao reconhecimento de muitas identidades culturais no Brasil que são consideradas minorias culturais por não deterem o poder de representações na arena política e não necessariamente em termos populacionais.

Ainda de acordo com o autor esta inclusão nos leva a pensar em estratégias que nos são apresentadas como políticas de inclusão, onde temos:

O acesso...tem que prover condições de acesso à totalidade dos interessados em estudar, o que inclui localização próxima do local da moradia, vagas em salas de aula com um número adequado de estudantes, transporte escolar, acolhida adequada. Além do acesso podemos acrescentar um segundo conceito que dá continuidade a este, a permanência, ou melhor, condições de permanência. (JUNQUEIRA, 2011, p. 107).

No sentido de evitar a evasão dos alunos é preciso pensar em uma série de ações conjuntas que vão desde o estímulo aos estudos até a criação de um ambiente de

respeito com a diversidade, articulando com a noção de direitos humanos, evitando situações de estigma e discriminação. (JUNQUEIRA, 2011).

Mas nada disto adiantará se as universidades não estiverem preparadas para atender este novo público, se não houver mudanças profundas não só em seus conteúdos, mas na sua cultura e mais do que isto, que seu corpo docente e técnico estejam preparados para receber com respeito este novo público. A inclusão traz para dentro desta universidade a diversidade e nem todos estão preparados para isto. Aprender a ouvi-los é um bom começo.

Junqueira (2011) coloca que a escola não tem como resolver todos os problemas de estigma e discriminação das pessoas transgêneras, mas ela pode e deve fazer sua parte. O espaço público é por excelência um local de convivência e negociação das diferenças. Enquanto espaço público todos tem direito de manifestar sua diversidade. O espaço público deve garantir a mais ampla liberdade de consciência e crença e não deve permitir que ninguém se sinta constrangido, permitindo que o indivíduo, mesmo sendo minoria, seja respeitado e desfrute das mesmas oportunidades que os demais.

Ser uma pessoa transgênera dentro de um espaço universitário vai além do que as pessoas cisgêneras procuram como realização profissional, melhores condições de empregabilidade, é também motivo de militância, de ocupar e se fazer presente nestes espaços, de se dar e buscar visibilidade. Soares, (2007, p. 15) completa:

Fazer silêncio diante de quem fala e silenciar a quem fala são estratégias de controle e dominação utilizadas desde tempo imemoriais. Fazer silêncio e silenciar é tornar a fala do outro um mero ruído...Antes dessa ocupação do público pelas minorias contidas e silenciadas, só havia para elas o silêncio incômodo de um monólogo opressor... Superar a barreira do silêncio significa superar as barreiras do espaço pública, significa visibilizar-se e se fazer visibilizar.

Enxergamos nas universidades como uma instituição que, conforme colocado por Lopes, Faria e Bezerra (2015), deve estar comprometida com o fomento da solidariedade e desenvolvimento da dignidade, também estando comprometida com o término das desigualdades de gênero, pois pode ser um tanto um espaço de criação e reforço, como também de desconstrução destas desigualdades.

Neste sentido voltamos a inclusão, redemocratização do ensino e a políticas públicas, como apresentadas no tópico a seguir.

5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1. Um pouco de definição e de sua história

Moehlecke (2002) estabelece que a redemocratização no Brasil é um processo recente e formado por diversas lacunas que precisam ser preenchidas, como oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão de carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política do país. Uma das propostas que surgiram para uma destas lacunas, especificadamente quanto ao acesso ao ensino superior e sua permanência nela, está a política de ações afirmativas, também designada "política de cotas" e "reserva de vagas".

Ainda de acordo com o Moehlecke (2002) o termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma gama de sentidos. O autor coloca que a expressão teve origem nos Estados Unidos, por volta dos anos de 1960, fruto de um momento de reivindicações democráticas internas por parte da população negra, tendo como bandeira central a extensão da igualdade de oportunidade para todos. Ainda de acordo com o autor ela não se restringiu somente aos Estados Unidos, havendo experiências semelhantes na Europa Ocidental, Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina e Cuba, aparecendo de diversas formas, na forma de ações voluntárias, de caráter obrigatório, estratégias mistas, programas governamentais ou privados, leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomentos e regulação. Seu público alvo variava de acordo com as situações, mas sempre abrangia uma minoria excluída e deixada de lado; buscava igualdade quanto ao mercado de trabalho, sistema educacional e representação política.

Na definição de ação afirmativa Moehlecke (2002, p. 199) usa a explicação de Barbara Bergmann¹⁰ (1996, p. 7) que coloca:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas - aquelas pertencentes a grupos que tem sido subordinados ou excluídos = em determinados empregos ou escolas.... Pode ser um programa formal ou escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou poder ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de maneira diferente.

De acordo com Piovesan (2008) sob a perspectiva histórica de construção, os direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do "eu versus o outro" em que a diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos:

¹⁰BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996

A diferença era visibilizada para conceder o outro como um ser menor em dignidade e direitos ou, em situações limites, um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável, objeto de compra e venda (vide a escravidão), ou de campos de extermínio (vide o nazismo). Nesse sentido merecem destaque as violações da escravidão, do nazismo, do sexismo, do racismo, da homofobia, da xenofobia e outras práticas de intolerância. (PIOVERSA, 2008, p. 888).

Tratar o indivíduo de forma genérica, geral ou abstrata, é insuficiente. Faz-se necessário a especificação do sujeito de direito que possa ser visto dentro de suas peculiaridades, onde a violação de seus direitos exige respostas específicas e diferenciadas. (MOEHLECKE, 2002).

Guimarães¹¹ (1997), citado por Moehlecke (2002) se contrapõe a esta definição, que de acordo com a Filosofia do Direito, tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas, onde as ações afirmativas aparecem como uma promoção de privilégio de acesso a meios fundamentais - educação, emprego - a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente.

Ainda se tratando de sua definição, as ações afirmativas surgem, de acordo com Lima (2014) como uma proposta viável de controle do racismo, à discriminação e ao preconceito por se configurarem uma política de reconhecimento das diferenças e também de autoafirmação. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, como o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis.

O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no Brasil coloca que as ações afirmativas buscam eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, compensando perdas provocadas pela discriminação e marginalização, quer seja por motivos étnicos, religiosos, de gênero ou outros (MOEHLECKE, 2002). William L. Taylor, citado por Moehlecke (2002) coloca que as ações afirmativas não são especificadamente uma política compensatória redistributiva, pois ela exige que a carência socioeconômica dos indivíduos seja identificada como consequência da discriminação racial, étnica ou sexual, seu problema central.

O livro "Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB" organizado por Bittar, Oliveira e Morosini (2008), faz uma importante explanação referente à realidade do sistema educacional brasileiro, profundamente marcado por exclusão por diversos

¹¹GUIMARÃES, A. S. A. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.233-242

mecanismos, colocando os pobres, negros, indígenas, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, pessoas do meio rural, pessoas com deficiência, diante de uma educação de inferior qualidade, ressaltando a figura da escola como um espaço privilegiado de crescimento intelectual, profissional e social, bem como de construção de valores, democracia e cidadania, mas também como local onde se reproduz ou supera desigualdades e hierarquias, estereótipos, segregação, agrupando os efeitos perversos que isto pode ocasionar aos seres humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é responsável por inovações em termos dos direitos fundamentais, inicialmente pela tônica da proteção geral que expressava o temor da diferença, com base na igualdade. (SANTOS, 2012).

Seifert, Hage (2008) colocam que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo e construção e reconstrução, onde a educação aparece como um direito humano, implicando reconhecer o direito à igualdade e a diferença, onde as ações afirmativas aparecem como políticas públicas e práticas educativas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades sociais em seus múltiplos aspectos. Igualdade para os autores traz como premissa o respeito à diversidade, admitindo as particularidades e as necessidades específicas de cada grupo oprimido. Reconhecer as diferenças é instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a consequente aproximação dos indicadores sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

Especificamente se tratando de ações afirmativas voltadas para a Educação, foco deste trabalho, os autores colocam:

Elas consistem em atender parcialmente às reivindicações dos segmentos sociais minoritários, eliminando os focos de tensão e conflito, promovendo o acesso da parcela desses segmentos aos sistemas de ensino e, conseqüentemente, demandando novas formas de mobilização para que as condições de permanência sejam concretizadas. (SEIFFERT, HAGE, 2008, p. 143).

Sobrinho (2010, p. 1224) acrescenta:

Num país cuja maioria da população é pobre, como o Brasil, a população de baixa renda poderia pagar, na melhor das hipóteses, por uma educação-mercadoria de baixo custo e precária qualidade...A educação bem público tem compromisso com a sociedade e a nação... O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômico. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado.

No Brasil os esforços para a implementação de políticas de ações afirmativas são ainda bem recente. Seifert, Hage (2008) colocam que apesar da ditadura militar reprimir as atividades políticas e a liberdade intelectual, a luta pela inclusão da população afrodescendente desponta por volta de 1960, com as primeiras manifestações para a criação

de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma mínima porcentagem de negros em seu quadro, mas isto se consolida apenas em 1980, com a criação de um Projeto Lei criando uma ação compensatória para afrobrasileiros.

O marco legal de ações afirmativas no Brasil é a Constituição Federal de 1988 com a institucionalização dos direitos humanos no Brasil, estabelecendo importantes dispositivos que traduzem a busca de igualdade. Somado a ela temos também a Lei das Cotas de 1995 (Lei n. 9100/95) que introduziu uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres. Acrescenta-se o Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto n. 1904/1996) que faz expressa alusão às políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis.

A Conferência de Durban¹², na África do Sul, também reforça a importância do Estado em adotar ações afirmativas como medidas compensatórias de discriminação (PIOVESAN, 2008). Foi a partir dela que o Estado brasileiro reconheceu os efeitos do racismo e a necessidade de adoção de medidas que pudessem minimizar ou mitigar as consequências de seus efeitos. A partir daí o Brasil passou a experimentar as ações afirmativas de forma mais sistemática, vindo na forma de cotas ou reserva de vagas em Instituições de Ensino Superior de forma voluntária. (SANTOS, 2012).

Nas palavras de Santos (2012, p. 292):

A posição do Brasil em relação a Durban foi decisiva para o aquecimento do debate acerca das políticas de ações afirmativas. Em documento levado à conferência o país defendeu a adoção de medidas afirmativas para a população afrodescendente nas áreas da educação e trabalho. O documento propôs a adoção de ações afirmativas para garantir o maior acesso dos afrodescendentes às universidades públicas.

De acordo com Piovesan (2008) reforça este contexto, colocando que a, partir de Durban, foram adotados, em 2002, programas de cotas para afrodescendentes em algumas universidades, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade do Estado da Bahia, explanadas mais a seguir quando falado sobre experiências pioneiras.

¹²A Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata indicou que Estados, apoiados pela cooperação internacional, considerem positivamente a concentração de investimento adicionais nos serviços de educação, saúde pública, energia elétrica, água potável e controle ambiental, bem como outras iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas, principalmente nas comunidades de origem africana (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001 citada por SANTOS, 2012).

Santos (2012) estabelece que mesmo não existindo legislação em âmbito nacional que obrigue todas as instituições do país a adotarem algum tipo de Política de Ações Afirmativas, elas já eram uma realidade desde 2002, como citado anteriormente:

Foram iniciadas no estado do Rio de Janeiro, que aprovou leis aplicáveis à Universidade do Estado do Rio de Janeiro–Uerj e à Universidade Estadual do Norte Fluminense–Uenf. Outra unidade da federação que fez algo semelhante foi o Mato Grosso do Sul, que em 2003 aprovou legislação própria. Ancorada na sua autonomia, também em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) aprovou em seu Conselho Universitário a adoção das cotas, situação parecida ocorreu na Universidade de Brasília (UnB)...No que se refere ao ensino superior privado, o Programa Universidade para Todos – PROUNI foi uma importante Política de Ações Afirmativas adotada pelo Governo Federal em 2004. O Prouni destina bolsas em IES privadas para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiências.

A fundamentação legal das Políticas Afirmativas se dá com a promulgação da Lei 12.711/2012 que dispõe sobre a política de reservas de vagas para alunos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior e ensino médio federal, uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais do país, precursora de mudanças significativas na democratização do acesso ao ensino superior e na redução da desigualdade social.

A referida Lei traz em sua redação:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 8º. As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.(BRASIL, 2012).

O Decreto n. 7.824/12 vem regulamentar a Lei 12.711, estabelecendo:

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção para o ingresso nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior.

Art. 2º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (BRASIL, 2012).

Antes desta data cada Universidade de ensino superior poderia, no exercício de sua autonomia, definir políticas próprias de reservas de vagas ou outra forma de ação afirmativa, como iniciativas locais e deliberações de conselhos universitários.

Outras políticas de ações afirmativas no campo da educação como o Programa Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Incluir, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Alfabetização de Jovens e Adultos podem ser aprofundadas no livro Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB, organizado por Bittar, Oliveira e Morosini (2008).

Em se tratando de ações afirmativas que venham minimizar as desigualdades, o tópico a seguir trata das universidades pioneiras.

5.2. Experiências Pioneiras

Algumas universidades anteciparam suas ações e apresentaram atitudes e ações de destaques quanto a mecanismos de acesso à população de baixa renda, indígenas, negros, não esperando por leis ou decretos, mas atendendo a uma demanda de seu entorno.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ ganhou repercussão nacional quando em 2002 e 2003 reservou 45% de suas vagas para egressos de escolas públicas (20%), negros e indígenas (20%) e pessoas com deficiências e filhos de policiais militares, civis e agentes penitenciários mortos em serviço (5%), causando um clima de tensão dentro de seus próprios muros que precisou se adequar para viabilizar o processo seletivo. Além deste clima, ainda enfrentou processos na justiça processos por parte dos candidatos que se sentiram prejudicados quando com nota igual ou superior aos aprovados mediante a "Lei de Cotas" vigente não conseguiram acesso. (SANTOS, 2012).

Contrário ao cenário vivido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado da Bahia- Uneb viu nas ações afirmativas um desejo a ser consolidado, com sua comunidade favorável à adoção, sendo pioneira na implantação autônoma do sistema de reserva de vagas para candidatos afrodescentes em todos os cursos de graduação e pós graduação. (SANTOS, 2012).

Assim como ocorreu na Uneb o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília - UnB aprovou o Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social dando início a um processo que foi se expandindo gradualmente em todas as regiões do Brasil, culminando com a aprovação da Lei 12.711 de 2012. A UnB foi a pioneira entre as Instituições de Federais de Ensino Superior, com 20% das vagas destinadas para candidatos negros em todos os cursos de graduação, admissão de estudantes indígenas por meio de atividades de cooperação com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e intensificação de atividades de apoio ao sistema local de escolas públicas. Seu processo se constituiu através de fatores intra e extra-acadêmicos onde professores, estudantes e outros agentes foram convidados a debater o processo. (SANTOS, 2012).

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS foi a pioneira na adoção de ações afirmativas baseada na reserva de vagas, com a novidade das cotas para indígenas. (SANTOS, 2012).

A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC começa em 2009 desenvolver iniciativas próprias quanto a reservas de vagas e que em atendimento a exigência legal cria a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades com o objetivo de auxiliar a Reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da Universidade, contribuindo para a concretização e o fortalecimento de seu papel social e sua Política de Ações Afirmativas para os Processos Seletivos de 2016 a 2022 (UFSC, s.d.).

A Universidade Federal da Paraíba - UFPB através de seu Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI/UFPB tem ações isoladas desde 1999 e, em 2010, aprova o projeto de Reserva de Vagas com recorte social e étnico racial para Processos Seletivos de Vestibulares, onde através da Resolução n. 09/2010 criando a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas para os cursos de Graduação da UFPB. (LIMA, 2014).

A Universidade Federal de Goiás - 2014 o Espaço Afirmativa, local de referência no desenvolvimento de atividades da Coordenadoria de Ações Afirmativas e Coordenações de Inclusão, Permanência e Monitoria para que fossem pensadas políticas de ações afirmativas na Universidade. A Universidade Federal de Goiás, além de cotas para negros, pardos e

indígenas, é a única do país com cota para estudantes quilombolas. Outra iniciativa da Coordenadoria de Ações Afirmativas é o oferecimento de um Cursinho popular gratuito para pessoas travestis e transexuais que querem se preparar para o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM (UFG, s.d).

A Universidade Federal de Pernambuco - UFPE desde 2013 modificou a sua política de inclusão social e adequou-se à legislação em vigor ao instituir cotas para alunos da rede pública, pretos, pardos e indígenas. Um destaque no tocante a ações afirmativas está no pioneirismo em ações voltadas a população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, na forma de uma política que tem por objetivo favorecer o acolhimento, a inserção e a permanência dessa comunidade na Universidade, sendo promovidas ações afirmativas objetivando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, além de promover a inclusão social através da Educação. Entre estas ações afirmativas de destaque temos: “Projeto Vai ter trans na UFPE, sim!”, “No mundo do trabalho cabem todas as cores” e a Criação da Diretoria de Assuntos LGBT, órgão responsável pela criação da Política LGBT da UFPE (UFPE, s.d);

Dentre as Instituições Federais pioneiras, temos também a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar onde através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, em 2004, aponta entre suas decisões, definir uma política de ações afirmativas e com a tarefa de dar corpo a este propósito em 2005 foi instalada a Comissão de Ações Afirmativas com a responsabilidade de formular propostas para um Programa de Ações Afirmativas. Após ampla discussão com toda a comunidade acadêmica constituiu-se o Programa de Ações Afirmativas aprovado no Conselho Universitário de dezembro de 2006, onde estabeleceu-se a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas a partir de 2007. Já para os estudantes indígenas há um processo seletivo específico, tendo em vista as distintas realidades dos povos indígenas representados por estes alunos. Concomitante a isto, há o Programa de Assistência Estudantil que destina apoio a permanência por meio de Bolsa alimentação, Bolsa moradia e Bolsa atividade. Destaque também aos esforços no sentido de reconhecimento institucional de identidade de gênero, com o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros funcionais e acadêmicos desde 2014; a criação da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – SAADE, em 2015 e a criação de uma Política de Ações Afirmativas, Diversidade, Equidade da Universidade Federal de São Carlos em outubro de 2016 (UFSCar, 2016).

Cupertino e Doula (2009) colocam que se por um lado o objetivo das ações afirmativas é garantir a igualdade de oportunidades individuais criando ferramentas sociais

necessárias ao combate da desigualdade, da marginalização, da discriminação social, ética e racial, mas também à ampliação e ao aprofundamento da diversidade no país, há aqueles que questionam o papel da Universidade como Instituições do Estado brasileiro e sua relação com a base da pirâmide escolar, negra, empobrecida e excluída. Assim temos fatores positivos e negativos apontados no tópico a seguir.

5.3. As políticas públicas de ações afirmativas

De acordo com Sobrinho (2010) a pobreza é um dos fatores mais importantes de exclusão social e cultural. A privação dos bens materiais e exclusão dos bens espirituais e culturais tem forte correlação. Em se falando de Brasil o passivo educacional é ainda maior que o econômico, colocando apenas uma pequena parcela da grande massa dos pobres brasileiros numa carreira universitária. As ações afirmativas aparecem como um mecanismo promotor de transformação da realidade na busca da equidade.

Na linha de defesa às ações afirmativas, Leite (2011) coloca que as especificidades precisam ser vistas também no que possuem em comum e, por este prisma, é necessário considerar que o ambiente dos estudantes vindos das camadas excluídas é bem diferente daquele vivida por outros estudantes. Eles vêm de uma educação formal deficitária, oferecida por uma rede pública desqualificada pela falta de investimentos por parte dos governos:

Sejamos honestos, bons colégios, cursos de língua estrangeira, acesso às salas de cinema, teatro e artes, colônias de férias, viagens com familiares e escolares, aquisição de jornais, revistas, material didático bom e moderno conteúdo, manejo regular de equipamentos como computador e acesso a redes de informação disponíveis pela internet, ambiente domiciliar dotado de infraestrutura adequada à realização das tarefas escolares é uma questão de classe e não, exata ou exclusivamente de mérito. (LEITE, 2011, s.p.).

Nesta mesma linha de defesa Feres Júnior (2006) citado por UFAM (s.d.) coloca três argumentos que justificam as políticas de ações afirmativas: reparação, justiça distributiva e diversidade, onde a reparação está relacionada a um argumento de apelo moral que justifica medidas compensatórias para descendentes africanos, indígenas, que historicamente sofreram discriminações raciais; o argumento da diversidade assume a existência da correlação entre cultura e raça, numa sociedade tão complexa quanto a nossa e o argumento da justiça social tem grande legitimidade desde quando o Brasil retornou a democracia, com base no do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo com Smaili (2015) a Lei 12.711 vem trazer para dentro das Universidades toda uma diversidade socioeconômica, cultural, racial e política presente, e muito viva, no interior das nossas instituições, mudando totalmente e gradativamente seu perfil, pedindo transformações e mudanças de posturas.

Hass e Linhares (2012) coloca que se a maioria dos pobres é composta de cidadãos afrodescendentes, a exclusão começa antes mesmo de seu nascimento e trazê-los para o ensino superior pode ser uma forma de minimizar desigualdades sociais históricas e uma forma de possibilitar a plena participação social e econômica do país. Coloca ainda que as cotas propiciam vantagens aos negros sim, mas não aos negros pobres, porque estes vivem à margem dos limites da pobreza e sequer sonham com uma Universidade, mas aos negros que se misturam aos brancos no tecido social da classe média baixa e que por práticas discriminatórias acabam excluídos pelo funil do vestibular tradicional baseado na meritocracia.

Um ponto que os adeptos às ações afirmativas concordam é que as ações afirmativas se justificam por seu caráter temporário e transitório e que não podem ser permanentes. Quando alcançada suas metas e objetivos elas se esvaziam em suas razões de existência e não mais se sustentam juridicamente. Ela é um instrumento capaz de provocar resultados positivos no processo de diminuição das injustiças a que foram e são submetidos os menos favorecidos no Brasil. (HAAS, LINHARES, 2012).

Aquino (2010) coloca que é nas universidades que o discurso da não inclusão racial mantém as formas mais cruéis de discriminação, preconceito e racismo, onde aqueles que conseguem derrubar as barreiras educacionais esbarram na tecnologia do poder, a qual faz o corte justificando a necessidade de manter a divisão em dois blocos, onde de um lado se ter a "produção de excelência" formada por aqueles que ingressaram por meio do mérito e do outro a "produção do fracasso" formada por bons sujeitos, mas que carregam em si a sobrecarga dos marcadores da história.

Um ponto apresentado pelos desfavoráveis as ações afirmativas são abordadas por Aquino (2010) quando colocam que os egressos através das ações afirmativas são vistos como os indivíduos de baixo desempenho intelectual, ineficientes no estilo de escrita. O desempenho é medido pela clareza das divisões entre as classes e pela precisão de suas fronteiras.

Também na linha de que as ações afirmativas acabam por prejudicar a qualidade do ensino superior Hass e Linhares (2012) falam sobre o questionamento que este fato poderia levar a degradação da qualidade de ensino ministrado, pois os alunos que entram

através das cotas não tiveram o mesmo preparo intelectual e escolar que os outros durante sua trajetória escolar, o que elevaria também o índice de evasão por falta de condições financeiras de permanecer nas universidades.

Moehlecke (2002, p. 210) coloca que as ações afirmativas podem ser vistas como um privilégio:

Aqueles que as percebem como um privilégio atribuem-lhes um caráter institucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em detrimento de outro e estariam em oposição a idéia de mérito individual, o que também contribuiria para a inferiorização do grupo supostamente beneficiado, pois este seria visto como incapaz de vencer por si mesmo. ..Seria neste caso a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam por suas qualidades e esforços ao invés de vencer mediante favores, redes de amizade, cor, etnia, sexo.

Outra polêmica apresentada pela autora é em torno da oposição entre políticas de ações afirmativas e políticas universalistas mais amplas, onde o ideal seria não investir num sistema de cotas para o ensino superior e sim numa educação básica de maior qualidade.

Moehlecke (2012, 214) coloca ainda outra questão que é o debate entre o uso de políticas redistributivas, de caráter social ou de políticas contrárias à discriminação, de caráter racial ou a combinação de ambas:

No Brasil ainda é forte a idéia de que uma política direcionada à população pobre necessariamente também beneficiaria os negros, por exemplo, já que estariam em maioria nessa camada.

Encontramos na literatura vários artigos que tratam sobre o assunto, citados na bibliografia deste, e que podem servir de base para um maior aprofundamento sobre o tema, mas uma coisa comum tanto os autores que defendem quanto os que criticam apresentam que está em somente a entrada à universidade não resolveria, é necessário que sejam adotados programas visando à permanência destes, programas que vão desde o apoio acadêmico e psicológico até programas de manutenção financeira para alunos em situação de carência econômica. (HAAS, LINHARES, 2012).

Hass e Linhares (2012) quando colocam que a proposta da adoção de ações afirmativas tem o mérito de expor ao debate público o grave problema do racismo, do mito da democracia racial e da desigualdade educacional.

Importante em todo este contexto e também apresentado pelos autores e defendido neste é que as ações afirmativas trazem o desencadeamento de um processo em que a elite passa a contar com a contribuição e participação significativa de cidadãos pertencentes a grupos injustiçados no contexto da construção da sociedade, derrubando as limitações de

acesso ao saber e dando efeito a uma democracia em que esta população menos favorecida possa ter visibilidade.

Nesta linha de favoráveis as ações afirmativas e dentre as Universidade citadas anteriormente que se destacaram na vanguarda com ações afirmativas isoladas, antes do Decreto de 2012, daremos destaque à Universidade Federal de São Carlos.

5.4. A Universidade Federal de São Carlos

A Universidade Federal de São Carlos tem sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo e foi criada pela Lei n. 3835 de 13 de dezembro de 1960 (Artigo 11). (BRASIL, 1960). Além do campus sede, a Universidade tem campi em Araras (SP), Sorocaba (SP) e Buri (SP).

Tem como fins a formação de recursos humanos, a produção e a disseminação do conhecimento e divulgação científica, tecnológica, cultural e artística. Até o final de 2014 constava com 12.338 alunos de graduação presencial, 1548 alunos de graduação à distância, 3974 de pós-graduação (*stricto sensu*) e com 2140 servidores (docentes e técnicos administrativos) distribuídos nos 4 campi. (UFSCar, 2015a).

As atividades de ensino se desenvolvem em corresponsabilidade da gestão superior entre as Pró Reitorias de Graduação, Pró Reitoria de Pós-Graduação, Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e Secretaria Geral de Educação à Distância, de forma compartilhada com os Centros Acadêmicos, Departamentos, Coordenações de Programas de Pós-Graduação. (BRASIL, 2013).

Avanços no tocante à entrada e permanência de estudantes na Universidade estão amparados no Plano de Desenvolvimento Institucional e tratados nos Relatórios de Gestão (UFSCar, 2015a, p. 75), como:

- Análise de dados relativos à permanência e ao desempenho de estudantes;
- Elaboração de relatórios sobre desempenho de alunos;
- Apoio e participação na implementação de convênios, acordos, termos de cooperação;
- Promoção de ações e projetos para a educação das relações étnico-raciais;
- Articulação de ações de apoio acadêmico e pedagógicos com núcleos da UFSCar.

Outro ponto que merece destaque é a participação do Programa de Ações Afirmativas do Governo Federal, visando ampliar o acesso, aos cursos de graduação, oferecidos pela UFSCar, de candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) e dentre estes candidatos negros/as, com adequada proporcionalidade no competente processo seletivo, como abordado no tópico a seguir.

5.4.2. As Ações Afirmativas e Assistências da Universidade Federal de São Carlos

As Ações Afirmativas são o conjunto de políticas institucionalizadas na UFSCar que tem por objetivo combater práticas discriminatórias, equacionar suas consequências, e eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e por deficiências. (BRASIL, 2016b).

Através da Portaria GR n. 695/2007 (BRASIL, 2007) a UFSCar implantou o ingresso de reserva de vagas para o acesso aos cursos de Graduação no Programa de Ações Afirmativas, onde candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola da rede pública municipal, estadual ou federal, optam pelo Ingresso por Reserva de Vagas, na inscrição para o Exame Vestibular através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No início do programa, em 2008 foram destinados 20% de vagas de cada curso de graduação a egressos do Ensino Médio e deste percentual, 35% ocupadas por candidatos negros/as.

De 2011 a 2013 o ingresso por reserva de vagas disponibilizou 40% das vagas de cada curso de graduação a egressos do Ensino Médio, cursado integralmente em escolas públicas e o percentual reservado para negros/as permaneceu o mesmo de 35%. Como citado no tópico anterior, a partir da Lei 12.711/2012 é fixado uma porcentagem de ingresso de pessoas autodeclaradas negras e indígenas. Tal porcentagem é baseada na quantidade desta população no Estado da Federação em que situa a Universidade, por meio de dados do IBGE. A porcentagem de 35% fixada pela Universidade Federal de São Carlos se dá porque, segundo o IBGE, o Estado de São Paulo possui 34% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas. Desta forma, é dentro da Lei 12.711/2012 que a UFSCar promove sua política de ações afirmativas para o ingresso desde 2012, com a primeira entrada de alunos em 2013.

De 2014 a 2016 o ingresso por Reserva de Vagas disponibilizou 50% das vagas de cada curso de graduação, a egressos do Ensino Médio, cursado integralmente em

escolas públicas e o percentual reservado para negros/as permaneceu também o mesmo de 35%. Para o ano de 2017, quando se completará 10 anos do início da implantação do Ingresso por Reserva de Vagas, os colegiados superiores deverão apreciar, mediante avaliação, a necessidade de sua continuidade ou ampliação. (UFSCAR, 2016b).

A Universidade conta com a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis que busca tratar os assuntos comunitários no âmbito de toda a coletividade, como atividades essenciais, voltadas à promoção da qualidade de vida de seus discentes, assim como o ingresso de discentes à Universidade e sua permanência. (UFSCAR, 2016a)

Um dos fatores que contribuem para a não permanência é a discriminação e práticas de ações que levam os/as acadêmicos/as a situações de humilhação e constrangimento. Na tentativa de que tais ações não façam parte do mundo acadêmico, a UFSCar conta com a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, apresentada a seguir.

5.4.3. Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal de São Carlos

A Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) é um órgão de apoio administrativo da UFSCar responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade na UFSCar, criada em julho de 2015, através da Resolução CoAD n. 076:

Art. 1º. Aprovar a estrutura organizacional da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE), órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a UFSCar, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados alcançados. (UFSCAR, 2015b, p. 17).

De acordo com o documento produzido pela SAADE e dirigido a Pró Reitoria de Pós Graduação (BRASIL, 2016b, p. 1), dentre os objetivos e atribuições da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, encontram-se:

- apoiar a gestão da UFSCar no estabelecimento e implementação de políticas de diversidade e equidade, colaborando com os setores administrativos da UFSCar no planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações voltadas à diversidade e equidade;

- atuar no planejamento, na coordenação, no monitoramento, na avaliação e na articulação das atividades da Universidade que tenham interações com as temáticas das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade;
- monitorar normas e outros instrumentos que tratem de incentivos e de restrições ao uso de espaços ou atividades que possam causar problemas de acessibilidade;
- orientar e colaborar com o diálogo e a promoção das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.

Compete à Secretaria acolher e promover políticas, reflexões e ações relativas às relações de gênero e diversidade sexual na sociedade de modo geral e particularmente no âmbito da instituição, atuando no combate à violência de gênero, homofobia e transfobia, contando com três Coordenadorias:

- Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos: responsável por acolher e promover políticas, reflexões e ações que busquem garantir a inclusão e acessibilidade;
- Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais: acolher e promover políticas, reflexões e ações étnico raciais como forma de combate ao preconceito e à intolerância;
- Coordenadoria de Diversidade e Gênero: acolher e promover políticas, reflexões e ações relativas às relações de gênero e diversidade sexual, atuando no combate à violência de gênero, à homofobia e à transfobia.

De acordo com o Documento da SAADE (BRASIL, 2016b) dirigido a Pró Reitoria de Pós-Graduação, a Secretaria coloca que esforços conjuntos e articulados, entre os diversos setores da Universidade permitem o enfrentamento das diversas barreiras que atingem a dignidade das pessoas. O documento coloca ainda que tal diálogo também se faz necessário com outros programas como, o INCLUIR (Programas de Inclusão), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC - SECADI (Programas e Políticas apontadas por movimentos sociais e pelo MEC) e com o extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Para que as barreiras possam ser quebradas e para que se faça o exercício pleno da dignidade quanto à diversidade de gênero, a SAADE promoveu, através de suas Coordenadorias, Seminários Temáticos de Diversidade e Gênero que integram o processo de construção participativa que aconteceu nos quatro campi, no intuito de provocar a comunidade acadêmica e buscar embasamento científico para um segundo passo que foi a construção de uma política abrangendo as três frentes de atuação da SAADE. (BRASIL, 2016a).

A SAADE funciona para os acadêmicos e servidores como um local onde possam apresentar suas demandas e construir juntos soluções, além de ser um veículo para

denúncia às discriminações e problemas que enfrentam enquanto alunos, servidores e indivíduos. (BRASIL, 2016b).

A Secretaria vem empreendendo esforços no reconhecimento institucional da identidade de gênero como na Resolução ConsUni 780/2014 e a Resolução ConsUni 861/2016 (BRASIL, 2014) apresentadas nos tópicos a seguir.

É importante destacar que as Resoluções foram construídas em conjunto com estudantes, com quem a SAADE mantém um canal aberto. Recentemente, a SAADE, em diálogo com estudantes trans e com pareceres da Procuradoria Federal, instituiu a regulamentação e a normatização dos documentos que precisam constar o nome social, em destaque, e o nome civil em atendimento aos Decretos da Presidência da República.

5.4.4. Resolução ConsUni n. 780/2014

O Conselho Universitário, através da Resolução ConsUni n. 780 de 28 de agosto de 2014 (BRASIL, 2014) dispõe sobre o uso de nome social de travestis e transexuais nos registros funcionais e nos registros acadêmicos no âmbito da UFSCar:

Art.1º. Fica assegurado, aos servidores e discentes travestis e transexuais, o direito ao uso do nome social nos registros, documentos e atos da vida funcional e acadêmica, no âmbito da Universidade Federal de São Carlos.

§ 1º. O nome social é o prenome pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificados em suas relações sociais.

§ 2º. Para os fins dessa resolução, equiparam-se aos servidores públicos integrantes do quadro permanente da UFSCar os profissionais que possuam vínculo temporário com a UFSCar, tais como professores substitutos ou visitantes e estagiários, e ainda os colaboradores que prestem serviços voluntários [...]

Art. 3º. O uso do nome social será assegurado nas seguintes situações:

- I. cadastro de dados e informações de uso social;
 - II. comunicações internas de uso social;
 - III. endereço de correio eletrônico;
 - IV. documento de identificação de uso interno da UFSCar (crachá), com a identificação do nome civil no verso do documento;
 - V. lista de ramais da UFSCar;
 - VI. nome de usuário em sistemas de informática.
 - VII. documentos internos de natureza administrativo-acadêmica, tais como diários de classe, cadastros, fichas, formulários, carteiras, divulgação de notas, divulgação de resultados de processos seletivos, chamadas orais nominais para verificação de frequência às atividades acadêmicas e em solenidades como entrega de certificados, colação de grau, premiações e eventos similares.[...]
- Art. 5º. Os agentes públicos e demais integrantes da comunidade acadêmica deverão tratar a pessoa pelo prenome por ela indicado, e que constará dos atos escritos. (UFSCar, 2014, p. 4)

Neste sentido, destaca-se o esforço da Secretaria para o uso do nome social nos processos seletivos, especialmente em listagens de frequência nas etapas dos processos

seletivos e outras listagens que serão de consulta pública, bem como o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, expressam o respeito a identidade de gênero e a garantia que constrangimentos serão evitados e com isso, processos de discriminação e exclusão que prejudicam o desempenho, quando não inviabilizam o acesso ao processo seletivo. (BRASIL, 2016b, p. 3).

5.5.5. Resolução ConsUni 861/2016

A Resolução ConsUni nº 861, de 23 de setembro de 2016 altera a Resolução ConsUni 780/2014 que dispõe sobre o uso de nome social de travestis e transexuais nos registros funcionais e nos registros acadêmicos no âmbito da UFSCar com destaque para artigos 3º, 6º e 7º:

Artigo 3º. Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos de modo a permitir a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Parágrafo único. O uso exclusivo do nome social será assegurado nas seguintes situações:: I - cadastro de dados e informações de uso social; II - comunicações internas de uso social; III - endereço de correio eletrônico; IV - documento de identificação de uso interno da UFSCar (crachá); V - lista de ramais da UFSCar; VI - nome de usuário em sistemas de informática; VII - documentos internos de natureza administrativo-acadêmica, tais como diários de classe, cadastros, fichas, formulários, carteiras, divulgação de notas, divulgação de resultados de processos seletivos, chamadas orais nominais para verificação de frequência às atividades acadêmicas e em solenidades como entrega de certificados, colação de grau, premiações e eventos similares.

Artigo 6º. Constará nos documentos oficiais que venham a ser expedidos pela UFSCar, tais como certidões, declarações, atestados, históricos escolares, certificados, atas de colação de grau e diplomas, se requerido expressamente pelo interessado, o nome social da pessoa travesti ou transexual, com igual ou maior destaque, acompanhado do nome civil. Parágrafo único. A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres.

Artigo 7º. Poderá ser empregado o nome civil acompanhado do nome social em situações não previstas nesta Resolução, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de terceiros

Desta forma, a Universidade passa a garantir ao requerente que documentos oficiais que venham a ser pedidos pela UFSCar, tais como certidões, declarações, atestados, históricos escolares, certificados, atas de colação de grau e diplomas, se requerido expressamente pelo interessado, registre-se o nome social da pessoa travesti ou transexual, com igual ou maior destaque, acompanhado do nome civil.

É importante destacar que a Resolução de 2014 foi atualizada levando em consideração o decreto 8727/2016 e os argumentos de estudantes transexuais com os quais a Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - SAADE mantém interlocução. A Resolução ConsUni 861/2016 foi construída junto com estudantes trans e avança na garantia do nome social em diplomas, por exemplo, e amplia para o uso do banheiro de acordo com o gênero que a pessoa se identifica.

6. METODOLOGIA

Durante muito tempo o/a homem/mulher iniciou uma jornada em busca de conhecimentos, visando responder questões que apareciam no seu dia-a-dia, onde muitas destas respostas vinham de forma mística. Porém quando este/a mesmo/a homem/mulher passou a questionar estas respostas e buscar explicações mais aceitáveis através da razão, pode-se dizer que uma nova forma de pensar criou a possibilidade do surgimento da idéia da ciência e a tentativa de explicar fenômenos. A ciência aparece como uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos. (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Oliveira (2011) esta nova forma de pensar inaugura o que chamamos de conhecimento científico, formado através da razão e de forma metodologicamente rigorosa procurando excluir, do seu contexto, as emoções, crenças religiosas e desejos e para atingir este conhecimento científico é necessário a utilização de um método científico e para garantir que este método seja o mais adequado a pesquisa, aparece a metodologia científica.

Ainda de acordo com Oliveira (2011) método em ciência não se reduz a uma apresentação dos passos de uma pesquisa ou dos passos que o pesquisador deu para a obtenção de um resultado. Método é a explicação de quais os motivos que o pesquisador escolheu aqueles caminhos ao invés de outros, validando sua pesquisa e seus resultados. (OLIVEIRA, 2011).

Prodanov e Freitas (2013) colocam que a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observadas para a construção do conhecimento, tendo como objetivo comprovar sua validade e utilidade para a sociedade.

Para Gil (1999) o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Acrescenta ainda que para ser considerado conhecimento científico é necessário a identificação dos passos para a sua verificação.

Se o método pode ser entendido como o caminho, a técnica pode ser considerada o modo de caminhar, de proceder em seus menores detalhes a operacionalização do método, segundo normas padronizadas. (OLIVEIRA, 2011). Com relação as escolhas da metodologia, podemos dividi-las em categorias, as quais faremos uma breve explanação para que melhor se entenda a escolha para este trabalho, se aprofundando na metodologia para este determinada.

Para Oliveira (2011) podemos classificar as escolhas metodológicas de acordo com: classificação quanto aos objetivos da pesquisa, classificação quanto à natureza da pesquisa (abordagem do tema), classificação quanto ao método científico e classificação quanto aos procedimentos técnicos e análise de dados.

6.1.Classificação quanto aos objetivos da pesquisa

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa pode ser exploratória, quando visa proporcionar maior familiaridade com o problema, construindo hipóteses sobre ele; descritiva, quando expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, determinando técnicas padronizadas de coleta de dados ou ainda explicativa, quando procura identificar os fatores que causam determinado fenômeno, aprofundando o conhecimento da realidade.

Oliveira (2011) coloca que uma pesquisa é exploratória quando busca descobrir idéias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado, aumentando o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criando novas hipóteses e realizando pesquisas mais estruturadas, sendo úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas idéias. Para o autor, a pesquisa descritiva é àquela cuja principal finalidade está na descrição das características de determinada população ou fenômeno, descrevendo em detalhes o que está ocorrendo, permitindo abranger com exatidão as características de um indivíduo, situação ou grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos. Já, segundo o autor, a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno, sendo o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos.

Desta forma o trabalho em questão "Transexuais dentro do ambiente universitário" é uma pesquisa exploratória, buscando explorar os enfrentamentos desta população com maior precisão, mas também descritiva, uma vez que expõe características de uma dada população.

6.2.Classificação quanto a natureza da pesquisa

As pesquisas científicas podem ser classificadas quanto à natureza da pesquisa (abordagem do problema) em quantitativas e qualitativas.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificado, traduzido em números, classificados e analisados posteriormente, utilizando para tanto recursos e técnicas estatísticas (porcentagem, média, moda, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão). (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Oliveira (2011) coloca que a pesquisa quantitativa é aquela que busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, quantificando os dados e generalizando os resultados da amostra para os interessados.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Prodanov e Freitas (2013) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, não requerendo o uso de métodos e análises quantitativas, sendo uma pesquisa descritiva, onde a análise de dados é individual. Para ela o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e sujeito é o instrumento chave.

Gil (1999) coloca que a pesquisa qualitativa propicia o aprofundamento de questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada.

Desta forma, temos em nosso estudo uma pesquisa qualitativa, uma vez que o interesse é estudar uma dada situação "Transexuais no ambiente universitário", com foco à vida destas dentro deste ambiente, havendo o contato direto do pesquisador com a situação estudada, preocupando-se em retratar as perspectivas desta população.

6.3. Classificação quanto ao método científico

Prodanov e Freitas (2013) colocam que o método científico pode ser dedutivo, quando sugere uma análise de um problema geral para o particular, através de uma cadeia de raciocínio; indutivo, quando o argumento passa do particular para o geral; hipotético-dedutivo, quando formulamos hipóteses para expressar as dificuldades do problema, onde deduzimos consequências que deverão ser testadas; dialético quando fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, estabelecendo que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente e fenomenológicos, quando preocupa-se em entender o fenômeno como ele se apresenta na realidade, satisfazendo-se com seu estudo, não buscando explicações.

Dentro deste contexto, temos neste o uso do método dialético, uma vez que a influência do meio social, da cultura, da religião, da mídia é de grande importância na formação de comportamentos e atitudes que são tratadas neste trabalho.

6.4. Classificação quanto aos procedimentos técnicos

As técnicas de coleta de dados correspondem à parte prática, ou seja, a maneira pela qual obtemos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, o que pode ser traduzido como delineamento, uma vez que expressa as idéias de modelo, sinopse e plano. (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Ainda de acordo com os autores:

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo diagramação, previsão de análise e interpretação de coleta de dados, considerando o ambiente em que são coletados e as formas de controle das variáveis envolvidas. O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 54).

Tendo como classificação os procedimentos técnicos vemos que estes podem ser divididos em dois grandes grupos: aqueles que se valem das chamadas fontes de papel (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa ação, pesquisa participativa, história oral). (PRODANOV, FREITAS, 2013).

De acordo com Oliveira (2011) todo trabalho científico deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, sendo desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo de suma importância para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos ligados à temática estudada.

Gil (1999) coloca que a pesquisa documental é bem semelhante à pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença está na natureza das fontes, enquanto à bibliográfica se utiliza de contribuições de diversos autores, à documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa.

A pesquisa experimental, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), é quando determinamos um objeto de estudo, selecionamos as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definimos as formas de controle e de observação dos efeitos que estas variáveis produzem no objeto, sendo mais frequente seu uso em estudos de ciências tecnológicas e

ciências biológicas, onde o objetivo é demonstrar como e por que determinado fato é produzido.

O estudo de caso aparece como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, consistindo em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa, procurando analisar um fenômeno dentro de seu contexto, orientando a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais completos (PRODANOV, FREITAS, 2013).

A pesquisa ação é utilizada para identificar problemas relevantes dentro da situação investigada, definir um programa de ação para a resolução e acompanhamento dos resultados obtidos, além de proporcionar uma associação entre as teorias e as práticas, possibilitando ao pesquisador intervir na situação da organização. Ela acontece quando há interesse coletivo na resolução de um problema ou suprimento de uma necessidade (OLIVEIRA, 2011). A participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária e os investigadores desempenham um papel ativo na solução dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das ações desencadeadas em razão dos problemas. (PRODANOV, FREITAS, 2013).

A pesquisa participante, assim como a pesquisa ação, é àquela desenvolvida a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas e a descoberta vivida pela população implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos das situações que vivem. Ela compreende algumas coordenadas metodológicas que não formam um esquema rígido, que são flexíveis e que podem mudar a ordem das etapas, eliminar algumas. (PRODANOV, FREITAS, 2013).

A entrevista, segundo Oliveira (2011) é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado. De acordo com Gil (1999) é uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas sociais e é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. Dentre uma das técnicas de entrevista temos a história oral que se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano, onde os dados são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua

importância na vida desses indivíduos. (CASSAB, RUSCHEINISKY, 2004). Ainda sobre história oral, os autores colocam:

Esta metodologia prima para registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos. Muitas vezes o fato de detectar estas memórias, que podem ser denominadas de subterrâneas, significa delinear aspectos relevantes que de outra forma ficam à margem da história oficial ou das evidências objetivas dos historiadores.(CASSAB, RUSCHEINISKY, 2004, p. 8)

Sintetizando, neste trabalho em questão, temos uma pesquisa exploratória, qualitativa, utilizando o método dialético, com o uso da pesquisa bibliográfica, para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados. Além disto, temos uma interação direta entre pesquisador e membro participando, conferindo à ela o caráter de pesquisa participante e como meio desta interação temos o uso da entrevista, através da história oral, aprofundada no tópico a seguir.

6.4.1. A História Oral

Foucault enfatiza a necessidade de transpor limites, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de fora. Assim fez-se a escolha da História Oral, de escutar as pessoas lá onde falam por si próprias (CAVALLARI, 2010).

A História Oral, segundo Cassab e Ruscheinsky (2004) foi introduzida no contexto acadêmico como fonte de pesquisa através da Escola de Chicago, mas somente nos anos sessenta é que começou a ganhar espaço entre as correntes de pesquisa e preocupar-se com o estatuto epistemológico, estabelecendo a análise do vivido e se constituindo em método de dados de indivíduos concretos, trabalhando com trajetórias individuais no contexto das relações pessoais.

Cassab e Ruscheinsky(2004, p. 11) acrescentam:

A História oral resgata a importância das experiências individuais, deslocando o interesse das estruturas sociais para as redes, dos sistemas de posições definidas para situações do vivido, das regras e normas coletivas para situações subjetivas e singulares. Paralelamente novos olhares ganham outro impulso, o olhar sobre a história se altera pela referência ao prisma dinâmico.

De acordo com Freitas (2002) a História oral possibilita reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios protagonistas e sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais. A entrevista assume um caráter de depoimento com um grupo de pessoas e sobre um dado assunto, onde quanto mais depoimentos, maiores

quantidades de informações, permitindo uma comparação entre elas, apontando divergências, convergências e evidências de uma história coletiva.

Gonçalves e Lisboa (2007) colocam que o método da história oral em suas histórias de narrativas da vida requer o uso de fundamentos epistemológicos, ou seja, o pesquisador deve orientar-se através de pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, os quais irão orientar sua investigação e lhe conferem caráter científico. Partindo desta premissa o pesquisador deve ter um conhecimento teórico prévio; a problemática da pesquisa precisa estar inserida num projeto formulado; manter objetividade e também subjetividade; ter singularidade e totalidade, uma vez que cada indivíduo vivencia e relata sua trajetória, mas também se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo; ter uma consciência hermenêutica, valorizando o movimento e colocando-se no lugar do outro para poder compreendê-lo e ter historicidade. (GONÇALVES, LISBOA, 2007).

De acordo com Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 12) a história oral possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos:

Ela oportuniza ao povo que se movimente e fale por si mesmo. É a oralidade assumindo e conferindo ao sujeito o seu direito e seu papel de centralidade no ato de narrar uma história.

A narrativa em uma História Oral constitui a sua matéria prima. De acordo com Cassar e Ruscheinsky (2004) o narrador que conta sua história ou dá seu relato não se constitui no objeto de estudo, mas sim sua realidade vivida.

A peculiaridade da fonte oral reside na riqueza oferecida pela rede de signos, sentimentos, significados e emoções, expressa pelo narrador ao pesquisador. Através da oralidade também é possível que se aprendam seus significados através das conotações, cadência falada, ritmo e volume impressos pelo narrador, ou seja, através do movimento contido nas fontes orais, consistindo aí a grande diferença em relação à escrita padrão, utilizada em textos normalmente objetivos e estáticos (CASSAB, RUSCHEINSKY, 2004).

Ainda de acordo com Cassab e Ruscheinsky (2004) ao realizar a História oral é importante que o pesquisador tenha comportamento profissional, compromisso pessoal e político de uma atitude de respeito diante das informações, envolvendo fidelidade e honestidade no trabalho desempenhado, onde resultado a ser alcançado é mais do que uma organização de interpretações com significados múltiplos que serão expostos, tendo o compromisso de mostrar a diversidade, a diferença e também aquilo que deixou de acontecer.

Segundo Andrade (2016) a História Oral permite o uso de narrativas que nos possibilitam interpretar a realidade a partir de vozes dos diversos sujeitos que a compõe, sendo que cada experiência vai se revelando uma peça de um quebra-cabeças que juntas permitem uma melhor "leitura do mundo".

Barbosa (2009) coloca que quando se trabalha com a história oral é preciso ter em mente três questões básicas: 1. História oral de quem? 2. Como? 3. Por quê? Tais questões são respondidas a seguir em escolha do tema, objetivo geral, objetivos específicos, desenvolvimento e ações futuras.

6.5. A escolha do tema

O diferencial do Mestrado Profissional está em trazer propostas, ações, pesquisas que possam efetivamente ser colocadas em práticas, que possam ser convertidas em respostas e atitudes, que possam de alguma forma contribuir e alcançar resultados. De acordo com Lima et al (2015) os Programas de Mestrado Profissional foram pensados com o objetivo de qualificar os profissionais para atuarem como formadores e indutores de processos de mudança em seus espaços de trabalho, mediante a adoção de novos conceitos e práticas, e os produtos devem ter alta aplicabilidade ao desenvolvimento

Temos em nosso ambiente universitário discentes transexuais que acreditamos que diariamente convivem com formas explícitas ou camufladas de preconceito, o que em pleno século XXI deveria ser inadmissível. A realidade é bem diferente! São olhares e não olhares, são piadinhas, são risos, são aproximações para conhecer de perto "o que realmente é aquilo!", são exclusões, são constrangimentos, são silenciamentos que precisam ser vencidos diariamente. Não participar disto, não basta. Ser telespectador também coloca o indivíduo como agente passivo da estória.

A maravilha de pertencer a uma Universidade que busca praticar a igualdade e inclusão é também uma oportunidade de poder ajudar para que conceitos sejam desconstruídos e todos tenham o direito de ser livres e diferentes.

6.6. Objetivo geral

Assim exposto, o objetivo geral dessa pesquisa constituiu em conhecer para poder atender as demandas das alunas transgêneras da UFSCar, a fim de tornar a universidade um local mais favorável à convivência entre os diferentes e ao respeito às diversidades.

6.7. Objetivo específico

- Compreender o universo das alunas transgêneras dentro da organização UFSCar a partir da visão de Michael Foucault, levando em consideração os discursos, o domínio e o poder sobre seus corpos;
- Dialogar ações de melhor convivência e inclusão na Instituição.
- Compreender, problematizar e dialogar sobre as ações que circundam a UFSCar a respeito de inclusão e permanência desta população trans em seus espaços.

7. DISCUSSÃO E REALIDADE DAS MULHERES TRANSGÊNERAS

O estudo que deu origem a esta dissertação objetivou levantar os conflitos e demandas enfrentados pela população transgênera, mais especificadamente as alunas trans, dentro dos espaços universitários, particularmente dentro da Universidade Federal de São Carlos. Para a aplicação da metodologia escolhida e assim dar desenvolvimento à pesquisa foi imprescindível a ajuda da Secretaria de Ações Afirmativas, Equidade e Diversidade - SAADE quanto a informações sobre estas alunas, quanto a melhor maneira de se chegar até elas e até mesmo de abordá-las. Tendo em vista o total de alunas transgêneras na Universidade é um percentual ainda pequeno para o total geral de estudantes, optou-se realizar a pesquisa nos quatro *campis* da Universidade, contudo não encontramos nenhuma aluna transgênera no campus de Buri, ficando então com representantes dos *campis* de Araras, São Carlos e Sorocaba.

Como destacado, a escolha da História oral está em poder tomar conhecimento de vivências e saberes aos quais de outra forma não teríamos acesso e nem riqueza de detalhes, contando mais sobre os significados do que sobre os eventos. Sobre tal descrição Barbosa (2009) coloca:

O que as narrativas gestadas pela história oral "contam" diz respeito à subjetividade de seus narradores, à subjetividade do grupo social do qual fazem parte, ao tempo em vivem. São narrativas historicamente datadas e referenciadas em contextos sociais específicos, tecidas pela memória e pelo desejo, onde estão presentes não só fatos históricos, mas também as fantasias, os sonhos, as mentiras, os silêncios e os esquecimentos. (BARBOSA, 2009, p. 9).

Escolhido a metodologia e tendo conhecimento das atrizes que serão fonte desta pesquisa é importante ter em mente que não basta apenas ter um número de indivíduos, mas que este número expresse de maneira diversa e inter-relacionada a trajetória do grupo social pesquisado, realçando o critério da diversificação da amostra e de sua saturação. Quando começamos a repetir (saturar) informações é sinal de que aquele circuito se esgotou, que esse campo que foi criado tem sua lógica. (GONÇALVES, LISBOA, 2007).

Ainda de acordo com Gonçalves e Lisboa (2007) a História Oral é constituída por meio da conversação com as pessoas sobre suas experiências e trajetórias, havendo uma interação entre pesquisador e atriz. A escolha do local para a realização destas entrevistas é de grande importância no processo. Outro cuidado está em marcar as entrevistas com antecedência, reservar o local e num primeiro momento apresentar em linhas gerais o projeto de pesquisa para os entrevistados, os procedimentos que serão adotados, o uso de recursos como gravadores e a permissão para as gravações. Vale lembrar que estamos adentrando num

terreno arenoso e que as histórias de vida das entrevistadas podem ter deixado marcas que os tornam "desconfiados", assim a empatia entre o pesquisador e o entrevistado é de grande importância para o processo.

A transcrição dos relatos através da História Oral corresponde ao trabalho de transpor em texto escrito o que foi dito verbalmente, mas não apenas no que foi dito "palavra por palavra", mas sim em toda a sua totalidade em significados dado aos gestos, lágrimas, pausas. (BARBOSA, 2009).

Outra ponte está na codificação seletiva da narração, que consiste na seleção das categorias-chaves que serão aprofundadas na pesquisa, incorporando de forma dinâmica os elementos trazidos pelas trajetórias que possam validar as hipóteses levantadas ou refutá-las. Temos então o desenvolvimento da análise das trajetórias como um todo, com vistas a reconstruir a história sociocultural dos grupos investigados, discorrendo acerca dos diferentes ritmos, valores e significados, mostrando a relação de uns com os outros. (BARBOSA, 2009).

Finalizando temos a divulgação do resultado da História Oral. Este resultado deve ser acordado com os entrevistados, respeitando o sigilo da fonte oral e renovando o estabelecimento do contrato entre pesquisador e atrizes que fizeram parte da pesquisa. (BARBOSA, 2009).

Desta forma, a escolha da História Oral está em mostrar, através das trajetórias de vida contadas, ser uma fonte de leitura social que começa com o indivíduo, abrindo depois o leque para sua coletividade e através do desvelamento da realidade apresentada por elas possamos contribuir para a construção de soluções e intervenções.

7.1. O difícil caminho percorrido

Em primeiro lugar, o projeto que dá origem a esta dissertação foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal de São Carlos. O projeto foi enviado em julho de 2017 e sua aprovação aconteceu em agosto do mesmo ano.

Depois de aprovado entramos em contato com a Secretaria de Ações Afirmativas, Equidade e Diversidade - SAADE na localização desta população e na melhor forma de ter sucesso na pesquisa. A Secretaria promove desde sua criação uma série de ações e entre elas várias rodas de conversa com a participação de alunas transgêneras. A sugestão da Secretaria foi que fosse escolhida uma aluna entre estas e a partir desta conseguisse chegar um número satisfatório de participantes para a pesquisa e para que fosse estabelecido uma aproximação, uma criação de vínculo.

A pesquisa em questão tem como objetivo aqui já apresentado compreender o universo das alunas transgêneras. Desta forma a escolha de roteiro semi-estruturado, com questões binárias, se fizeram necessárias para melhor problematizar e dialogar sobre a UFSCar, seu tratamento para com essas alunas, os processos de inclusão e permanência, além de estimular que as mesmas contassem suas trajetórias. Contudo tal roteiro não estava engessado e as alunas podiam se sentir livres para optarem por responder ou não esta ou aquela questão ou falar sobre algo que ali não estivesse.

As questões norteadoras foram:

- (1) Qual o nome fictício que você gostaria que eu usasse em seu relato?
- (2) Qual a sua idade?
- (3) Qual sua área de graduação?
- (4) Conte como foi a escolha do curso.
- (5) E sua história de vida? (quer contar sobre sua passibilidade?).
- (6) O que é a UFSCar para você?
- (7) Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?
- (8) Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?
- (9) Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?
- (10) Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?
- (11) Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?
- (12) Participa de algum coletivo? se sim, nome.
- (13) Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?
- (14) Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).

Para cada participante foi entregue uma carta apresentando o objetivo da pesquisa e solicitando o agendamento para a realização da história oral, com data e local previamente combinados. Antes do início de cada entrevista foi apresentado o Termo de Consentimento (Apêndice 1) para que o mesmo fosse assinado e devidamente autorizado os relatos apresentados, destacando que os nomes usados na transcrição seriam fictícios, assim como também não seriam apresentados os cursos que as mesmas frequentavam, restringindo-se apenas à área.

Participo, por meio do Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos da Universidade de São Carlos, de uma Comissão contra Opressão e foi em uma roda de

conversa realizada durante a Semana da Mulher, em abril de 2017, que dividi a mesa com uma aluna transgênera. Foi a primeira aluna procurada para participar desta pesquisa.

A estratégia adotada para se chegar as alunas foi, ao término de cada história oral, perguntar se aquela aluna conhecia outra aluna transgênera que pudesse participar da história oral também. Foi desta forma que chegamos a segunda aluna, que por sua vez indicou outra aluna e aí as dificuldades começaram.

Tentei contato com a aluna sugerida por muitas vezes, através das redes sociais. A mesma se prontificou a ler o que encaminhei sobre a pesquisa e se reunir com outras alunas transgêneras para conversarem sobre a pesquisa e a disponibilidade ou não em participar.

Estando com a pesquisa engessada, busquei novamente auxílio as redes sociais, numa tentativa de aumentar o leque desta pesquisa. Lancei mão do seguinte post:

“Ajuda - Alunas da UFSCar

Meu nome é Gisele, sou servidora aqui do Campus de Araras e aluna do mestrado em Organizações Públicas aí em São Carlos. Minha dissertação é sobre Transgêneros nos Espaços Universitários, mais especificadamente meninas trans, alunas da UFSCar. Minha pesquisa já passou pela aprovação do Comitê de Ética e agora estou na fase da estória oral com alunas trans. Conversei na SAADE também sobre a pesquisa e sobre os resultados esperados no término da mesma. Na minha dissertação eu procurei falar um pouco sobre sexualidade, transexualidade, políticas públicas no ensino superior, ações afirmativas, a Universidade de São Carlos, a SAADE, as resoluções do Consuni. Durante o desenvolvimento senti a necessidade de ouvir as alunas trans, conhecer as demandas, contribuir com respostas e propostas que possam afirmar as diferenças e promover a equidade. Senti que a Universidade peca em sua prática e precisamos achar caminhos para que isto não ocorra, esta é a finalidade da dissertação, que realmente possamos entrar com ações que corrijam nossas falhas. Estou procurando alunas trans que queiram participar da estória oral. Quem estiver interessada e puder me ajudar, por favor, dá um toque inbox que conversamos melhor. Obrigada!”

Foi assim que consegui chegar a outras alunas, onde duas delas se prontificaram participar desta pesquisa.

Quando defini que queria e precisava falar sobre "alunas transgêneras em nosso espaço universitário", por várias vezes minha maior preocupação estava na aceitação da minha pesquisa por parte delas. Meus insucessos nas tentativas de conseguir que elas participassem da pesquisa, muitas vezes, me deixou abatida e por diversas vezes fiz a pergunta que acredito que elas devem ter feito: o que esta pessoa cis, hetero, branca, acadêmica sabe ou sente sobre nós? Mas em contrapartida para cada sim que recebi e ao ouvir cada história narrada, eu podia acreditar que se a mudança não ocorrer conosco, população cis, hetero, branca, acadêmica, tudo terá sido em vão. A cada história senti que era necessário

a intervenção de alguma forma, que algo precisava e urgia ser feito e somente através das verdades delas é que estaríamos no caminho certo.

As entrevistas foram gravadas permitindo uma melhor reprodução das falas e deixando o entrevistador atento às falas. Os diálogos estabelecidos ao longo das entrevistas constituem narrativas que são apresentadas e analisadas no capítulo seguinte.

7.2. O poder e a análise destas vozes

Neste tópico, com base nas histórias orais realizadas, fazemos uma breve descrição de cada aluna participante, seguido da transcrição de suas falas. Duas das participantes disseram não se importar quanto ao uso de seu nome social para identificá-las na pesquisa e duas pediram para que fosse usado qualquer outro nome, escolhido pela entrevistadora. Desta forma optamos por usar nomes fictícios para todas, a fim de melhor identificá-las na análise das falas. Na busca de uma melhor representação, os nomes usados remetem a nomes utilizados por Orixás mulheres da mitologia africana, por entender que estas mulheres marcaram espaços de referência, sendo muitas vezes no decorrer da história vistas como bruxas, sofrido todas as formas de perseguição, silenciamento e marginalização de uma espiritualidade que deve permanecer à margem: Oxum (orixá da sabedoria), Obá (a mulher guerreira), Iemanjá (orixá das águas) e Iansã (da brisa à tempestade). A escolha destes está em acreditarmos que diante tanta histórias de lutas, enfrentamento e sobrevivência, somente tendo a magnitude de uma orixá africana seria possível resistir, desconstruir conceitos e criar ressignificados.

1. Oxum: Tal qual o orixá escolhido, é ela quem determina seus próprios caminhos e limites. Não fez restrição quanto ao uso de seu nome social, sendo que mostrando a cara é que se tem o respeito da sociedade. Em uma roda de conversa contou a dificuldade de se olhar todo dia no espelho e não se reconhecer, de não enxergar na imagem sua própria imagem. Questionadora, quando perguntam sobre aceitação, a primeira pergunta que ela faz é: "você deixaria seu filho (a) namorar uma menina (o) trans? quantos amigos trans você tem que frequentam sua casa? Foi muito clara e objetiva em suas respostas. Escolheu um local fora dos espaços universitários para transcrever sua história.

Entrevistadora: 1. Qual o nome social que você gostaria que eu usasse em seu relato?

Oxum: Pode ser meu próprio nome social.

Entrevistadora: 2. Qual a sua idade?

Oxum: 25

Entrevistadora: 3. Qual sua área de graduação?

Oxum: Minha área é Psicologia

Entrevistadora: 4. Conte como foi a escolha do curso.

Oxum: Escolhi o curso quando era criança (6 anos). Eu percebia que grande parte dos problemas do mundo eram causados pelo comportamento humano, e tinha muita vontade de entender o porquê isso acontecia. Minha educação era muito religiosa o que também me inspirava a querer ajudar as pessoas a serem melhores.

Entrevistadora: 5. E sua história de vida?

Oxum: Sou natural de São Carlos, não sei muito bem contar minha história hahaha. Eu sempre soube que era mulher, desde pequena (+) Apesar de tudo isto foi muito complicado pra minha família aceitar isso, foram anos e anos de luta, tanto que só pude transitar no último ano da graduação, quando já teria uma carreira e como me sustentar.

Entrevistadora: 6. O que é a UFSCar para você?

Oxum: Olha, eu não tenho as melhores memórias da UFSCar, não por ser trans, mas por ter vivido experiências ruins de forma geral. Pra mim a UFSCar é uma memória, apenas.

Entrevistadora: 7. Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?

Oxum: UFSCar... (+) Hipocrisia, acho que também vale pro meu curso. Claro que eu admito que existem coisas maravilhosas ali dentro, mas acho que a hipocrisia foi o que mais me marcou. Tenho a impressão que a vida ali (dos alunos até) é uma ilusão em vários níveis.

Entrevistadora: 8. Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?

Oxum: De positivo tem a reserva, a construção do conhecimento (desde os coletivos até a pós) e a possibilidade de trocas sociais. De negativo tem a opressão dos professores sobre os alunos, assédio de todos os tipos, desorganização e uma estrutura de ensino ultrapassada em alguns níveis.

Entrevistadora: 9. Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?

Oxum: Ameaças pra sua saúde mental. (+) Oportunidades milhars (+) construção da sua própria carreira nacional ou internacional, crescimento pessoal (acho que quem não surta se desenvolve muito, rsrsrs).

Entrevistadora: 10. Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?

Oxum: Não exatamente, sofri com a falta de organização da universidade para acolher pessoas trans.

Entrevistadora: 11. Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?

Oxum: Aceitação e paciência (+) muita.

Entrevistadora: 12. Participa de algum coletivo? se sim, nome.

Oxum: Não

Entrevistadora: 13. Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?

Oxum: Nossa (+) eu não sei se uma gestora tem poder de alterar as coisas que eu gostaria de alterar, mas acho que a principal mudança seria na postura dos professores.

Entrevistadora: 14. Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).

Oxum: Hoje eu trabalho com clínica e pretendo abrir uma empresa de prestação de serviços pra população em situação de vulnerabilidade social.

2. Obá: Optou pelo uso de um nome fictício. Se tivesse que defini-la poderia dizer que a escolha de seu nome fictício não foi por acaso. A orixá Obá foi àquela que em meio a uma comunidade machista conseguiu ocupar seu espaço, se tornar sinônimo de poder, mostrando que as mulheres podiam lutar igualmente aos homens. Durante toda a narrativa de sua história de vida o que é possível enxergar é uma menina frágil que precisa se transformar em um dragão para lutar contra as amarras e toda a forma pensável de preconceito, o que a levou desistir do curso. Em todas as referências sobre como o entrevistador deve ser portar durante a narração de uma história oral é bem claro a colocação que este não deve se envolver, que sua

função é apenas escutar para depois transcrever, mas confesso, impossível não se sensibilizar com toda a narração de Obá. Escolheu contar sua história fora da Universidade, até porque não quer mais voltar lá.

Entrevistadora: 1. Qual o nome social que você gostaria que eu usasse em seu relato?

Obá: Eu não me importo qual o nome que você irá usar, o que você preferir. Pode usar o nome que preferir, o que optar, por mim está bom.

Entrevistadora: 2. Qual a sua idade?

Obá: Tenho 21.

Entrevistadora: 3. Qual sua área de graduação?

Obá: Humanas.

Entrevistadora: 4. Conte como foi a escolha do curso.

Obá: (+) Nossa. Então, quando eu comecei a pensar no que eu queria para a minha, e isto lá quando eu tinha uns 12 anos, eu sempre gostei muito de artes, muito. Eu sempre pensei em fazer design, design de moda, arquitetura, mas sempre não dava certo. Eu falava: "não é uma profissão que teria retorno, não tem mercado de trabalho, ainda mais aqui nesta região". Então comecei a procurar a área mais próxima que eu me interessava. E aí fui parar na área de biológicas. Eu gostava muito de genética quando comecei a fazer o primeiro ano do ensino médio. Eu descobri que queria ser geneticista. Mas eu conciliava eu gostar de genética com a área de humanas também, adorava psicologia, adorava o pensar humano. E com isto fui me distanciando um pouco da genética. Daí comecei a procurar o que tinha aqui em minha região, para fora eu não queria ir, eu tenho muito medo. Então se centrei nesta região. Comecei a prestar cursos aqui perto. Prestei vários, até direito, passei em algumas estaduais e federais, mas não fui. Minha família sempre me influenciou nesta área. Então acabei voltando para a área biológica porque era o que mais tinha por aqui e poderia retornar a genética também. Então vamos lá e vamos fazer. Passei e aceitei esta chance. No primeiro ano eu achei tudo maravilhoso, achei tudo ótimo. Só que aí chegou uma época que comecei a me frutar, o curso não era o que queria, a grade não tinha as disciplinas que eu gostava. O primeiro semestre é uma ilusão, você acha que tudo melhorará. No segundo semestre tive disciplinas com alguns professores que me inspiraram e comecei a me interessar por algumas disciplinas específicas. Comecei a fazer estágio nesta área e achei ótimo. Só que quando chegou no terceiro semestre

e comecei realmente a ter genética eu fiquei meio desiludida. Não gostei, aquilo que eu esperava não era aquilo que acontecia. Eu comecei a chorar durante as aulas. Aquilo me sufocava. Eu morava num bairro perto da universidade, teve uma vez que sai de lá correndo e chorando. Eu queria fugir de lá. E daí vi que não tinha mais capacidade de ficar ali, estava muito infeliz, eu não tinha mais forças para continuar fazendo aquilo. Daí eu decidi não voltar mais. Fiquei uma semana sem dormir, pensando que talvez estava tomando a decisão errada. Fiquei com isto na cabeça por mais de um mês, naquela dúvida se voltava ou não. E aí aceitei que não tinha coragem. Eu me formei no ensino médio em 2013 e demorei dois anos para decidir o que eu realmente queria. Eu passei em moda na Morumbi, mas acabei não indo. Estudar fora, morar sozinha em um lugar que não conheço, como eu faço! Eu não me vejo nisto, eu não tenho esta destreza em ir sozinha para os lugares. A questão com a moda foi muito difícil, sempre adorei, fiz curso de corte costura, queria muito, mas não tenho esta coragem. Este medo está ligado a minha condição de trans, tenho muito medo. Uma das coisas que me pesou foi isto. Em 2016 prestei o ENEM e outros vestibulares, passei em universidades públicas longe daqui, passei em algumas na área de humanas, no que eu queria, mas a distância e o fato de estar num relacionamento agora me limitou muito. Resolvi então ficar aqui e procurar algo que era bom e próximo. Lembrei das universidades particulares, não queria aceitar eu fazendo uma universidade particular! Mas foi a opção que escolhi. Vou ficar por aqui e fazer o curso na área que realmente quero, aqui. Primeiro fui entrar em contato com amigos que estudam lá, me preocupei com a grade, com a iniciação científica, com a pesquisa. E comecei a fazer humanas, estou amando! É uma maravilha! É claro que tem algumas coisas que cansam, mas o que te aproxima à profissão é maravilhoso. Principalmente quem faz humana, que é mais social, você acaba tendo um sentimento altruísta maior, o pensar no outro me fez muito bem e estou sendo feliz. Agora está ótimo, tenho tudo que quero e vou me manter aqui.

Entrevistadora: 5. E sua história de vida?

Obá: Minha descoberta foi muito difícil. Em 2010 passei por um assunto muito complicado, num primeiro momento menti para todos. Eu neguei, eu praticamente fiz um bloqueio. Eu me reconheci primeiro como um menino gay, eu fazia aula de dança, eu me arrumava, eu tinha vários cuidados comigo, tinha trejeitos mais delicados e aquilo destoava, faziam com que as pessoas olhassem para mim de uma forma diferente. Foi quando eu comecei a ser abordada, assediada. Na adolescência tudo aflora, muitos meninos da minha idade me assediavam. Meus amigos eram mais velhos e alguns até faziam programas escondidos num clube que a gente

frequentava. Aquilo me assustava, eu não era aquilo, aquilo não me representava e eu tinha muito medo. Eu comecei a me afastar destes amigos. Os homens mais velhos assediavam meus amigos, vinham atrás. Um dia estava no clube sozinha e tinha um garoto que começou a me assediar, eu corri e acabei caindo no banheiro e me machuquei, cortei o supercílio, sangrou muito, foi bem feio. E no hospital foi incisiva a abordagem da equipe médica se eu realmente tinha caído ou se havia sido agredida. Foi aí que fui me reconhecendo e ver como as pessoas me reconheciam. Aquilo me fez sentir muito mal. Não queria mais sair de casa. Chorei, passei mal, queria ficar fechadinha no meu casulo. Foi quase um mês e eu na minha crise de consciência. Não quis mais tocar no assunto. Passei um mês totalmente reflexivo. Daí eu li uma reportagem sobre a Leia T e aí abriu meus horizontes. Comecei a ler sobre ela e ver outras pessoas iguais a ela e fui me reconhecendo. Eu grifava as falas delas nas revistas e eram as minhas falas, igualzinha. Para a minha mãe foi muito difícil, ela ainda estava no processo de aceitação de eu ser homossexual e daí me enxergar como trans foi muito traumatizante, foi uma tortura, remete ao travesti, a promiscuidade, para ela o entender aquilo era muito difícil. Minha família é muito católica, meu tios são muito preconceituosos, meus primos, mas não tive problemas, sei que foi difícil para eles, mas como não somos próximos, tudo bem. Então eu comecei a mudar, a questão das roupas, a mesclar as roupas, foi tudo devagar. Foi difícil eu olhar no espelho e não me ver ali, mas também tinha medo da nova imagem que eu criava. A auto aceitação e a auto percepção também não é fácil. A pessoa do espelho não me representava e eu não podia ficar assim. Quando você entende que você não é aquilo que a sociedade diz e espera que eu seja, não sou aquele padrão, eu não sigo a regra, você começa a se cobrar, o que eu sou, o que eu espero de mim, o que eu posso ser. Minhas unhas, amo minhas unhas. As unhas foi a primeira coisa que comecei a mudar, foi a primeira coisa, depois foi o cabelo, a pele, as roupas, a forma como eu me comportava e depois o uso do hormônio. O uso de hormônio é muito complicado, tem muitos riscos, a trombose por exemplo. Então, com orientação médica, eu tomo, para um período, volto a tomar. Eu comecei a mudar e tal (+) quando foi em 2015 foi que procurei um especialista e comecei o tratamento. Mas os médicos na minha cidade não estavam preparados para isto, eles não conheciam este universo. Um deles apenas se interessou e começou a pesquisar e me ajudar. Pediu exames e nestes exames a minha produção de hormônio masculino é muito baixo perto da média e daí recebi o encaminhamento para o tratamento. Como isto era trabalhoso, despendia tempo e muitos exames e eu estava em época de vestibular, eu deixei isto de lado naquele momento. Depois de um tempo eu voltei e comecei o tratamento aqui mesmo, na minha cidade, são remédios caríssimos fortes. Os efeitos colaterais são bem grandes. Eu

precisava tomar hormônios femininos e barrar a produção de hormônios masculinos, mas enfim foi o que deu, o que eu podia fazer e está dando certo. Eu ainda estou neste processo de transição, mas está dando certo. Graças a Deus eu tive a sorte de ter uma voz feminina, porque do contrário eu iria buscar também sim, o HC de São Paulo tem todo o trabalho com fonoaudiólogas para aprender a entonação da voz. A transição agora está sendo mais tranquila, aos poucos. Eu quero fazer a cirurgia, mas aqui no Brasil é bem complicado, são só dois médicos caríssimos e eu não tenho condição. Mas também tenho medo. Hoje já não faço mais tratamento psicológico, outra dificuldade que encontrei. Não temos psicólogos aqui especializados nesta área. A cirurgia hoje não é prioridade, mas eu quero, sei que terei que esperar uns 10 anos.

Entrevistadora: 6. O que é a UFSCar para você?

Obá: Um passado dolorido.

Entrevistadora: 7. Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?

Obá: A UFSCar tristeza, agonia, medo.

Entrevistadora: 8. Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?

Obá: Quando fiquei sabendo que não era a única naquele meio fiquei bem aliviada. Em saber que junto comigo tinha outra pessoa, foi meio que um alívio. Acho tão bom isto. Apesar de ver que não era possível nos unirmos para fazer uma frente de aceitação. O nome social por exemplo, no meu primeiro dia na UFSCar fui informada que eu poderia usar. Optei por não usar quando entrei, ainda estava me aceitando, mas gostei, em saber que isto é tratado como direito. E quando resolvi usar foi tudo muito rápido, as pessoas que me atenderam também super atenciosos e prestativos. Foi uns 15 dias e meu nome social já estava no sistema. A UFSCar acerta nisto, na abordagem, na parte administrativa por não ser um processo demorado, para mim pelo menos não foi. É um processo bem simples. Diferente na Universidade que estou agora, lá foi mais complicado, as informações mais lentas. Não existe ainda uma portaria interna sobre o assunto, é tudo mais burocrático.

Negativo temos a hipocrisia de um corpo docente engessado e extremamente homofônico, é claro que tem exceções, mas sofri muito. O pior da Universidade está no que está na mente das pessoas que a formam.

Entrevistadora: 9. Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?

Obá: Várias ameaças (+). Na UFSCar, por exemplo, toda vez que entrava no Restaurante Universitário, era uma ambiguidade, tinha quem me admirava, tinha quem me estranhava, tinha quem queria me conhecer, tinha quem se atraía por mim. Durante meu tempo por lá recebi inúmeros convites de "vamos sair comigo"... a pessoa não olhava na minha cara e queria sair comigo? A condição de trans menina é bem complicado. Eu olhava para as pessoas e me assustava. Eu cheguei a receber ameaças do tipo, se você não sair comigo vai acontecer alguma coisa com você. Eu nunca aceitei afronta e ameaças de ninguém, não ia me sentir coagida por aquilo, mas eu passava nos corredores lá e era complicado. Ir de um bloco de sala de aulas para o outro era motivo de medo. Eu sai cedo de casa e voltava somente à noite e tinha medo daquele ambiente. Aquilo foi se acumulando e chegou uma hora que eu não tinha mais psicológico para sentir motivação para acordar e ir para lá. Eu via muito também o preconceito contra as meninas. Existe uma diferença nítida entre as pessoas e suas áreas. O pessoal da engenharia é muito cruel e eram estes que me afrontavam, me assediavam. O pessoal da área biológica tem uma mente mais aberta. Até em questão de períodos. O pessoal do diurno era bem complicado, o pessoal dos cursos noturnos bem mais tranquilos. E parece que isto está enraizado, que cria vertentes, nunca muda. O meu curso por exemplo, ele se achava o superior em sua área, as pessoas se achavam as melhores, as mais estudiosas e eles não se posicionavam em nada, eles se sentiam confortáveis e somente brigavam para ter um índice acadêmico melhor. Eu tive muito medo quando comecei a fazer aulas do núcleo comum, quando comecei a fazer aulas onde os cursos eram juntos. Quando eu entrava em uma sala com mais de oitenta homens. Todo mundo esperava chamar meu nome para ver o que eu faria. Quando pedi o uso no nome social, isto no segundo semestre, nossa! foi bem complicado. Na passagem do primeiro para o segundo semestre do primeiro ano foi quando comecei a tomar os hormônios, quando voltei das férias já estava diferente, com outra expressão e foi quando eu comecei a usar sutiã e tive um outro episódio muito triste. E aí eu percebia os olhares diferentes, a curiosidade. Eram olhares descarados. Aquele semestre foi muito traumatizante de todas as formas. No final, um pouco antes de desistir teve um moleque que veio propor programa. Eu me sentia de uma forma tão inferiorizada. O ápice da estória foi um dia em que estava fazendo um evento em um auditório. Eu fiz uma pergunta e o palestrante perguntou meu nome para poder dar a resposta, eu falei, e daí alguém da platéia gritou meu nome civil. Aquilo foi chateante, olhei para a pessoa com um ar de desprezo pela situação dela estar ali naquela atitude ignorante, mas tudo isto gruda em você, vão trazendo marcas na sua vivência que te machucam.

Entrevistadora: 10. Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?

Obá: Eu tive duas situações bem desconfortáveis. Teve duas situações no banheiro. Uma delas foi a pessoa me confrontar e perguntar o que eu estava fazendo no banheiro feminino. O que me dava direito de usar o banheiro feminino.

Outra vez uma mulher me questionou e achou engraçado eu estar ali no banheiro feminino, usou a frase: "que engraçado você aqui". A pessoa questionava o meu estar! É muito audácia dela questionar o meu direito em estar lá. Se eu usasse o banheiro masculino eu seria abusada com certeza, de todas as formas, moral e física. Eu tinha que ficar me policiando por conta das ações, preconceitos e ignorância das pessoas. O preconceito no Brasil é estrutural, histórico e cultural, independente do preconceito que você irá debater, sendo tem os fatores dominantes e a hipocrisia de você se tornar debatedor daquele assunto, mas se negar a enxergar o ponto de vista do outro. Você por exemplo, curte a Pablo Vittar, mas uma menina trans não, ela não é famosa, ela não está na mídia, ela não pode estar ali. Nem a tolerância é empregada. O feminismo por exemplo, ele tem partido para um viés, mesmo as questões feministas neutras, como aquele feminista, ele exclui, infelizmente por elas terem ganho visibilidade, elas se voltam contra, totalmente contra o que não é, para elas, mulher. Na própria questão de gênero também tem muito disto, quando você coloca as questões de gênero em pauta, de identidade, olha a Butler aqui, nem veio discutir gênero, veio falar sobre democracia, não tinha nada com gênero e adorei o posicionamento do SESC em manter a palavra, não deixar o preconceito ganhar espaço. O preconceito se sustenta no medo, tanto de quem é preconceituoso e como quem recebe o preconceito.

Na UFSCar por exemplo, teve outros episódios de discriminação, mas que a princípio eu não senti que era isto. Demorou para a ficha cair. E principalmente com docentes mulheres. Tinha muita diferença de tratamento! E isto foi um dos motivos que somou a minha desistência do curso. A relação com o professor tem que ser uma relação de troca. Tive problemas com professores que me conheceram primeiro como menino e depois quando viram minha transição fizeram de tudo para dificultar o meu estar lá. Teve um episódio com uma docente que eu sabia a disciplina, eu gostava, fazia trabalhos em grupo e a minha nota era diferente dos outros do grupo, o mesmo trabalho... (+) e ela não se importava com isto, ela não ligava. Infelizmente. Tem professor do curso que faz piadas com mulheres, é extremamente desagradável e os outros meninos da classe conseguem rir, ele é professor e fica lá alimentando preconceito, mas enfim. Teve outro docente que não autorizou minha solicitação de bolsa, sem motivo algum, nem explicou e durante as aulas ele me ignorava, eu fazia

perguntas e ele fingia que não escutava, era impressionante e a mesma coisa ele fazia com as provas, o meu critério para correção era mais rígido, taxado. Eu estudava com os outros, eu dominava a disciplina, eu ensinava para os outros, os outros tiravam nota e eu não.

Entrevistadora: 11. Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?

Obá: Eu sofri muito na UFSCar, sempre afrontei, sempre fui para o debate, sempre desprezei olhares estranhos, mas em contrapartida isto me machucava, corroía, consumia.

Entrevistadora: 12. Participa de algum coletivo? se sim, nome.

Obá: Fui convidada por umas meninas para fazermos parte de uma frente LGBT, mas isto acabou não rolando. Não frutificou. Mas infelizmente é um mecanismo que vai unindo as pessoas, mas também segregando. Fora da instituição minha cidade é bem provinciana, bem preconceituosa e os grupos não afloram.

Entrevistadora: 13. Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?

Obá: Não vi uma preocupação da instituição com a pessoa trans, ninguém nunca se preocupou comigo como pessoa, o que eu sentia, o que eu sofria, o que eu passava. Tudo bem, ela oferece mecanismos, mas só mecanismo? A Universidade tem aquele antigo pensamento que o aluno é responsável e detentor de seu bom aprendizado e participação. A Universidade é excelente e ótima como ela está! Onde está o professor reflexivo? Até mesmo em se tratando de ações afirmativas, mas dentro dela que a apóia faz a segregação! Porque o aluno bolsista quando entrega o ticket de auxílio alimentação recebe um olhar diferente. Porque que ao mesmo tempo que queremos unir, acabamos por segregar. A Universidade é pensada para a classe dominante, isto parece automático e precisa mudar. Se eu fosse uma gestora eu promoveria não só espaços de discussão, mas aberturas. Aberturas para conselhos, bem na linha das questões afirmativas, vamos colocar dentro de cada espaço estas pessoas, vamos tirar o olhar de estranhamento e levar para o olhar de aproximação. Vamos mostrar que a Universidade é pró, ela não está só cumprindo normas ou portarias, ela está promovendo a inclusão, está realmente apoiando isto. É assim que tem que ser com estas políticas, não só aceitar as ações afirmativas, mas grudá-la ali.

Entrevistadora: 14. Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).

Obá: A Universidade é para mim (+) uma oportunidade de tomar o rumo da sua vida a partir daquilo que você quis escolher. Ela abre não só portas, mas um mundo, como eu consigo me entender como cidadã, minha função no mundo. Ela te abre não só portas profissionais, mas te apresenta o mundo. Sempre tive uma educação muito boa, sempre fui muito estimulada e influenciada por meus pais, sempre tive incentivo e apoio. Para mim sempre foi muito importante estudar, o estudo para mim nunca foi obrigação, sempre foi um prazer, um sentimento de querer. Sempre foi uma coisa que eu gostei. A Universidade sempre foi algo que estive em meus planos porque vai me ajudar a ter o que eu quero.

3. **Iansã:** Não fez objeção ao uso do seu nome social. Narra uma trajetória de vida que conta como chegou ao fundo do poço e como a fênix ressurgiu e se mostrou pronta para dizer para vida que não está aqui por acaso. Tal qual o orixá escolhido foi da tempestade à brisa, movimentando-se como o vento e possuidora do poder dos raios. Escolheu um local fora da Universidade, cursa poucas disciplinas e ficaria mais fácil. Me recebeu em sua casa sem nunca ter me visto antes.

Entrevistadora: 1. Qual o nome social que você gostaria que eu usasse em seu relato?

Obá: Pode ser meu próprio nome ou você pode escolher o que preferir. Também prefiro a terminologia transgênera ao invés de transexual, transgênera não carrega a patologia de transexual que surgiu no discurso médico, patologizando mesmo.

Entrevistadora: 2. Qual a sua idade?

Iansã: 29 anos

Entrevistadora: 3. Qual sua área de graduação?

Iansã: Filosofia, filosofia antiga

Entrevistadora: 4. Conte como foi a escolha do curso.

Iansã: Foi mesmo por afinidade, na verdade eu entrei na filosofia para estudar Foucault, justamente porque ele trabalha questões de gênero, mas não encontrei nenhum professor que pudesse me orientar, aí conheci Platão e mudou tudo, fui para área das Antigas e estou estudando grego, já passei o mestrado nas duas primeiras etapas.

Entrevistadora: 5. E sua história de vida?

Iansã: (+) rrsrrs, com relação a UFSCar, por exemplo? Bom entrei no meu curso em 2008, fiz até 2011 e foi quando eu tive que parar porque não aguentei a pressão dos meus familiares, neste caso meu pai e a família dele. Eles são evangélicos, os mais bitolados que você possa imaginar, mas uma pessoa que não tem moralidade alguma e cobra dos outros, se acha uma Deus e julga. Eu parei porque (+) bom, devido toda pressão psicológica comecei a usar drogas, usei muiiiiiiiiiita cocaína e chegou um momento que eu disse que se eu não parasse eu iria morrer. (+) Minha mãe mora em Goiás e daí no dia seguinte que decidi parar, fui pra lá com minha mãe (+). Deixei tudo, quatro disciplinas sobre Platão, era meu último semestre (+) mas não dava mais. Eu voltei depois em 2015 (+), depois de passar pelo processo de transição, ah... tô terminando, já fiz as disciplinas, mas falta entregar a monografia (+). É bem difícil, eu quero o mestrado, o doutorado, tenho um companheiro, moramos juntos, super de boa (+). Quero talvez voltar para cá como docente, quem sabe, porque o mercado de trabalho não nos abre as portas. Eu tenho auxílio moradia e meu companheiro trabalha porque não dava mais. Ele é formado em gastronomia (+) então, voltando, eu não tenho mais contato com meu pai, por exemplo, não faço questão, ele é uma parte da minha vida que deixei para trás. Minha mãe e minha irmã de Goiás, minha família mesmo, com quem vivi a maior parte da minha vida (+) elas não concordam mais, mais esta decisão já está tomada, então, isto me prejudicou radicalmente, meu rendimento no curso porque não tem como, você está em casa sofrendo violência, eu nunca sofri violência na rua por exemplo, foi dentro de casa mesmo, 99% da violência que sofri vem de família.

Entrevistadora: 6. O que é a UFSCar para você?

Iansã: Então, a questão de dinheiro, então voltando ao mercado de trabalho, a última experiência que tive foi fazendo um bico numa hamburgueria de lavar a louça e só consegui porque conhecia alguém que trabalhava lá e me indicou. A bolsa da UFSCar é de R\$ 400,00 e você não pode arrumar um emprego oficial porque senão perde. Estou esperando sair a bolsa do mestrado. Então, a UFSCar (+), a UFSCar é uma oportunidade de sobrevivência fora da prostituição, o que eu reluto a vida inteira. Eu conheço bastante meninas que fazem programas e você ouve cada história que (+). O próprio sistema (+), como você é uma pessoa abjeta, não tem amor, não é uma ser humano, então (+) é complicadíssimo, é um tipo de vida que nossa! você tem que ser muito forte e é a maior hipocrisia da sociedade porque quem consome este mercado? não são os homens gays.

Entrevistadora: 7. Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?

Iansã: (+) nossa, bem difícil. A UFSCar ela é, eu acho, sempre tem duas forças, eu vejo um esforço muito grande das entidades, grupos responsáveis pela política de ações afirmativas, mas ela é formada por pessoas, muitas homofóbicas e é uma questão bem complicada (+). Então, adjetivo, um par de opostos, pode ou não te dar um impulso, mas acho que está no caminho certo, apesar de ter muitas falhas, principalmente no sistema. rrsrrs

Entrevistadora: 8. Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?

Iansã: Positivos o acesso, pelo menos na minha área, as pessoas mais competentes na área, no Brasil, eu tenho acesso a elas. Já negativos (+), aí são tantos, mas acho que são as pessoas, elas se acham donas da verdade, fora as questões administrativas, como o restaurante universitário, por exemplo.

Entrevistadora: 9. Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?

Iansã: As ameaças a este ambiente acadêmico, acho que é o discurso, tomado como verdadeiro porque todo o germe da intelectualidade se forma ali, com seus doutores. Outra coisa pode ser considerado é o tratamento diferente em cada curso, mas nas humanas é mais fácil, apesar de ter camuflagem.

Entrevistadora: 10. Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?

Iansã: Preconceito por ser trans (+) não sei (+). Fui uma das primeiras pessoas a pedir o nome social, tive que ir de departamento em departamento e por exemplo, pedi bolsa moradia em agosto de 2017 e não estava com meu nome social no sistema. Pedi meu nome em 2015! Antes disso eu trabalhava num projeto de extensão com alunos do ensino médio e no sistema estava com o nome civil. A professora me colocou como colaboradora externa porque senão meu nome seria divulgado.

Entrevistadora: 11. Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?

Iansã: (+) preconceito por ser trans não sei (+). Acho que o maior que tive foi com a hadfems, as ditas feministas radicais, só com estas pessoas, do mais... a visão delas, a chamada sororidade. Acho que a maior estratégia é batendo de frente, indo aos lugares, reivindicando

Eu fui uma das que recebi o e.mail da Secretaria de Educação à Distância com meu nome civil. Depois do decreto.

Entrevistadora: 12. Participa de algum coletivo? se sim, nome.

Iansã: Não participo porque não tenho paciência com algumas coisa que acho básicas, teóricas, não sei (+), mas tenho militância pessoal, por exemplo, tenho amigas que não gostam de pessoas "cis", acho isto tão primário, não converso com pessoas cis, não gosto de pessoas cis que fazem trabalho sobre trans, isto tem! São coisas que acho tão banais, é perder tempo. Já tive várias propostas de militantes, de coletivos, tenho problemas com o discurso de alguns. Tem gente que, enfim, mas isto não leva a nada, não é construtivo nem para a população trans.

Entrevistadora: 13. Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?

Iansã: Nossa (+) em relação a políticas afirmativas? A instituição é composta por vários segmentos que a fazem funcionar, a SAADE por exemplo, é importante porque esta é a secretaria que está inserindo as questões trans, questões que sempre foram essenciais, mas sempre foram esquecidas. Fui inserida no espaço acadêmico justamente pela SAADE. Para que funcione organicamente tudo tem que conversar. Cota para a graduação é super de boa, mas é um debate que precisa ser aberto. A SAADE é importantíssima, é necessário ser mantida.

Entrevistadora: 14. Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).

Iansã: Como já falei quero a carreira acadêmica, mestrado, doutorado e espero que dê certo. Para mim a carreira acadêmica é o único caminho. Mas a gente não sabe com este governo que está por aí, o que será de nós. Depois que li Raijin e a psicologia das massas, acho que estamos indo por este caminho! o Trump é um destes. Este tipo de pessoa não quer ouvir. A fala de Butler por exemplo, as pessoas nem sabe o que ela fala e protestam contra. Butler nem fala sobre a população trans.

4. Iemanjá: Optou pelo uso do nome fictício tanto dela como das pessoas que narra em sua história oral, tem muito medo que não gostem de seu depoimento e que possa também ferir alguém com ele, como se estas pessoas não tivessem deixados marcas profundas nela! A

escolha do orixá que representa a bruxa das águas faz a alusão de que a água, por mais que se tente represá-la, sempre encontrará seu caminho e aos poucos vai ocupando seu espaço sem ser notada e quando menos se percebe, já tomou conta de tudo. É a mais nova das entrevistadas e ainda irá começar seu processo de hormonoterapia. Escolheu por contar sua história oral na própria universidade.

Entrevistadora: 1. Qual o nome fictício que você gostaria que eu usasse em seu relato?

Iemanjá: Prefiro usar um nome fictício para evitar exposição

Entrevistadora: 2. Qual a sua idade?

Iemanjá: 20 anos

Entrevistadora: Qual sua área de graduação?

Iemanjá: Biológicas

Entrevistadora: Conte como foi a escolha do curso.

Iemanjá: Como escolhi meu curso (+) bem eu sempre me identifiquei com biologia durante o ensino médio, sabia que gostava disto, mas não achei que era isto (+) . Na época do vestibular eu conversei com alguns professores que davam a disciplina, eles falaram sobre sua área de atuação e gostei muito, então prestei biologia (+) Queria também bacharelado, mas acabei na licenciatura, mas faço isto depois. Também amo letras, cheguei a prestar, amo literatura também. Ainda vou fazer letras quando me aposentar! rrsrs

Entrevistadora: 5. E sua história de vida? (quer contar sobre sua passibilidade?)

Iemanjá: sobre minha identidade? Quando me entendi? Quanto a minha sexualidade sempre fui muito segura disto porque não era tipo assim ,ai meu Deus, eu sou um menino e gosto de outro menino... foi muito natural, eu me aceitei, foi tipo “pá” e é isto, tem muita gente que não se aceita, reprime muito, comigo não. E aí eu me assumi pros meus pais com 15 e não foi muito legal, eles ficaram meio que receosos, preocupados, mas tudo bem, até acho normal, e agora quanto ao meu gênero foi outro passo, enquanto que com a sexualidade foi muito aberto, com o meu gênero foi bem diferente (+) eu tinha medo de aceitar sabe, eu ficava tipo, ai meu Deus, se ser gay já era difícil, imagina então (+). Daí fui conversando com minhas amigas: “olha eu acho que sou uma menina trans” eu não tenho certeza ainda... isto no meu terceiro ano de ensino médio. Daí eu prestei vestibular. Fui morar longe dos meus pais em

Minas e daí pude ter mais liberdade, ampliar meus horizontes e durante este ano que eu morei fora eu conversei com algumas amigas trans e comecei a perguntar como era e daí elas falaram que eu tinha que ser o que tinha vontade, sem se importar com o que os outros poderiam pensar, tipo quero usar esmalte, vou usar esmalte, e f* o que os outros vão pensar ou falar rsrs e falaram vão fazendo tudo o que vc tem vontade e eu fui fazendo. Quando chegou junho de 2016 eu já tinha certeza, eu era uma menina trans! Eu comentei com a minha mãe, mas acho que ela está meio perdida ainda, não entendeu muito bem, mas disse que está bem, mas meu pai não sabe ainda, sabe que eu gosto de menino, mas não sabe que sou uma menina trans. A escolha do nome, também não foi algo que eu tinha certeza, mas eu sempre gostei de outros nomes, mas não me identificava com eles. Chegou um dia que eu sentei no quarto e disse, pronto, agora vou escolher um nome, sou uma menina não quero mais usar meu nome antigo. Sentei na cama e comecei a falar vários nomes em voz alta e via com qual me identificava mais. E aí foi este!

Entrevistadora: 6. O que é a UFSCar para você?

Iemanjá: a escolha da UFSCar foi porque eu comecei a procurar locais onde poderia começar a fazer meu tratamento. Locais pelo menos mais próximos. E descobri que poderia começar o tratamento em Campinas e daí vim parar aqui. Eu conheci UFSCar, mas não este campus. Eu estava saindo da faculdade e estava procurando alguma universidade em São Carlos, sabia que o Estado de São Paulo era bem concorrido: USP, UNESP, UFSCar, mas eu tentei, prestei a prova em todas e passei aqui e resolvi ficar.

Entrevistadora: 7. Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?

Iemanjá: Ai que difícil (+) Quando escuto UFSCar eu lembro, boa estrutura, ela tem uma boa estrutura física.

Entrevistadora: Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?

Iemanjá: de positivo eu acho as pessoas bem educadas, pelo menos comigo... nunca me faltaram com desrespeito, nunca me trataram mal por ser trans, rsrs, às vezes rola uma apatia, mas é mútua, também não gosto da pessoa, e tudo bem. De negativo: às vezes o pessoal de cursos ligados à área de engenharia me encaram muito, mas eu pouco me importa, bem assim, f* , nem ligo pra você. Não é algo que faça ter medo deste ambiente, muito pelo contrário, eu prefiro estar aqui do que fora daqui... não gosto desta cidade, o pessoal é muito estranho,

elitista, não olham pra você. Na verdade eu acho que eles tem medo de mim. Olham pra mim e dizem: “esta daí”. Nunca tive problemas. Em 2016 na outra instituição passei por algumas situações bem desagradáveis e nem era ainda uma garota como sou agora. Mas aqui não. Acho também que meu curso e minha turma me facilita, me ajuda.

Entrevistadora: 9. Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?

Iemanjá: Ameaças (+) não me sinto ameaçada aqui, muito pelo contrário. Em relação ao que a universidade irá me proporcionar é ter certeza que vou pro mestrado! Quero muito a parte acadêmica, quero fazer carreira nesta área.

Entrevistadora: 10. Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?

Iemanjá: preconceito aqui dentro: não foi preconceito, acho que foi mais ignorância, não posso falar: ai que pessoa horrível! Olha o que ela fez! Eu estava no banheiro e uma das meninas responsáveis pela limpeza me abordou e perguntou se eu não sabia que aquele ali era um banheiro de meninas e eu respondi: “sim, por isso estou aqui, sou uma menina”. (+). Às vezes tem uma coisa que me incomoda, mas não assim ao ponto de ai, está me xingando, quando a pessoa usa meu gênero errado e fala “ele”. Mas assim, é muito complicado também você fazer a universidade enxergar que você é uma minoria. Por exemplo, no caso de uma menina trans que a família expulsa o que ela vai fazer, no que a Universidade pode ajudar.

Entrevistadora: 11. Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?

Iemanjá: Minhas estratégias de blindagem (+), às vezes a pessoa fala assim, alguma palavra no masculino, eu repito em feminino. E também, na maioria das vezes, eu nem preciso, minhas amigas corrigem antes: ela! Pra ela! Porque às vezes eu fico meio sem graça em corrigir os outros e daí corrigem por mim e eu acho ótimo e não reclamo.

Entrevistadora: 12. Participa de algum coletivo? se sim, nome.

Iemanjá: sim, eu participei de um coletivo e tive uma estória bem chata que aconteceu com ele. Eu contei uma estória bem pessoal minha, uma coisa que havia acontecido em casa, uma situação chata que eu estava vivendo e pedi ajuda para o coletivo, era uma situação que eu precisava da ação deles, dependendo do desenrolar. E daí aconteceu que um dia algumas pessoas do coletivo começaram a falar sobre isto para os outros, contar sobre o que tinha contado no coletivo para pessoas estranhas. Então, se dentro do coletivo estão me expondo, o

que eu espero dele? Então achei melhor sair. Eu me sinto muito mais protegida com as repúblicas que eu tenho amizade, porque sei que as pessoas de lá estarão comigo e me ajudar, do que com o coletivo, muito pelo contrário, eles não vão me ajudar.

- alguma coisa que a universidade tem que mudar: pedra no meio do caminho...(+) , nossa teve! A primeira vez que entrei, sentei na Secretaria e pedi meu nome social. Quando fui acessar o DIGRA, estava errado. Fui e pedi correção. Saiu errado novamente. Fui novamente. E cada processo deste demorava uns 15 dias e daí eu tinha que ir antes falar com o professor e pedir, por favor, não me chame pelo nome civil, já pedi alteração para o nome social. E alguns professores, enfim, só na terceira vez que saiu tudo certinho. Então, se a sua pesquisa atingir quem faz isto, a pessoa responsável por isto, por favor, dê um toque, é muito importante, foi bem constrangedor. O nome social é bem importante, mais seria bem legal também discutir nas matérias mais didáticas, sociais, as licenciaturas, seria bem legal os professores falarem sobre isto, sobre gênero.

13. Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?

Iemanjá: (+) eu acho que cota, seria bem legal, mas não assim, abre cota para quem é trans, assim não, porque daí já vejo pessoas querendo tomar proveito de um lugar que não é deles, acho que aquele documento que conseguimos com o psicólogo ou psiquiatra para começar a tomar hormônio, poderia ser um documento que ajudaria neste fim, este mesmo documento que usamos para solicitar a alteração para nome social em nossos documentos.

14. Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).

Iemanjá: eu vejo a Universidade como ascensão profissional, uma forma de ter uma carreira, uma forma diferente de entrar no mercado de trabalho.

Visto a necessidade de obter dados dentro de um dado contexto, a escolha de um roteiro semi-estruturado, levam a tópicos gerias selecionados e elaborados de uma forma que possam ser abordados por todas as alunas. Segundo Alves e Silva (1992), trata-se de definir núcleos de interesse que tem vinculação direta com os pressupostos teóricos e conceitos prévios com a realidade sob estudo, existindo uma direção, ainda que não de forma totalmente declarada, para o conteúdo que vai ser obtido nas narrativas, ao mesmo tempo garantindo a adequação do roteiro ao universo da vida destas alunas.

O uso da história oral foi de grande importância para realmente entrarmos na vida das alunas trans no nosso espaço universitário, assim como dar visibilidade a seus corpos e suas vozes. Sem o discurso destas falas a pesquisa seria incompleta. Tais narrativas nos permitiram enxergar a realidade por elas vividas, as experiências perpassadas e os mecanismos que criaram para enfrentar um meio tão binário. Para quem afronta as regras e normas, parece que o único caminho existente é o silêncio e a segregação, mas muito pelo contrário, estes corpos quebraram barreiras, retomaram, reescreveram e estão reescrevendo suas histórias, fazendo que suas vozes não fiquem apenas em ecos, mas que sejam ouvidas a grandes distâncias.

A escolha de Foucault está ligada ao poder sobre os corpos. Os corpos que para Foucault estão mergulhados em um campo político, investidos de relação de poder que os obriga a sujeitar-se ou rebelar-se a atitudes, cerimônias e sinais. Corpos que neste contexto são corpos abjetos, que fogem as normas de gênero, devendo permanecer invisíveis para a manutenção da heteronormatividade.

Foucault nos apresenta o saber sobre os corpos e concomitante a isto a necessidade de uma prática reguladora destes corpos através dos discursos que tem os espaços escolares como um dos veículos controlador. Todas as personagens apresentam a escola como um local de preconceito, transfobia, perseguição, angústia, contudo todas também apresentam os espaços escolares como um meio de sair de espaços sociais de marginalidade como as ruas, as drogas, a prostituição. São os efeitos nem sempre negativos do poder como apresentado por Foucault, não tendo apenas a função de negativa, mas seus efeitos positivos.

A expressão transexualismo foi utilizada em 1949 foi um conflito de identidade de gênero, um transtorno considerado desviante. É a medicina citada por Foucault em História da Sexualidade que entra em cena para controlar e rotular os corpos, que leva os corpos a condenação do desaparecimento. Não há o que dizer e nem para quem dizer. E é neste meio camuflado de falsos direitos que estas alunas tem que conviver dentro dos espaços escolares.

As alunas apontam em sua história de vida as dificuldades encontradas ao assumir-se, a sair do armário, a torna-se pública. Foucault fala sobre o estar dentro do armário, mantendo-se na invisibilidade pelo medo, construindo o que ele chama de tecnologia sexual, ou seja, um conjunto de técnicas discursivas, classificatórias, controladoras, construídas pela burguesia no final do século XIX que através dos aparatos institucionais, autoridades religiosas e científicas, buscavam estabelecer o controle sobre os comportamentos sexuais e normas. Mas como manter estes corpos trans dentro dos armários? Temos aí a tal necessária transgressão. Ser trans dentro de uma comunidade majoritariamente branca, cis,

hetero e classe média alta é uma luta diária. Estes são os aspectos negativos citados por todas as alunas

Estas atrizes chegam à Universidade através das políticas de ampliação ao acesso à Universidade para a população de baixa renda, medidas governamentais que geraram maior acesso de estudantes de origem popular à universidade pública, sendo por todas as atrizes desta pesquisa apontada como um aspecto positivo da UFSCar. Porém a inexistência de políticas de permanência para a esta população trans torna-se um aspecto negativo, onde temos uma universidade que apresenta opostos, cumpre regras, leis e normas, mas não cria espaços de vivência e cidadania.

A permanência aparece para elas como uma realidade de deixar as esquinas, de burlar a invisibilidade, de transgredir o esquema heteronormativo e ocupar uma vaga em uma universidade pública.

Manter espaços para a população trans é apontada por todas as alunas. Espaços onde os corpos não sejam apenas vistos, mas que os discursos tenham não somente voz, mas poder, voto. As práticas discursivas apresentadas por Foucault como uma definição pelo status do sujeito que fala, pelos lugares onde fala, pela posição que ocupa nesta fala é reivindicado por todas. Discursos de alunas que resistem e tornam-se porta-vozes delas próprias, numa tentativa de fortalecimento, respeito e valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho procuramos adentrar num terreno que por muitos é considerado extremamente arenoso, o universo das pessoas transgêneras. Para um melhor aprofundamento passeamos por tópicos relevantes para uma melhor compreensão da pesquisa, como a sexualidade, o universo transgênero e questões de suma importância para a afirmação destes como pessoas, como direito à igualdade, direito à diferença, o uso do nome social. Como um dos objetivos deste era apresentar os desafios e dificuldades desta população, mais especificadamente, alunas trans, dentro de espaços universitários, fez-se necessário uma incursão nos espaços escolares, ambiente universitário e suas políticas de ações afirmativas e finalmente desembocamos no foco desta pesquisa, a Universidade Federal de São Carlos, suas ações e suas vozes.

Por meio do uso da história oral as participantes desta pesquisa puderam contar um pouco sobre suas trajetórias, serem as protagonistas. Nas quatro vozes escutadas é nítido enxergar que o caminho é dotado de sofrimentos, violências, exclusão e silenciamento. O enfrentar um sistema binário, a quebra do discurso enraizado é algo que leva a exaustão. O permanecer neste ambiente é travar uma batalha diária, difícil e desafiadora, demandando esforços, enfrentamentos, militâncias e processos de resiliência.

Existir neste ambiente é ter que desconstruir conceitos que estão impregnados nas pessoas, como ser homem ou ser mulher. O poder exercido sobre os corpos exige que ele esteja em conformidade com dada regra ou norma. Não andar nestes trilhos te torna uma pessoa abjeta, anormal, massacrada. É preciso construir novas perspectivas e ações para sobreviver neste meio.

As atrizes desta pesquisa são tão diferentes e com histórias tão parecidas. O sofrimento atinge cada uma de uma dada forma e cada uma reage de um modo, mas os problemas e pedras encontradas e atiradas são as mesmas.

A história da vida das quatro atrizes é dotada de sofrimentos e enfrentamentos. Todas elas passaram pela fase de procurar se encontrar, de entender o que realmente eram, mas são unânimes quanto ao desconforto frente ao espelho e a imagem que tinham de si mesmas. Para todas o trato com a família não foi algo fácil, muito pelo contrário! Em nenhuma delas foi ouvido a palavra "apoio" ou "aceitação", o que torna a caminhada muito mais difícil. Sozinhas, no meio de um turbilhão de acontecimentos.

A escolha do curso para duas delas tem uma relação direta a condição transgênera. Iansã procurou estudar Foucault e o domínio dos corpos, o poder do discurso na

vida das pessoas, também explorado nesta pesquisa. Já Obá foi conduzida pelas adversidades do ambiente universitário para um outro curso, escolhido justamente através das dificuldades encontradas quando buscou acompanhamento psicológico para o início de seu tratamento hormonal.

Quanto à UFSCar acredito que Iansã a descreveu perfeitamente, sintetizando a fala de todas. Boa estrutura, abordagem, acesso a elite intelectual, participação do sistema de reserva de vagas, portaria para o uso do nome social, fazendo contrapartida à opressão que sofrem, a hipocrisia das pessoas, ao ambiente homofóbico, a pessoas despreparadas para lidar com o diferente, ao dano que causa à saúde mental dos alunos. Ela é um ambiente ambíguo, pode lhe dar segurança, como citado por Iemanjá quando coloca que se sente protegida dentro deste espaço universitário ou um meio de extrema violência, como citado por Oxum que quer que ela não passe apenas de uma lembrança, que todo o peso fique por lá e possa ser esquecido. Ela é um misto de amor e ódio, de tentativas de acertos e muitos erros, mas o mais triste é enxergar que a instituição cria mecanismos, busca caminhos, mas as pessoas que a compõem agem na contramão, vivem a instituição branca, cis, hetero, de classe média alta, detentora do saber e do poder que aceita as políticas afirmativas apenas no papel, que cumpre normas, regras e atende a legislação, que vive uma aceitação de fachada, porque pouco se preocupa em saber que estas normas inserem seres humanos ao seu meio e que estes precisam ser tratados com respeito.

A história de Obá chega a arrepiar a alma, sim a alma que Foucault tanto fala! O mais impressionante na história dela não se restringe às ameaças, aos enfrentamentos, às afrontas que ela passou e são muito bem detalhadas em sua narrativa. Foram inúmeros momentos angustiantes vividos. O que assusta nesta história é que fazemos parte de uma universidade que tem por volta de 4000 servidores e onde estávamos enquanto tudo isto acontecia? Ninguém ouviu esta voz que gritava? Ninguém reparou que este corpo estava sendo violado? Ninguém escutou seu choro? Ou pouco nos importava? Ela só passou a ser notada quando ela se tornou um RA - registro acadêmico que entravava uma vaga no sistema e daí, esta universidade, soube onde ela ficava para que pudesse cancelar sua vaga. Conveniente? Não, cruel!

As ameaças deste ambiente se reforçam nos discursos de sua comunidade. Esta mesma comunidade que afrontou Obá e Iemanjá no banheiro, questionando sua existência como mulher, exigindo reparação, afrontando seu direito de existir. Ou ainda esta comunidade que se sentiu no direito de bradar no meio de um auditório lotado o nome civil de Obá. Ela faz mal à saúde mental das pessoas! Sim, Oxum muito bem colocou isto.

Diante deste cenário tão sombrio existem acertos? Sim, a Universidade acerta quando cria mecanismos que possam auxiliar esta população transgênera, quando através da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade esta população se sente amparada e representada, pode apresentar suas demandas e encontra aí um ponto de sustentação. Acerta quando, através de uma portaria, permite o uso do nome social, permite que ela possa realmente exercer o gênero que se identifica, sem questionar ou exigir documentos legais. Acerta quando cria poucos, mas presentes, mecanismos de permanência, como as bolsas auxílio, que para algumas acaba sendo a única forma de permanência na Universidade.

Esta Universidade tão ambígua também se faz para estas alunas a oportunidade de um futuro pautado na academia, de melhores condições não só profissionais mais de abertura de horizontes e o distanciamento de um mercado de trabalho que não é nada acolhedor para esta população, que as coloca à invisibilidade e marginalização. Todas elas buscam a carreira acadêmica e também uma oportunidade de reverter seus aprendizados em prol desta população tão vulnerável.

Todas elas apresentaram propostas para um Universidade melhor, para uma Universidade que realmente seja um local que as representa, desde cotas para a entrada na graduação, uma vez que se incluem nas minorias que vivem à margem do sistema, até na busca de assentos em seus Conselhos Superiores, como um canal de apresentar suas demandas e defendê-las perante a comunidade, uma forma de dar som a suas vozes.

Desta forma, como resultado desta pesquisa está a proposta de um Seminário sobre Transexualidade buscando contemplar assuntos, temas e problemas levantados, além de poder ser uma rica fonte de contribuição junto à SAADE na busca de alternativas que venham minimizar as situações levantadas e uma fonte para futuras pesquisas sobre o tema em questão.

A idéia é que a partir das histórias contadas pelas alunas se trabalhe as verdades produzidas por esta população e problemas/dificuldades externalizadas por elas. Palestras com especialistas na áreas (conhecimento acadêmico do tema ou vivência), rodas de conversa, ações articuladas com os Diretórios e Centros Acadêmicos, mostras de filmes, ações educativas e informativas junto à população universitária, solicitação de assento nos Conselhos da Universidade para que possam juntos, estarem incluídos em todas as suas ramificações, meios para que possam ajudar a Universidade não só em suas políticas institucionais, mas também em ser um espaço prazeroso de aprendizagem e não mais um local de exclusão e invisibilidade.

Contudo foi unânime a colocação de que é necessário um trabalho comum de sensibilização de todos os nossos servidores, principalmente dos docentes e das equipes de acolhimento às pessoas transgêneras. Um curso de treinamento e práticas onde possa ser colocado em prática a abordagem de pautas sobre identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual; sobre a abordagem destas pessoas, sobre as dificuldades enfrentadas, para que o acolhimento das pessoas trans em nosso espaço universitário possa ser menos desafiador e sim muito mais humano, sem amarras e preconceitos culturais.

Não estamos falando em promover visibilidade ou em direito às diferenças e sim em igualdade na consolidação dos direitos das pessoas transgêneras, em dar escuta as suas vozes, em dar poder aos seus discursos. Se a comunidade acadêmica não começar a apresentar mudanças na forma de pensar e agir, os esforços serão em vão. Se não for possível ensinar a estas pessoas que esta universidade já não é mais a mesma, que esta universidade não é mais somente azul ou rosa, ela é colorida, diversa e que os espaços precisam ser iguais para todos. Se não mudarmos nosso modo de agir e pensar, continuaremos machucando estas meninas, continuaremos sendo os amoladores de faca!

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para estes atos sinistros. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam... Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, franco e estranho a nós, estranho à uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-as a particularidades, a casos individuais... Os amoladores de facas tem em comum a presença camuflada do ato genocida... Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir. (BATISTA, 1999, p. 49).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C.E.R.; MOREIRA, M.I.C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: trans subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v.17, n. 3, p. 59-69, 2015. Disponível em:<<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira/1275-pdf-pt>>Acesso em: mar. 2017.

AQUINO, M.A. A cor da desigualdade nos processos seletivos das universidades públicas ainda atravessa o atlântico negro? In: MACHADO, C.J.S.; SANTIAGO, M.L.S.N. **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 65-79

BARBOSA, X. C. **Experiências de moradia**: história oral de vida familiar. 2009. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em:<file:///C:/Users/Gisele/Downloads/XENIA_DE_CASTRO_BARBOSA.pdf>. Acesso em: jan./2017.

BARRETO, D.J.; FERREIRA, J.A.; OLIVEIRA, G.O. Problematizações (im)pertinentes: (sobre)vivências das travestis nos serviços de atenção em saúde no Brasil. **Athenea Digital**, Bellaterra, v. 17, n.1, p. 117-143, março.2017. Disponível em:<<http://atheneadigital.net/article/view/v17-n1-barreto-geronimo>>. Acesso em: mar. 2017.

BARROS, D. T. **A experiência travesti na escola**: entre nós e estratégias de resistências. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:<<http://www.btd.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/10291/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Daniela%20Torres%20Barros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: fev. 2017.

BATISTA, L.A.S. A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de facas. In: BATISTA, L.A.S. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49. Disponível em:<<http://educultura-ifrj.blogspot.com/2014/08/a-atriz-o-padre-e-psicanilista-os.html>>. Acesso em: dez. 2017.

BECKHAUSER, I.M. **Para que serve um nome?** As experiências de indivíduos trans no acesso ao mercado de trabalho em Florianópolis. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166393>>. Acesso em: dez. 2016.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v.4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em:<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/197/101>>. Acesso em: mar. 2017.

BORGES, W. **Lei das cotas** – entenda como funciona. Disponível

em:<<http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/lei-cotas-entenda-como-funciona.htm>>. Acesso em: abril 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1955/2010**. 2010 a. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº 615, de 8 de setembro de 2011**. 2011a. Disponível em:<<http://http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5002/2013 que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973**. 2013. Disponível em:<<http://http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria 233 de 18 de maio de 2010**. 2010 b. Disponível em:<http://file:///C:/Users/PU/Downloads/AUTORIZACAOUSAR_NOMESOCIALHOMOSSEXUAIS100519_port_233.pdf>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria 1612 de 18 de novembro de 2011**. 2011b. Disponível em:<http://http://www.utfpr.edu.br/servidores/portal/cadastro/Portaria_MEC16122011NomeSocial.pdf>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1820 de 13 de agosto de 2009 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde**. 2009. Disponível em:<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 675 de 03 de junho de 2015 que aprova a adesão dos municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde**. 2015. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0675_03_06_2015.html>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 3835 de 13 de dezembro de 1960. Art. 11**. 1960. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3835.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil**. 2002. Disponível em:<http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível

em:<http://http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei no 10172, de 09 de janeiro de 2001 que aprova o plano nacional de educação e dá outras providências.**2001.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10171.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** 1990.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento de identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.** 2106. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em:jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria dos Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Resolução n. 12, de 16 de Janeiro de 2015 que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.** 2015. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos - **Plano de Desenvolvimento Instituição (PDI) UFSCar 2013 -2017.** 2013. Disponível em:<<http://pdi.ufscar.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-da-ufscar-pdf>>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos - **Relatório de Gestão 2015.** 2015a. Disponível em:<http://http://www.spdi.ufscar.br/documentos/relatorio_contas/relatorio-de-prestacao-de-contas-2015.pdf>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos. **Resolução ConSuni 780 de 29/08/2014 que dispõe sobre o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros funcionais e nos registros no âmbito da UFSCar.** 2014. Disponível em:<www.soc.ufscar.br/consuni/2014/deliberacoes_consuni_2015.pdf>. Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos. **RESOLUÇÃO CoAd nº 076, de 12 de junho de 2015. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.**2015b.Disponível em:<www.soc.ufscar.br/coad/2015/deliberacoes_coad_30.pdf>. Acesso em: set.2016.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos. Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. **Acessibilidade, inclusão, diversidade étnica, de gênero e sexual e direitos**

reprodutivos nos Editais e Processos de Seleção dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar. 2016a. Disponível em:<<http://blog.saade.ufscar.br>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. Universidade Federal de São Carlos. Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. **Políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos.** 2106b. Disponível em:<http://blog.saade.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/11/Politica_acoes_afirmativas_diversidade_equidade_da_ufscar.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Trindade, v. 19, n. 2, p. 549 – 559, maio/agosto.2011. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: dez.2016.

BERTOLINI, A. A diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 123, ago. 2011, p. 27-37. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13953>>. Acesso em: dez. 2016.

BRITO, C.P.; ROSÁRIO, E.V.; ALMEIDA, M.M.S. Biodireito e transgeneridade: a vivência educacional das mulheres trans sob a ótica dos direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DA UESC, 2015., Santa Cruz. **Anais...** Santa Cruz, UESC, s.p. Disponível em:<http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2015/03/BRITO_ROS%C3%81RIO_ALMEIDA.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

BRITO, C.P.; LINS, M.S. Cidadania colorida: organização da comunidade LGBT em Itabuna - 1978-2005. In: SEMINÁRIO ENLANÇANDO SEXUALIDADES - Moralidades, Famílias, Fecundidade, 4., 2015, Salvador. **Anais...** Salvador, UNEB, 2015. s.p. Disponível em:<<http://www.enlacando.uneb.br/>>. Acesso em: dez. 2017.

BRUNI, J.C. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 199-207, 1o.sem. 1989. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83347/86375>>. Acesso em: dez. 2017.

CAETANO, M. Masculinidades, andocentrismo e heterormatividade em experiências escolares. In: SILVA, F.F.; MELLO, E.M.B. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnicos raciais em educação.** Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011. p. 59-73.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L.. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: S. R. Clegg, C. Hardy, et al (Ed.). **Handbook de Estudos Organizacionais.** SP: Ed. Atlas, 1999.

CAPPELLE, M.C.A., et all. A produção científica sobre gênero nas organizações: uma meta-análise. **REAd**, v. 13, n. 3, p. 502-528, set./dez. 2007.

CARLOTO, C.M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, jan/jun. 2001. Disponível em :<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.html>. Acesso em: set. 2016.

CARVALHO, M.F.L. Que mulher é essa? Uma encruzilhada identitária entre travestis e transexuais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO, 15., Maceió, 2009. **Anais...**Maceió: ABRAPSO, 2009, s.p. Disponível em:<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/91.%20que%20mulher%20%C9%20essa.pdf> . Acesso em: dez. 2017.

CARVALHO, F.A. de. Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos dentro da escola? In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. p.1 - 16.

CASSAB, L.A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblios**, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em:<<http://www.seer.furg.br/biblios/article/view/125/115>>. Acesso em: dez. 2017.

CAVALLARI, J.S. O equívoco no discurso de inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 667-680, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n3/a09v10n3>>. Acesso em: dez. 2016.

CERVERA, J.P e FRANCO, P.V. Manual **para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. UNIFEM/REPEN - Rede de Educação popular entre mulheres da América Latina. Disponível em: <<http://naobinario.files.wordpress.com/2013/07/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

CÉZAR, M.R.A.; DUARTE, A.; SIERRA, J. C. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 192-200, maio/ago. 2013. Disponível em:<<file:///C:/Users/Gisele/Downloads/12908-54530-2-PB.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

CHANTER, T. **Gênero: conceitos chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 182 p.

COLLIN, F. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA et al (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. 342p.

COLLIN, L. A igualdade não faz meu gênero - em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-427, jul/dez. 2013. Disponível em:<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/149/85>>. Acesso em: dez. 2017

COULOMB-GULLY, M. Gênero, política e análise do discurso das mídias. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L., SARGENTINI, V. (orgs). **Presença de Foucault na análise do discurso**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.147 - 161.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015. 335p. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Versos, 2016. 272p.

CRISTO, H.S. Estado, sociedade e educação: a escolarização de corpos e mentes na produção de masculinidades e feminilidades. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 188, p. 97-109, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31911/18143>>. Acesso em: dez. 2017.

CRUZ, T.M.; SANTOS, T.Z. Experiências escolares de estudantes trans. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 115-137, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/7041/pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

CUPERTINO, M.C.; DOULA, S.M. Políticas públicas e ações afirmativas. **Interthesis**, Santa Catarina, v. 7, n. 2, p. 359 - 363, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br./index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2010v7n2p359/16620>>. Acesso em: dez. 2016.

CYRINO, R. A categoria do masculino e do feminino e a idéia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos de identidade de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, n. 10. **Anais...** Florianópolis, 2013. p.1-12. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373242486_ARQUIVO_Acategorizacaodomasculinooedofemininoeaidediadedeterminismocultura1FazendoGenero.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

DANTAS, M.C.C. Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim: uma reflexão sobre a homofobia e a escola. **Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP**, Marília, n. 14, nov./2014, p. 129 - 144. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/download/4214/3074>. Acesso em: dez. 2016.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 966 p.

DUARTE, A.; CÉSAR, M.R.A. Inútil resistir ao dispositivo da sexualidade? Foucault e Butler sobre os corpos e prazeres. **Revista Filosofia**, Curitiba, v. 28, n. 45, p. 949-967, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/download/1980-5934.28.../73>>. Acesso em: dez. 2017.

ERCOLES, C.H. Trans-crição para a visibilidade: história oral de experiência escolares de uma travesti. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL - Saberes Trans/Versais Currículos Identitários e Pluralidade de Gênero, 5., 2017, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2017. s.p. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3207.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

FARINA, Roberto. **Transexualismo – Do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias**. São Paulo, Novalunar, 1982.

FERNANDES, C.A. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L., SARGENTINI, V. (orgs). **Presença de Foucault na análise do discurso**. São Carlos, EdUFSCar, 2014, p. 107-123.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2012. (Coleção Estudos Foucaultianos, 9)

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 152p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FREITAS, S.M. **História oral - possibilidades de procedimentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. 143p.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo, Atlas, 1999. 105p.

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, mai./ag. 2014, p. 433-447. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007>. Acesso em: dez. 2016.

GONÇALVES, C.J.M. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão**. 263 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-04032013-105438/pt-br.php>>. Acesso em: dez. 2016.

GONÇALVES, R.; LISBOA, T.K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, v. 10, n. especial, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300009/5743>>. Acesso em: dez. 2017.

GUEDES, M.E.F. Gênero, o que é isso? **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 6-11, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100002>. Acesso em: dez. 2016.

HASS, C.M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: dez. 2016.

HENRIQUES, R. et al. (Org.). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças, superar preconceitos**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. 87 p. Cadernos SECAD 4.

HILTON, Erika. Erika Hilton reflete sobre ser travesti negra no Brasil: preconceitos ainda mais perversos. **NLUCON**, Local, julho 2017. Entrevista concedida a Julia Rodrigues. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/07/erika-hilton-reflete-sobre-ser-travesti.html>>. Acesso em: jan. 2018.

HIROTA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. 342p.

HOGEMANN, E.R. Direitos humanos e diversidade sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 39, p. 217-231,

abr.2014. Disponível em:<<https://www.jfrj.jus.br/revista-sjrj/artigo/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-o-reconhecimento-da-identidade-de-genero>>. Acesso em: dez. 2016.

JESÚS, B.M. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas**. 2013. 96f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em:<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5247/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bento%20Manoel%20de%20Jes%C3%BA%20-%202013.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

JESUS, C.C.; SOUZA, E.J.; SILVA, J.P. Diversidade sexual na escola: as concepções de professores. **Bagoas**, Natal, v. 9, n. 10, p. 279-298, 2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9659/6899>>. Acesso em: dez. 2017.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. [s.ed.] Brasília, 2012, 42p. Disponível em:<<http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

JUNQUEIRA, R.D. Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário. In: SILVA, F.F.; MELLO, E.M.B. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnicas raciais em educação**. Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011. p. 75-90. Disponível em:<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/.../20048.PDFXXvmi=291DVIijHpqZ6WEwm5.>>. Acesso em: nov. 2016.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em:<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6879>>. Acesso em: nov. 2016.

LANZ, L. Ser uma pessoa transgênera é ser um não ser. **Periodicus**, Salvador, v.1, n. 5, p. 205-220, maio./out. 2016. Disponível em:<<http://portalseer.ufba.br/index.php/Revistaperiodicus>>. Acesso em: dez. 2017.

LEITE, J.L. Política de cotas no Brasil: política social? **Revista Katálalysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 23-31, jan/ jun. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a03.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

LIMA, M.L.C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013.185f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LIMA, M.L. F. **Políticas Públicas no Ensino Superior: Ações Afirmativas**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/.../Maria%20Lucia%20Chaves%20Lima.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 8-21, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200003>. Acesso em: dez. 2016.

LONGARAY, D.A.; RIBEIRO, P.R.C. A (re)invenção de si no entrelaçar das enunciações de gays, travestis e transexuais. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.10, n. esp., p. 1409-1430, 2015. Disponível em:<seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/issue/download/543/122>. Acesso em: dez. 2016.

LOPES, G.A.S.S.; FARIAS, J.F.; BEZERRA, V.O. Projeto "discutir desigualdade na busca por igualdade: relações de gênero e o ensino de história". **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 1, p. 181-200, 2015. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13955/11001>>. Acesso em: dez. 2016.

LOPES, O.G. Gays afeminados ou a poluição homoerótica. **Periódicas**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 405- 422, 2017. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22287>>. Acesso em: dez. 2016.

LORENZATTO, B. Para compreender Michael Foucault. **Carta Capital**, jul. 2017. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/para-compreender-michael-foucault-9711.html>>. Acesso em 28 jun. 2017.

LOURO, G.L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 102-132, jul. /dez. 1995. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>>. Acesso em: nov. 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179p.

MATHIEU, N.C. Sexo e gênero: diferenciação biológica, diferenciação social. In: HIRATA et al (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. 342p.

MARANHÃO FILHO, E.M.A. Inclusão de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. **Oralidades**, v.6, n. 11, p. 90-116, jan/ julh 2012. Disponível em:<diversitas.fflch.usp.br/.../5.%20MARANHÃO%20FILHO,%20E.M.A.%20Inclusão%20>. Acesso em: nov. 2016.

MESQUITA, M.L. Transgêneros e montagem corporal: gênero, sexualidade, classe e geração entre artistas trans. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29. **Anais...Chile**, 2013. s.p.

MILANEZ, N. Foucault e o cinema: para uma breve arqueologia das imagens em movimento. In: PIOVEZANI,C.; CURCINO, L., SARGENTINI, V. (orgs). **Presença de Foucault na análise do discurso**. São Carlos, EdUFSCar, 2014, p.125-143.

MILLIET, O. Definindo gênero: um conceito racional, científico e filosófico. **Ou seja: comunicar para revolucionar**. Disponível em:<<http://ouseja.jor.br/definindo-genero-um-conceito-racional-cientifico-e-filosofico/>>. Acesso em dez/2016.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

MONTEIRO, A.O. **Transexualidade e direitos da personalidade sob a ótica do Projeto Lei João W. Nery (PL 5002/2013)**. 2014. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2014.

MOTT, L. O jovem homossexual: noções básicas para professores, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. p.19 - 33..

NARDI, H.E. et all. O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência. Entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p. 179-200, jul/dez. 2013. Disponível em:<<http://www2.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/87/71>>. Acesso em: dez. 2016.

NEPOMUCENO, M. A. Ser e não ser: ambivalência nas identidades de gênero. *Revista ÁrIansã*, João Pessoa, v.2, n. 2, p. 119 - 129, 2005. Disponível em:<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/arIansã/article/viewFile/2347/2082>>. Acesso em: dez. 2016.

OLIVEIRA, M.F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011, 72 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. Inglaterra, 1959. Disponível em:<<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em set/2016.

PAIVA, V.M.B.; FONSECA, J.B. Espelho partido: a busca de si em narrativas audiovisuais de pessoas transgêneras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, n. 4. **Anais Eletrônicos...** Vitória, 2016. s.p. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467218455_ARQUIVO_Bichadeinter.net.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

PERETTI, C.; NATEL, A. Identidade de gênero: a vida em suas diferentes dimensões. In: JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM TEOLOGIA E HUMANIDADES, 3. **Anais...** Curitiba: Champgnat, 2013. p. 170-183. Disponível em:<www2.pucpr.br/reol/index.php/3jointh?dd99=pdf&dd1=7729>. Acesso em: nov. 2016.

PETRY, A.R.; MEYER, D.E.E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em: nov. 2016.

PEREIRA, F.D.S. **Corpos controlados, práticas costumeiras: homofobia e violência na escola**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, 2012. 99f.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887 – 896, set./dez. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010>. Acesso em: nov.2016.

POLAK, R. **Notas de uma vida: vivências trans*** em Instituições de Ensino. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2016.

PRADO, V.M.; RIBEIRO, A.I.M. Problematização acerca da homofobia no contexto escolar a partir da perspectiva a pós crítica. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-31, maio/agost 2014. Disponível em:<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/viewFile/27746/pdf_51>. Acesso em: dez. 2107.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. 276p.

RIOT-SARCEY, M. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. IN: CHABAUD-RYCHTER, D. et all. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 553-566.

RODRIGUES, E.E.; ALVARENGA, M.A.F.P. Transexualidade e dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 75-93, 2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18583/0>>. Acesso em: nov. 2016.

SANTOS, A.P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez 2012. Disponível em:<<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo1vol12-2.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

SANTOS, M.F.L. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de verdades e experiências trans. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, dez. 2011, p. 117-130. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2937>>. Acesso em: set. 2016.

SANTOS, T.Z. **Quando o estranho resolve se aproximar: a presença da Professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei 10948 de 05 de novembro de 2001 que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual**. 2001. Disponível em:<<http://al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>. Acesso em set/2016.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 55.588, de 17/03/2010 que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas**.2010. Disponível em:<<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=159185>>. Acesso em set/2016.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Deliberação CEE 125/2014 que dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas**. 2014b. Disponível em:<<http://www.defensoria.sp.gov.br/>>

dpesp/repositorio/39/Deliberacao_CEE_125_2014.pdf>. Acesso em: set. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e a cidadania LGBT**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2014a. 44p.

SARDENBERG, C.M.B.; MACEDO, M.S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A.A.; TEIXEIRA, A.; VANIN, J.M. **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. p. 1-11. Disponível em:<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/ENSINOeGENERO_miolo_FINAL.pdf>. Acesso em: set. 2016.

SCHEIBE, E. **Direitos de personalidade e transexualidade**: a promoção da dignidade da pessoa humana em uma perspectiva plural. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 193f.

SEIFFERT, O.M.L.B.; HAGE, S.M. Políticas de ações afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, M; OLEIRA, J.F.; MOROSINI, M. **Educação superior no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 139-159.

SEFFNER, F. Escola para todos: mesmo para aqueles que manifestam diferenças em sexo e gênero? In: SILVA, F.F.; MELLO, E.M.B. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnicos raciais em educação**. Uruguiana: UNIPAMPA, 2011. p. 104-114.

SOARES, A. As cores memoriais (e distorcidas) da (in) diferença: com que cores de colorem o passado no tempo presente da homofobia?! **Bagoas**, Natal, v.1, n.1, p. 1-28, 2007. Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/viewFile/2258/1691>>. Acesso em: nov. 2016.

SOARES, M. et all. O apoio da rede social a transexuais femininas. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 48, p. 83-92, jan./abr. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n48/a10v21n48.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

SOBRINHO, J.D. Democratização, qualidade e crise da educação superior - faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação Sociológica**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2016.

SOLL, B.M.B. **Incongruência de gênero**: um estudo comparativo entre os critérios diagnósticos CID 10, CID -11 e DSM 5. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Médias Psiquiatria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SOUZA, E. J.; SILVA, J.P.; SANTOS, C. Homofobia na escola: as representações de educadores/as. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 635-647, 2015. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/5137/513751492009/>> Acesso em: dez. 2016.

SOUZA, H.A., BERNARDO, M.H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar na vida profissional. **Bagoas**, Natal, n.11, p. 157-175, 2014. Disponível em:<

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548>>. Acesso em: nov. 2016.

SOUZA, M.H. **A militância LGBT na Universidade**: um estudo do caso do Coletivo KIU. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA PEREIRA, F. D. **Corpos controlados, práticas costumeiras: homofobia e violência na escola**. 2012. 99 f. (Mestrado em Educação) - Universidade de Tiradentes, Aracajú, 2012. Disponível em:<<http://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/1018/DISSERTA%C3%87%C3%83O-CORPOS-CONTROLADOS-PR%C3%81TICAS-COSTUMEIRAS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: set. 2016.

SOUZA, T.S. **Causa mortis: homofobia**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013. **Anais...**São Luis do Maranhão, UFMA, s.p. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/causamortis-homofobia-umaanaliseacercadoscrimeshomofobicopraticadosnobrasil.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Ações Afirmativas. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/diaaf/>> Acesso em: set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria Geral de Ações Afirmativas. Disponível em:<<http://saad.ufsc.br/>> Acesso em: set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Política de ações afirmativas da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em:<<http://www.ufam.edu.br/attachments/article/3892/Documento%20GT%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

VARIKAS, E. **Igualdade**. In: HIRATA et al (Orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. 342p

VENCATO, A. P. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 187 – 2013, 2003. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2513>>. Acesso em: set. 2016.

VERDE, J. B.; GRAZIOTTIN, A. **Transexualismo**: o enigma da identidade. São Paulo, Paulus, 1997. s.p.

APÊNDICE 1 Plataforma Brasil

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transexuais nos Espaços Universitários
 Pesquisador Responsável: GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 74077317.6.0000.5504
 Submetido em: 31/07/2017
 Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_969260

+ DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- LISTA DE CENTROS PARTICIPANTES E COPARTICIPANTES

Apreciação	CAAE	Pesquisador Responsável	Comitê de Ética	Instituição	Situação	Tipo	R.C
------------	------	-------------------------	-----------------	-------------	----------	------	-----

- HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	05/09/2017 11:34:24	Parecer liberado	1	Coordenador	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	PESQUISADOR	
PO	05/09/2017 11:28:26	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	01/09/2017 16:26:02	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	28/08/2017 11:42:04	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	22/08/2017 16:34:29	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	22/08/2017 11:57:01	Indicação de Relatoria	1	Secretária	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	22/08/2017 11:56:37	Aceitação do PP	1	Secretária	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	
PO	31/07/2017 07:48:06	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	

LEGENDA:

(*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Tipo

P = Projeto de Centro Coordenador	Pp = Projeto de Centro Participante	Pc = Projeto de Centro Coparticipante
-----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------------

APÊNDICE 2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução 466/2012 do CNS)

TRANSEXUAIS NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS

Eu, GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI, estudante do Programa de Pós Graduação em Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa “Transexuais nos Espaços Universitários” orientada pela Prof^a Dr^a Andrea Eloisa Bueno Pimentel.

Conhecer para poder atender as demandas das estudantes transexuais na UFSCar, a fim de tornar a universidade um local mais favorável à convivência entre os diferentes e ao respeito às diversidades é a proposta desta pesquisa. Acredita-se que dentro deste espaço educativo as bandeiras de lutas devem ser melhor discutidas e trabalhadas, contribuindo com respostas ou propostas que possam afirmar as diferenças e promover a equidade, garantindo que as diferenças identitárias sejam valorizadas e que os processos institucionais se adaptem às diferenças.

O foco da pesquisa são as estudantes transexuais, uma vez que acreditamos que existem grandes diferenças entre transexuais masculinos e femininos, sendo que os processos de aceitação social e profissional destas últimas são bem mais dolorosos e tortuosos, pois soma-se a elas todo o preconceito e discriminação que assentam sobre as mulheres.

Você foi selecionada por ser uma estudante da Universidade Federal de São Carlos universidade onde o estudo será realizado, local onde queremos trabalhar ações de melhor convivência e inclusão. Primeiramente você será convidada a responder um roteiro de entrevista semiestruturada que versa sobre sua história de vida, sua entrada e permanência na Universidade, sua escolha por esta Universidade, seu processo de passibilidade, o que a Universidade representa para você, quais os motivos que levaram a escolher este curso, as ameaças e preconceitos que

depara no seu dia a dia acadêmico, se tem propostas para esta instituição, se já pensou em sua trajetória profissional quando concluir seu curso.

A entrevista será individual e realizada na própria Universidade ou em outro local, se assim o preferir. Os encontros serão realizados em sala de aula previamente agendada ou em espaços abertos, ou em outro local, sempre em comum acordo entre a pesquisadora e a entrevistada. As perguntas não serão invasivas à intimidade das participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse, desconforto e cansaço como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem sua história de vida. Diante dessas situações, as participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-las encaminhá-las para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todas as participantes.

Sua participação nessa pesquisa dará voz a realidade das estudantes transexuais, auxiliará a conhecer as demandas e a dialogar ações de melhor convivência e inclusão na Instituição. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento a senhora/senhorita poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em sua relação a pesquisadora ou a Instituição.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a ele será atribuído o nome fictício que a própria entrevistada escolher, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada as participantes para validação das informações.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcida no dia da coleta. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (19) 993793553 ou pelo e-mail giseli@cca.ufscar.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: GISELE APARECIDA ZUTIN CASTELANI

Endereço: Rua Lins, n. 204 - Jardim Santa Rosa - Araras, SP

Contato telefônico: 19 993793553 e-mail: giseli@cca.ufscar.br

Local e data: _____

Gisele Ap. Zutin Castelani

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

APÊNDICE 3

Roteiro para entrevista semi-estruturada:

Questões norteadoras:

1. Qual o nome fictício que você gostaria que eu usasse em seu relato?
2. Qual a sua idade?
3. Qual sua área de graduação?
4. Conte como foi a escolha do curso
5. E sua história de vida?
6. O que é a UFSCar para você?
7. Quais os adjetivos definem a UFSCar? E seu curso?
8. Quais são os aspectos positivos que a universidade tem? E os aspectos negativos?
9. Quais ameaças esse ambiente acadêmico traz? E oportunidades?
10. Você sofreu, sofre preconceito por ser trans na UFSCar?
11. Se sim, Qual ou quais as estratégias que acabou criando para se blindar e continuar sua trajetória?
12. Participa de algum coletivo? se sim, nome.
13. Se você fosse gestora da instituição o que mudaria na UFSCar? E o que manteria?
14. Quanto a sua trajetória profissional, o que você traçou? (o que pretende fazer, onde trabalhar).